

VALDELICE CARNEIRO GIRAÔ

AS OFICINAS OU CHARQUEADAS
NO CEARÁ

Amplado

FORTALEZA
SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO
1984

SH/UFC

BH/UFC

VALDELICE CARNEIRO GIRÃO

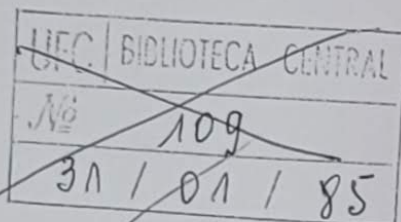
c. 1984

SECRETARIA DE CULTURA E DESPORTO

Av. Presidente Castelo Branco, 255

Fortaleza - Ceará - Brasil

CEP. 60.000



SAU

CATIVO

R899780

Cod. Cat. - C467707

01 DEZ 1998

C
981.03
64330

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catálogo na fonte: BPGMP

G515 o Girão, Valdelice Carneiro

As oficinas ou charqueadas no Ceará.
Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto,
1984.

154 p.

1. Charque - Ceará — História. 2. Pecuária - Desenvolvimento Econômico. I. Título.

CDD — 664.924

BH/UFC
CATIVO

SECRETARIO DE CULTURA E DESPORTO

Joaquim Lobo de Macedo (Joaryvar Macedo)

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS

Mirian Carlos Moreira de Souza

DIRETOR DA DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Sócrates Santos Gondim

PRESIDENTE DO BANCO DO ESTADO DO CEARÁ

Fernando Antônio dos Santos Terra

DIRETOR - PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO CEARÁ

Antônio da Mota Brito

A publicação desta obra tornou-se possível graças ao apoio da Secretaria de Cultura e Desporto, Imprensa Oficial do Ceará e Banco do Estado do Ceará. GOVERNO LUIZ DE GONZAGA DA FONSECA MOTA.

BH/UFC

BH / WFC

BH/UFC

"Do São Francisco ao Parnaíba, cadinhou-se uma civilização típica, fundamentada nos "currais", e os currais fundamentados na intrepidez e perseverança do homem de chapéu de couro. A economia da região caracterizou-se, pois, na criação do gado, e toda a vida política e social refletiu, necessariamente, esse suporte econômico".

Raimundo Girão

BA/BFG

BH/UFC

BH/UFC

TABELA DE MOEDAS, MEDIDAS E PESOS

MOEDAS

Cruzado = 400 réis

Réis = plural de real

Tostão = 100 réis

Vintém = 20 réis

Pataca = 320 réis

Conto = 1.000 réis

COMPRIMENTO

Braça = 2 varas = 2,20m

Braça quadrada = 100 palmos quadrados = 4,8384m²

Légua de Sesmaria = 3.000 braças = 6.600m

Légua = 2023,7 - 2529,7 e 2810,7 braças

PESO

Arráte! (libra) = 2 marcos = 460,8g

Arroba = 32 arráteis = 14,7456 quilos

330/08

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS	Página
1 Vertente Sudeste — Distribuição dos indígenas na época do povoamento	13
2 Vertente Norte	15
3 Ocupação do Interior do Nordeste — Pecuária.	30
4 Principais vilas e cidades do Nordeste	55

LISTA DE ABREVIATURAS

IC — Instituto do Ceará

APEC — Arquivo Público do Estado do Ceará 4

APEP — Arquivo Público do Estado de Pernambuco

BUVA — Biblioteca da Universidade do Vale do Acaraú

AIMA — Arquivo da Igreja Matriz de Aracati 4

CCLA — Cartório Costa Lima, de Aracati 4

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	33
1º Capítulo — ASPECTO FISIOGRAFICO DO CEARA . .	39
2º Capítulo — DAS TENTATIVAS DE CONQUISTA AO CRIATORIO NO CEARA	51
3º Capítulo — URBANIZAÇÃO E ECONOMIA DA CAPI- TANIA DO SEARA GRANDE NO PERIODO COLONIAL	79
4º Capítulo — AS OFICINAS OU CHARQUEADAS NO CEARA	103
CONCLUSÃO	129
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	135
ANEXOS	149

PREFÁCIO

AS OFICINAS OU CHARQUEADAS NO CEARÁ é um cuidadoso e bem documentado trabalho de pesquisa destinado a enriquecer as vivas fontes da historiografia brasileira na vasta e ainda abscondita seara dos sertões nordestinos.

Apresentou-o Valdeice Carneiro Girão no propósito de obtenção do Grau de Mestre em História na Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do eminente Professor José Bonifácio Xavier de Andrade.

A autora exerce as funções de Professora de História da UFC, sendo ainda Supervisora do Museu Arthur Ramos da Universidade Federal do Ceará já referida.

Vocacionalmente voltada para as atividades de Geografia e História em que obteve licenciatura respectivamente em 1968-1971 e 1972-1976, tem ainda especialização em História de Pernambuco (1976-1977), além de outros diversos cursos de Documentação e Antropologia.

Seu labor em matéria de pesquisa vem desde 1960 com o estudo "Cerâmica Indígena do Ceará e Material lítico do nosso aborígene" e "A Renda de Bilros no Ceará e seus artifícios", (1965). Ilustram suas diversas publicações: "Rendas e Bordados do Ceará" — Instituto do Ceará (1968); "Rendas do Ceará. Nomenclatura e Classificação" (1968) e outros.

Sócia, na categoria de "Amiga do Instituto do Ceará", é atualmente Presidente da Associação Nacional de Professores Universitários de História — Núcleo do Ceará.

Neste importante estudo, a autora começa por evidenciar "o Nordeste como o marco inicial da colonização brasileira palco da evolução econômica, social e política por que passou o Brasil durante quase todo o período colonial", desenvolvendo sua evolução em duas áreas ou, como outros chamam, em dois domínios: o periférico, ou litorâneo, com o fabrico do açúcar; o domínio mediterrâneo ou da ocupação do interior, com a **criação do gado**.

Traçar o paralelo de importância entre um e outro domínios, assim conceituados por Nilo Bernardes, é tarefa para a história, mesmo nos vários tempos de que resulta a estrutura agrária do Nordeste.

A autora observa que explorações das terras interioranas, notadamente daquelas situadas nas áreas semi-áridas, somente foram objetivadas "quando o solo mais áspero e inútil do Brasil revelou-se de boa qualidade para a criação de gado." Foi quando o colonizador, tentando vencer a aridez climática, rompeu com avidez a caatinga; e o gado, seguindo a trilha ribeirinha, instalou-se, do Recôncavo baiano ao São Francisco, e daí veio a ocupar outras áreas adjacentes.

Assim, como temos observado, a importância da expansão dos rebanhos no Brasil é vista inicialmente no impulso da ocupação da terra e em face da necessidade de ser a mesma explorada. A exploração do vasto continente interior somente começou a ser possível através do animal. Todavia, como reconsidera Oliveira Viana, "o movimento pastoril é de uma intensidade muito maior e a sua área de irradiação é incomparavelmente muito mais ampla do que a irradiação agrícola. Pelas suas condições geográficas, topográficas, botânicas, o interior do nosso país, desde o norte até o sul, se presta, com efeito, otimamente para o estabelecimento da indústria pastoril."

Uma outra observação é que, mesmo com o rápido crescimento do rebanho, o desenvolvimento da Capitania foi lento, lentidão ocorrente até a instalação das Charqueadas e Fábricas... Ocorre então o período áureo da pecuária nordestina em que as charqueadas marcam o desenvolvimento econômico

da indústria animal. O litoral e os sertões seguem em linhas paralelas de agro-indústria rural.

Desde então, em três aspectos ou tônicas, equiparam-se um e outro domínios: a) as charqueadas marcam o encontro do homem da marinha com os homens do sertão; b) contribuem com o primeiro impulso monetário para desenvolver as fazendas de gado com divisas de sua própria indústria; c) abrem caminho às importações.

Para atender à demanda externa, aumenta o abate do gado para a fabricação do charque, crescendo a produção do couro e sua comercialização, não só em âmbito interno de utilização artesanal, mas como produto de exportação. É óbvio que, com a comercialização da carne seca, o comércio da Capitania ganhou maior importância na Região Nordeste, passando a ser feito por mar. Eis que as charqueadas se estabeleceram nas proximidades dos portos de embarque.

Em breve reflexão, a autora pondera que, apesar da importância das Charqueadas, não foram elas suficientemente analisadas e, dada a escassez de estudos, a importância e abrangência destas motivaram-lhe a escolha desse assunto como tema de dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Entre os fatos insuficientemente analisados estaria o de indicarem os historiadores, em linha de unanimidade, os períodos de estiagens pluviométricas ocorridos entre 1777-1778, repetidos mais intensamente nos anos de 1790-1793, como determinantes da extinção das Charqueadas no Ceará.

Começa por citar Renato Braga que, em antológico artigo publicado em 1947 com o título de "Um capítulo esquecido da Economia Pastoril do Nordeste", considera que no Ceará não houve decadência da indústria da carne, ruíu de uma vez com a Seca Grande para nunca mais se levantar. Assim também Raimundo Girão que, ao dedicar ao assunto todo um capítulo de sua História Econômica do Ceará, refere-se à seca de 1790-1793, como um final assalto.

Refere-se a autora ao estudo de Geraldo da Silva Nobre que escreveu sua tese de livre docência sobre as oficinas de carnes do Ceará, constituídas como uma solução local de grande problema e demonstração da capacidade dos primeiros povoadores do Jaguarbe relativamente ao uso de técnica da qual auferiram prosperidade e bem-estar.

Aludindo acontecimentos históricos-políticos-econômicos ocorridos na Europa, especialmente na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, a autora, lembrando o surgimento da lavoura algodoeira frente à industrialização, parece situar nesta fase de transição a substituição do charque cearense por uma nova e surpreendente atividade da agricultura.

Na conclusão de seu estudo, Valdelice Carneiro Girão insere a assertiva de que, se é verdade que a análise dos problemas esbarra invariavelmente nos **bons e maus tempos**, nos "invernos" ou nas "secas" que, em períodos extensos, avançam sobre a região semi-árida do Nordeste, "mesmo assim, não acreditamos que o fantasma das secas deva ser o responsável único pela extinção completa das Charqueadas no Ceará."

Considera que os registros escritos de após 1777 induzem a um possível exagero de interpretação nos cálculos dos prejuízos do rebanho. Chegando à documentação de 1788, principalmente a editada para fins fiscais, considera esta como fundamental para a compreensão do problema. É que aquele ano representaria o marco das duas épocas de calamidade (1777-78 e 1790-93).

A autora, reconhecendo que diversas tentativas houve para reativar a indústria da carne seca no Ceará, porém sem nenhum sucesso, lança a sua contradição ao testemunho da época, a exemplo do Vereador Esteves Almeida, para quem a famosa seca que se iniciou em 1790, estendendo-se ao espaço de quatro anos, "derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões desta comarca, e por isso veio a perder aquele ramo de comércio das fábricas de carnes secas desde o ano de 1793 inclusive, porque no ano de 1794 já não houve gados que se matar e pereceriam todos, se da Capitania do Piauí não socorressem aos dos sertões desta comarca com seus ga-

dos, cujo domínio se espera ser reparado em razão de já ir de agora havendo gados com que se poderia continuar a referida fábrica das carnes secas."

De tudo restou um lamento que se fez cantiga a ressoar na gesta de versão popular:

O meu boi morreu
que será de mim,
manda buscar outro
maninha, lá no Piauí...

É que as grandes secas, dizendo os recursos da terra, trazem ao mundo da História concausas na trama da vida econômica, social, política. E estes aspectos devem ser examinados. Eis que razão assiste à autora de arguir as conjecturas num tópico assim:

"A capacidade de recuperação do rebanho comprovada pela documentação analisada nos possibilita afirmar que teria sido possível a retomada econômica da Capitania com as Charqueadas após 1793, se outros fatores não houvessem interferido na estrutura econômica e comercial, não só da Capitania do Ceará, mas da Colônia como um todo. Mudanças ocorridas na Europa, especialmente na Inglaterra, a partir da metade do século XVIII, refletiriam no Brasil, estimulando o renascimento da agricultura, agora não somente dirigida à produção do açúcar, como também à cultura do algodão. O novo produto ganhou a preferência européia, como matéria-prima têxtil, com o advento da Revolução Industrial e outros eventos políticos internacionais... Com o algodão, rompe-se o exclusivismo pastoril no Ceará. A base da economia passa a ser assentada na agricultura com a pequena disponibilidade de capital atraída para o financiamento da lavoura de exportação."

Relata a autora com apoio nos historiadores cearenses, que a primeira tentativa de exportação do algodão no Ceará deu-se

em 1877 e foi através dela que a Capitania entrou claramente na divisão internacional do trabalho. Ensina Raimundo Girão, com apoio em Tomás Pompeu, que a procura do algodão brasileiro, incluindo-se o que saía pelos portos do Maranhão, Recife, o deste último em grande parte oriundo do Ceará, era cobiçado pelos comerciantes ingleses, reputado excelente, chegando a ser vendido por altos preços nos anos de 1778 a 1801.

Deste modo, as charqueadas eram substituídas pelos engenhos de beneficiamento do algodão, que modificaram a estrutura política local, surgindo novos centros comerciais, vilas, criando-se um mecanismo de circulação e divisão do trabalho, de modo a preludiar a urbanização.

A autora segue um tratamento muito clássico em sua dissertação. Embasa o seu estudo cuidando no 1º Capítulo do **Aspecto Fisiográfico do Ceará**, apoiando-se nos estudos fundamentais de Pompeu Sobrinho, Renato Braga e Raimundo Girão. A essa altura reporta-se às secas que assolaram o Ceará no período das Charqueadas seguindo a conceituação, embora arbitrária, mas sugestiva, das secas em: **seca intensa** (1710-1711; 1721). **seca parcial**: (1736-1737); **grande seca** (1777-1778; 1790-1793). Estuda a divisão regional, o relevo e as vertentes sobre as quais fluíram generosamente as concessões territoriais.

O Capítulo 2º trata — **Das Tentativas de Conquista ao Cria-tório no Ceará**. Dá-nos num retrospecto a história colonial — o povoamento e a penetração interiorana, graças ao boi, cujo passo tardo e lento persistira, como diz Renato Braga, na conquista da caatinga. Mostra como se desatou o ciclo do pastoreio sobre o alargamento do Médio São Francisco à bacia do Parnaíba, nos limites do Ceará com o Maranhão. Ensina como se adentraram no Ceará, acompanhando os vales fluviais, baianos na corrente do **sertão de dentro**, pernambucanos do **sertão de fora**, na pitoresca predestinação de Capistrano de Abreu, o universal Mestre da História-Pátria, que deu àqueles tempos bravios o nome batismal de "a época do couro". Para um realce atualizado, invoca a poética de Francisco Carvalho:

"De couro a porta da casa
de couro o cheiro dos quartos
de couro a cama maciça
para o mistério dos partos
de couro a reputação
dos nossos antepassados..."

Em termos econômicos, indica que os homens do sertão desenvolviam uma economia monetária, utilizando ao máximo os produtos de que dispunham, numa tentativa conservadora dos domínios rurais auto-suficientes. Cada fazenda representava patriarcalmente uma família. "A unidade econômica da fazenda resultava da sua unidade social..."

O 3º Capítulo versa sobre — **Urbanização e Economia da Capitania do Siará Grande no período Colonial**.

O tema acima referido vem forrado de farto embasamento bibliográfico, documentado por 57 notas. Em sua abertura a autora nos surpreende com a severa, diremos melhor, austera assertiva de que "a Capitania do Ceará, ao modo de suas congêneres, era prejudicada nas atividades comerciais pelo caráter auto-suficiente das fazendas, onde a produção para o próprio consumo atendia as necessidades imediatas de seus habitantes, isolados pela escassez dos meios de transporte, pela baixa urbanização, pela falta de moeda e pelo próprio nível da renda da comunidade."

A situação econômica da Capitania no contexto político arvora-se naturalmente dispersa, dado o tipo de povoamento com base no pastoreio. Escassa população, baixo poder aquisitivo, fracos lucros, baixo nível do erário público real. Todavia, o excedente de carne induzia a necessidade de produzir um estoque mobilizável não por via terrestre mas pelas embarcações. A carne seca do gado abatido foi a solução. Despontava a urbanização interiorana através do caminho do gado — a comerc'alização dos rebanhos nas feiras. Poder-se-ia vislumbrar uma urbanização periférica - litorânea, e uma urbani-

zação mediterrânea. A autora documenta este capítulo com 57 notas bibliográficas primárias e secundárias.

— O quarto capítulo contém o centro dinâmico da dissertação. Estabelece o enfoque das transformações econômicas, sociais e políticas ocorrentes com as Charqueadas. Mostra a autora como motivação ideal das Charqueadas a impossibilidade que tinham os fazendeiros locais de concorrer comercialmente com os rebanhos oriundos de outros sertões mediante a condução do gado em pé. Lembraremos que os estios anuais e até mesmo as secas parciais constituíram sempre obstáculos quanto à estocagem do gado em campo, e ainda as irregularidades climáticas agravavam sempre os prejuízos.

A motivação real nos é dada pelas condições geofísicas: matéria-prima abundante, ventos constantes e baixa umidade relativa do ar favoráveis à secagem do produto, os centros salineiros abordáveis, as barras acessíveis à cabotagem. Restará ainda sempre um ponto obscuro e este é a própria tecnologia do charque sob a qual despertaram, floriram e se engrandeceram as povoações de Aracati, Granja, Camocim e Acaraú, que possuíam aquelas condições primárias exigidas para o levantamento das toscas oficinas em que veio a ser fabricada a carne seca. Onde a inteligência para fundar a alternativa? E Valdelice Carneiro Girão conjectura: estaria "isso com o aperfeiçoamento da técnica empregada pelo Índio, transferida ao vaqueiro, no preparo da carne seca, ainda hoje comum nas regiões sertanejas nordestinas — a chamada carne-de-sol."

Com esta convicção estão os autores cearenses, notadamente Renato Braga, que assim ensina em seu antológico artigo:

"Um anônimo teve a idéia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros do Ceará, aproveitando a técnica de preparo da carne seca, conhecida por todos os criadores. A idéia dominou o litoral pastoril que, além da matéria-prima abundante, possuía outros fatores locais asseguradores de êxito: vento constante e baixa umidade do ar fa-

voráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis e cabotagem da época."

No bojo das transformações sociais reside o fator mobilizante de uma tecnologia e acima desta a imaginação criadora do nordestino cearense que engendra um elemento novo na organização produtiva da Colônia. Este estabelece a circulação entre a marinha e o sertão, abre caminho às importações, contribuindo com o primeiro impulso monetário para desenvolver as fazendas de gado, realizar a urbanização interiorana, escalonar a urbanização periférica do semi-árido.

Assim foi que Aracati como porto de mar mais próximo de Recife tornou-se, como revela a autora, o pulmão da economia colonial da Capitania. Outras vilas seguiram-na como satélites: Sobral, Granja, Camocim. A Capitania do Rio Grande do Norte, então principal fornecedor de bois de corte e de trabalho à Paraíba e a Pernambuco, dispondo de iguais condições ao Ceará, logo aderiu ao "ciclo das Charqueadas" localizando oficinas à margem esquerda do Açu e na foz do Mossoró. Estas, apesar de menores, chegam a provocar conflitos, pois com a exportação de suas carnes secas, sofrem do Governador de Pernambuco resolução impeditiva de exportação: "o estômago de Pernambuco sacrificou as Oficinas do Assu e de Mossoró", enfatiza ironicamente Renato Braga, historiador e professor de Zootecnia na Universidade Federal do Ceará.

Paremos nesta altura de um já longo comentário, ora de realce sobre alguns tópicos da dissertação, ora em busca de interessantes elucidações, para algumas reflexões. É que não satisfaz ir no caminho de curiosidades, tratando das Charqueadas se não acertarmos o passo em novos caminhos abertos com a lição da História. A primeira reflexão revela que as Oficinas ou Charqueadas no Ceará foram, além do povoamento, o maior feito econômico da colonização. Produziram e efetivaram o desenvolvimento econômico em pleno período colonial. Equiparam em termos de agro-indústria a produção animal à produção vegetal, industrializada, da lavoura canavieira, aproximando

ao domínio periférico o domínio mediterrâneo, o que vale como tentativa, embora longínqua, do desenvolvimento harmônico.

A iniciativa, porém, apesar das grandes secas do semi-árido, não foi destruída, nem se ficou estagnada. Transferiu-se para um outro pólo. Os historiadores são unânimes, a exemplo de José Alípio Goulart, em divulgar, também do Sul, que a indústria de carnes secas surgiu no Ceará, no século XVIII, por isso denominando-se o produto de **carne do Ceará**. E foi José Pinto Martins, cearense do Aracati, proprietário de uma oficina que, devido a escassez de gados no Ceará, provocada pelas secas, resolveu transferir-se para o Rio Grande do Sul, introduzindo ali, em 1780, a referida indústria, que tomou o nome de charque ou **charqui**, de proveniência quíchua, palavra originária dos Andes, introduzindo-se pelo Prata no vocabulário nacional. Para muitos este vocábulo de origem incerta parece provir da língua árabe, onde **cherca** equivale a carne salgada e **charraca** tem o significado de "secar ao sol carne salgada". (J. V. Costa Pereira).

Instalando-se Pinto Martins à margem direita do arroio Pelotas, surgiu em torno da Charqueada criada pelo cearense e desenvolveu-se a cidade de Pelotas. Grandes comerciantes de carnes secas, no Aracati foram o Capitão-mór João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Pinto Martins, com muitos escravos em suas fábricas, assim adianta Alípio Goulart. Provavelmente estes eram parentes do emigrante José Pinto Martins, considerado fundador das Charqueadas pelotenses, tido por alguns como fundador da cidade gaúcha.

Que teria levado o charqueador cearense José Pinto Martins a transferir-se para o Rio Grande do Sul, escolhendo terra gaúcha e não outra, para continuar ali as suas atividades? Esta é uma indagação que se levanta, sem que se inclinam a uma resposta os tratadistas do assunto.

Informa Myriam Ellis ter o nordestino, quando se fixou com a sua técnica no extremo sul brasileiro, encontrado ambiente social e econômico favorável ao desenvolvimento daquela indústria. "Eram amplas as possibilidades da Colônia onde de tal forma abundava o gado que não fazia mister criá-lo, bastava

caçá-lo para suprir a promissora indústria... Faltava, porém, o sal, a princípio retido e depois liberado." O sal para o beneficiamento das carnes manufaturadas, informa ainda M. Ellis, saiu do estanco do Recife, transportado para o sul sob rigoroso controle para se evitar contrabando. A liberdade do comércio do sal e depois a abertura dos portos em 28 de janeiro de 1808 ampliaram a importação do sal para o Rio Grande do Sul".

Resta agora examinar um outro fator de condicionamento das Charqueadas. Pergunta-se: como a necessidade de estocar a carne do gado abatido se processou em regiões tão distintas — no Nordeste semi-árido e no sul de zonas temperadas? Ora, tal necessidade subsiste sob aspectos mesmo bem diferentes.

O escritor José Bernardo de Medeiros Neto, ex-Professor de Economia Política e Rural, advogado do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul, revela em seu primoroso livro — "**Desafio à Pecuária Brasileira**" interessantes aspectos ligados à problemática pecuária brasileira, notadamente quanto a pastagens e crises de entressafra. Comentemos, este tópico do autor para um nosso argumento:

"Costuma-se dizer que toda a produção pecuária é eminentemente sazonal, registrando-se em geral determinadas flutuações, com períodos de safras e longos intervalos de entressafras. Tal quadro é típico das zonas temperadas (Rio Grande do Sul), onde as pastagens sofrem com o inverno e têm ciclo periódico..."

Para demonstrar a assertiva, comprovando a regularidade da produção de carne de gado bovino durante o ano nos trópicos úmidos e a acentuada flutuação registrada nas zonas temperadas, o autor exibe dados de um estudo em que compara a produção de carne do Rio Grande do Sul com a do Estado de São Paulo, cortado pelo trópico. Colhidos os dados comparativos entre Matadouro em zona temperada e Matadouro em zonas do trópico úmido, verifica-se que as flutuações estacionais da produção de carne bovina no Rio Grande do Sul foram muito intensas num período de seis anos (1960 a 1965). Neste espaço de tempo, a safra (4 meses) concentrou 94,1%

da carne elaborada durante ano em média e a entressafra (8 meses) só logrou conseguir 5,9%.

Os dados acima expostos revelam que a pecuária do Rio Grande do Sul, onde as pastagens sofrem com o inverno em ciclo periódico de entressafra tem necessidade de estocar a carne do gado abatido, o que naturalmente levou o produtor ao processo do charque, primitivamente, evoluindo em tempos mais recentes para a frigorificação. Ali a motivação foi a crise do pasto na estação fria, assim como no Ceará, e em geral, no Nordeste, a necessidade se fez sentir na estação seca e por ainda outros motivos de emagrecimento no transporte em longas caminhadas dos gados.

No mesmo período, informa o autor citado, a produção de carne em São Paulo, notadamente em faixas sob a influência dos trópicos úmidos, acima do trópico do Capricórnio, aproximadamente ao longo do paralelo 24, que corta o sul de São Paulo e norte do Paraná, a produção de carne bovina, para um cotejo de quatro meses, reuniu na entressafra 40,5% e nos 8 meses restantes de safra 59,5%.

Conclui então Medeiros Neto em sua análise: "isto nos leva à conclusão de que, à medida que o pecuarista de São Paulo lança mão de novas variedades de plantas forrageiras, vai produzindo novilhos de corte continuamente durante o ano." E chega mais a esta conclusão numa perspectiva: "... a realidade da produção continua chega a ponto de sustentar a idéia de se fazer a estocagem do boi nas invernadas, em lugar de proceder ao armazenamento de carne em câmaras frias."

No trópico do semi-árido a situação é diferente, sendo um pouco mais difícil o corretivo frente à instabilidade climática que agrava muito mais as condições de produção e de produtividade. Considere-se, porém, em relação às Charqueadas, que a solução do problema, em remota e primitiva execução mas eficiente, saiu da área mais sofrida em permanente desafio.

Sua transposição deixou um rastreio incomensurável de civilização. Em um bem tecido artigo, o escritor J. V. da Costa Pereira ilustra para o IBGE "que a Indústria do Charque no

Brasil está estreitamente ligada ao desenvolvimento da pecuária que, no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e São Paulo permitiu a instalação de vários estabelecimentos do gênero. Fora do Estado sulino encontram-se em Minas Gerais 13 Charqueadas, em Mato Grosso 10, em São Paulo 7, e outras tantas em Goiás, no mínimo." E finalmente conclui: "A iniciativa de Pinto Martins, levando para o Sul a experiência colhida pelo Nordeste, teve, pois, duplo mérito não só de provocar, no Rio Grande do Sul, a indústria de carnes, em ampla proporção, como de estimular e valorizar — paralelamente — a pecuária gaúcha, cuja produção, cada vez maior, foi, sem dúvida, favorecida pelas condições naturais dos pastos que, por seu turno, contribuíram para o legítimo êxito de uma exploração realizada em bases econômicas interessantes."

* * *

Por tudo o que lemos e tentamos analisar em **AS OFICINAS OU CHARQUEADAS NO CEARÁ**, impressionante estudo de VALDELICE CARNEIRO GIRÃO, não nos afastaremos da meta de reconhecer e divulgar a sua importância e atualidade. É que não se trata de um conteúdo estático, mas dinâmico da História.

A lição de inteligência dos bravos sertanistas, que no passado, conquistaram e souberam valorizar o Nordeste na dialética geográfica de uma fascinante dualidade entre os domínios periférico litorâneo e mediterrâneo, nucleando a agroindústria da lavoura e da criação, em trâmites de harmonização, persiste e ilumina caminhos para novas perspectivas.

Precisa-se de proteína de origem animal para alimentar as populações crescentes na cidade e nos campos. Discute-se a pecuarização como o domínio crescente da atividade pastoril em áreas exploráveis do meio agrário. O fenômeno tem sido considerado por geógrafos, biólogos, economistas, políticos e sociólogos, travando-se sob o ângulo da nutrição humana o debate — produção vegetal versus produção animal.

A estrutura fundiária está à base dos sistemas exploratórios, constituindo pontos de estrangulamento que devem ser

eliminados por novas políticas e organizações, à base de modelos que advirão através de reformas estruturais de feição ecológica e humana. Há partidários de uma futurologia pairando no vesgo de uma tecnologia divorciada da natureza, assim também uma inquietude segundo a qual o avanço pioneiro do boi estaria expulsando o homem do seu lugar.

Num argumento *ad hominem*, diríamos que o uso da máquina com a expansão da motocultura na lavoura substituiu e quase também pareceu expulsar o homem em muitas áreas de agricultura desenvolvida, mecanizadas. Nem por isso vamos condenar a motomecanização, pois o melhor impositivo para a distribuição da renda é a produtividade ao lado de uma lavoura de pastos e melhores tratos culturais e manejo com maior oportunidade de emprego. Há que se racionalizar o pastoreio, evitar o superpastejo, propiciar a genética, incutir os novos métodos de reprodução e de forragicultura, projetar o zoneamento, ir para a frente não com pressupostos de uma pecuária estática, mas dinâmica.

Estas reflexões surgem a propósito deste estudo à guisa de dissertação, que mostra como os nossos antepassados souberam em seu tempo encontrar uma alternativa de solução — as Charqueadas. Com o desenvolvimento científico e tecnológico, com maiores recursos humanos, notadamente da pesquisa posta à sua disposição, as novas gerações saberão encontrar o caminho que o Brasil requer, para tornar-se o maior produtor de carnes no mundo, com suas imensas reservas de espaço e forragens.

Parece-nos que o erro palmar em muitas áreas do país, e notoriamente do Nordeste, é persistir na prática de uma lavoura extensiva e itinerante ao lado de uma pecuária também extensiva, à base quase que exclusivamente de pastos nativos e não melhorados. É esta uma situação irremovível? Cremos em soluções que se defrontam com a necessidade de produção viabilizada por uma nova organização espacial, em busca de um tratamento ecológico e humanizado.

Concluimos, a esta altura, por um posicionamento com que insistimos sempre em doutrinar: é que uma agricultura exten-

siva e itinerante ao lado de uma pecuária também extensiva gera autolimitação de ambas atividades. Assim, a lavoura e a criação devem ser zoneadas em cada espaço peculiar, de modo a dar pleno emprego ou suporte a cada comunidade que de um ou outro ramo procure tirar econômico proveito.

Fortaleza, 25 de julho de 1983

F. Alves de Andrade*

* Nome completo — Francisco Alves de Andrade e Castro, Prof. aposentado do Centro de Ciências Agrárias da UFC. Prof. Visitante da Escola Superior de Agricultura de Mossoró e Pesquisador Bolsista 11/B do CNPq

INTRODUÇÃO

O Nordeste representa o marco inicial da colonização brasileira e o palco da evolução econômica, social e política por que passou o Brasil durante quase todo o período colonial. Essa evolução se desenvolveu em dois setores: o da **cultura da cana**, nas áreas litorâneas, para o fabrico do açúcar, e o da **criação do gado**, respondendo pela ocupação do interior.

O primeiro setor de evolução foi apresentado a Portugal como alternativa de integração do Brasil ao **sentido da colonização**¹. Isto é, com aqueles objetivos a que "as colônias foram constituídas, a partir da expansão comercial européia, para fornecer ao mercado europeu certos gêneros tropicais comercializáveis e metais preciosos, produtos inexistentes ou escassos no Velho Continente."²

A ocupação e exploração das terras interioranas, principalmente daquelas situadas nas áreas semi-áridas, só foram objetivadas quando o solo mais áspero e inútil do Brasil³ se revelou de boa qualidade para a criação de gado.

O novo colonizador, vencendo a aridez do clima, a ousadia do nativo e a vastidão da caatinga, seguiu o trilho ribeirinho do gado e se instalou na zona sertaneja, por mais de dois séculos desconhecida, com a intenção de domínio.

1 Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (15a. edição; São Paulo: Brasiliense, 1977), p. 19-32.

2 José Ribeiro Júnior, *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1782* (São Paulo: HUCITEC, 1976), p. 1.

3 Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa* (2a. edição; Bahia. Imp. Econômica, 1878), p. 65.

Do Recôncavo Baiano ganharam, as boiadas, o vale do São Francisco, alcançando, junto àquelas vindas de Pernambuco, as várzeas do Jaguaribe e do Acaraú, e por elas propagaram os currais, desdobrando-se, assim, as fazendas de criar na Capitania do Siará Grande.

Mesmo com o rápido crescimento do rebanho, o desenvolvimento da Capitania foi lento, até as instalações das Charqueadas, Oficinas, Feitorias ou Fábricas. Fábricas essas onde os gados, reduzidos em mantas de carnes, salgadas e secas ao sol, tornavam-se produto capaz de resistir, sem deteriorização, por longo tempo, possibilitando assim, a comercialização da "carne-do-Ceará", nos mercados internos consumidores, de preferência naqueles situados nas zonas açucareiras.

Com o aumento do abate do gado a atender a fabricação do charque cresceu a produção do couro e sua comercialização se fez sentir, não só em âmbito interno, onde tinha utilização artesanal em larga escala, mas, sobretudo, como produto de exportação⁴. É de se supor que, enquanto não surgiu a charqueada, a produção de couro e peles foi limitada, desde que a quantidade de gado abatido era pequena, pois era transportado vivo para a zona de mercado.

→ Foi com a produção e comercialização da carne seca que o comércio da Capitania ganhou maior importância na região Nordeste. Com ela, o comércio passou a ser feito por mar, e foi nas proximidades dos portos de embarque que se estabeleceram as Charqueadas.

Apesar da importância das Charqueadas, elas não foram suficientemente analisadas. Os historiadores que, direta ou indiretamente, focalizaram o assunto, mesmo que o tenham feito com a maior seriedade, são unânimes em indicar como causa única determinante da extinção das Charqueadas e, conseqüentemente, do fim do comércio da carne seca no Ceará, os períodos de estiagens pluviométricas ocorridos, primeiramente entre

⁴ André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil* (2a. edição; São Paulo: Melhoramentos, 1976), p. 201.

1777-1778, repetidos com mais intensidade nos anos de 1790-1793.

Em artigo publicado na Revista de Cultura Política de 1944, reeditado em 1947, na *Revista do Instituto do Ceará*, Renato Braga afirma que "no Ceará não houve decadência da indústria da carne. Ruíu de uma vez. Caiu para nunca mais se levantar. A **seca grande** rasoizou-a definitivamente"⁵. Enquanto Raimundo Girão dedicando ao assunto um capítulo da *História Econômica do Ceará*, justifica: "... enriquecia-se, pois o Ceará com o negócio das carnes, e eis que nova calamidade o assalta, a seca de 1790-1793, espantosa nos seus efeitos gerais e aniquiladores da rendosa indústria."⁶

Até mesmo Geraldo da Silva Nobre, ao se propor a escrever sua tese de livre docência, mesmo reconhecendo que "as oficinas constituíram uma solução local de um problema de grande significação para o povo brasileiro, e uma demonstração da capacidade dos primeiros povoadores do Jaguaribe de fazer uso da técnica com a qual auferiram um grau de prosperidade e bem-estar infelizmente não preservado, por razões que, igualmente, valeria a pena esclarecer..."⁷, não teve a preocupação de mostrar que os acontecimentos histórico-político-econômicos ocorridos na segunda metade do século XVIII, na Europa, especialmente na Inglaterra, determinaram as mudanças sofridas no Brasil como colônia portuguesa, refletidas nas Capitânicas com o surgimento da agricultura, da qual a cultura do algodão vem sobrepujar o açúcar⁸.

É exatamente nesse período de transição que o charque cearense cede lugar ao produto estímulo da agricultura brasileira.

⁵ Renato Braga, "Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 61 (janeiro-dezembro 1947), p. 157.

⁶ Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará* (Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947), p. 159.

⁷ Geraldo da Silva Nobre, *As oficinas de carnes do Ceará* (Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977), p. 63.

⁸ Calo Prado Júnior, *op. cit.*, p. 80.

A importância das Charqueadas para a história do Ceará e a escassez de estudos a esse respeito motivaram nossa escolha do assunto como tema da dissertação para obtenção do Grau de Mestre em História.

O trabalho que iniciamos a escrever, sem pretensão de esgotar o assunto, possivelmente será o começo de outros estudos mais interpretativos, quando os fatos aqui apresentados conforme a documentação histórica existente, poderão servir de subsídio a análises mais profundas de estrutura econômica, social e política do Ceará pastoril e das transformações ocorridas com sua economia assentada na agricultura. Não é nossa intenção questionar as origens do processo do charque, seus pioneiros, muito menos suas raízes lingüísticas.

A transferência da receita do charque cearense para o Rio Grande do Sul, apresenta-se nesse trabalho, apenas como mais um fato ocorrido sem maiores repercussões para o desfecho total da "indústria", na época.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos: no primeiro, focalizamos os aspectos fisiográficos do Ceará, sua localização na zona semi-árida do Nordeste e as implicações advindas desta situação; a importância das bacias fluviais no povoamento da Capitania, com a criação do gado. No segundo capítulo, contamos o pouco interesse do colonizador pelas terras cearenses, nos dois primeiros séculos da colonização, e os obstáculos causadores desse desinteresse; as tentativas de conquista e a solução encontrada com a pecuária; o desenvolvimento do criatório e a estrutura econômica, social e política das fazendas de gado. No terceiro, tratamos da situação econômica da Capitania no contexto político da região; a comercialização do rebanho nas feiras localizadas nas capitanias vizinhas, principalmente em Pernambuco, a urbanização, através dos caminhos do gado. No quarto capítulo, que dá nome à dissertação, enfocamos as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na Capitania com a instalação das Charqueadas e, conseqüentemente, o comércio da carne seca e do couro em outros mercados, introduzindo um elemento novo na orga-

nização produtiva da Colônia — a falência das fábricas de carne-do-Ceará, no fim do século XVIII.

A coleta de dados e informações utilizada neste trabalho pode ser dividida em duas partes: as **fontes primárias** coletadas nos arquivos, bibliotecas, cartórios e Igrejas dos Estados de Pernambuco e do Ceará, compreendendo manuscritos, na sua maioria oficiais, ou sejam: decretos e provisões, ofícios do Governo, correspondências da Corte, cartas e Ordens Régias, atas e registros de reuniões de câmaras, termos de aforamento de terras, testamentos e relatos eclesiásticos. Entre as **fontes secundárias**, foram incluídos, nas bibliografias citadas, diversos documentos publicados, apesar de revistos, por nós, no original.

Esperamos, pois, com esse trabalho, oferecer uma contribuição válida à história do Ceará, especialmente aos estudos da pecuária na região.

1º CAPÍTULO — ASPECTO FISIOGRAFICO DO CEARA

Com uma superfície de 148.0161 quilômetros quadrados, o território cearense tem, aproximadamente, a forma geométrica de um triângulo agudo, que "se dilata do mar para o interior do Continente, ao mesmo tempo que se estreita suavemente de modo a lembrar o desenho de um coração, ou melhor, a configuração de um barrete frigio"².

O Ceará constitui-se de vasta região, emoldurada numa grande extensão pelo Oceano Atlântico, enquanto que, nos outros pontos, um cordão de serras correndo em todas as direções oferece ao Estado, além de sua formação geográfica, as bases de limites com os Estados vizinhos. Assim temos: a Serra Grande, ou Serra da Ibiapaba, que o limita com o Piauí; a Chapada do Araripe, com Pernambuco, a Serra do Apodi, com o Rio Grande do Norte. Já as terras limítrofes do Estado da Paraíba não apresentam elementos significativos, a não ser simples elevações de rochas cristalinas ou xistosas.

Fazendo parte do Nordeste seco e dominado por um clima semi-árido, com temperatura que se mantém elevada durante as duas estações anuais, prevalece, no Ceará, um período seco chamado de **verão** e um outro período geralmente mais curto, chuvoso, denominado de **inverno**.

Com clima quente e seco no verão, úmido no inverno, variando de intensidade segundo a situação topográfica e os acidentes locais, em combinação com as características pedológicas, o território cearense pode ser dividido em três zonas distintas: o **litoral**, com uma elevação que não ultrapassa 100 metros: temperatura média entre 26° e 27°C³, praias rasas e

1 Dorian Sampalo, *Anuário do Ceará 1979/80* (Rio: Barbero, 1980), p. 3.

2 Thomaz Pompeu Sobrinho, *Esboço Fislográfico do Ceará* (Fortaleza: Imp. Universitária, 1962), p. 7.

3 *Ibid*, p. 15.

terreno de formação arenosa, no qual, trabalhadas pelo vento, se erguem dunas movediças, capazes de chegar a algumas dezenas de metros de altura. O deslocamento dessas dunas, provocado pela pressão dos ventos fortes, chega a soterrar estradas, salinas, prédios próximos ao mar, assim como a foz de alguns rios, impedindo sua utilização como ancoradouro. Fixadas na estação úmida e deslocando-se durante o período seco, em que os ventos sopram com intensidade, as dunas até hoje representam problemas para a ocupação do litoral. Por trás dessas dunas, uma linha de elevação em tabuleiro margeia a costa, permanecendo ocupada por capoeiras, ou por cajueiro, nativo ou plantado.

As serras se apresentam com clima quase temperado, oscilações térmicas de 20 a 21°C⁴, solo fresco e profundo e elevações que chegam a 1.100 metros de altitude⁵, com excelentes condições para o desenvolvimento de vegetação exuberante.

No sopé das serras cearenses são encontradas ilhas de umidade, semelhantes às serras, merecendo destaque os brejos do Cariri, favorecidos por fontes de encostas da Chapada do Araripe que, aproveitadas para a irrigação desde os primórdios da colonização, aparecem sempre como uma das mais promissoras áreas agrícolas do Ceará. Entre outros vales úmidos não podem ser esquecidos os brejos da Ibiapaba, na borda da chapada da Serra Grande, sempre prontos a oferecerem ao homem os recursos necessários à sua subsistência.

O sertão é a área merecedora de maior destaque em nosso trabalho, não só por representar a zona mais interessante, pelos contrastes que aí se apresentam, como também por se tratar de região palco do impulso criatório no Ceará, através das fazendas de gado. Essas fazendas correspondem ao elemento fundamentalmente formador da civilização do Nordeste semi-árido e, de modo especial, do povoamento e colonização do território cearense.

4 Ibid.

5 Ibid, p. 107.

Ninguém melhor que Pompeu Sobrinho definiu o planalto interior cearense:

"a mais vasta região do território. [...] consistindo numa sucessão de colinas ou lombadas e um conjunto ligeiramente ondulado, cuja altitude cresce progressivamente para o interior, variando de 100 a 300 metros. Muitos rios e riachos sulcam o território, geralmente impermeável, argiloso ou rochoso, abrindo sulcos mais ou menos profundos [...]. Os rios cavam seus leitos aproximando-se do perfil de equilíbrio e as encostas ou vertentes erodidas se abaixaram, apresentando uma superfície que tende a tornar-se tangente ao talvegue dos cursos d'água. Pequenas cadeias de serras ou serrotes, profundamente sulcadas por um sem número de riachos secos durante o verão, erguem-se em muitos pontos, a uma altura que raramente excede a cem metros sobre o mar. Ordinariamente, estas elevações são simples serrotes isolados que se levantam bruscamente do planalto, apresentando, por isto, um aspecto imponente".⁶

A zona sertaneja é caracterizada como a mais quente e seca, apesar de suavizada com ventilação regular e fresca brisa noturna, com temperatura média em torno de 27 a 28°C.⁷ Os ventos que sopram de leste para oeste, varrendo o Ceará de ponta a ponta, são responsáveis pelo índice elevado da evaporação, verificada em todo o Estado, e conseqüentemente pela fraca anomalia térmica.

É a zona mais afetada pelas reações astronômicas a que está sujeito o Nordeste semi-árido, tais como as reações dos ventos e outros fatores cósmicos que condicionam a regularidade das forças da natureza, trazendo-lhe, muitas vezes, crises calamitosas.

6 Ibid, p. 106-107

7 Ibid, p. 15.

Então porque deu certo a criação de gado já que sofria tanto crises.

Essas crises são ocasionadas pela estiagem prolongada — as secas, ou pelo excesso de chuvas — as inundações ou enchentes dos rios.

Apesar da instabilidade climática do Nordeste, como fato telúrico, pouco se conhece sobre a ocorrência de secas no primeiro século de povoamento.

No Ceará, só vagamente os cronistas se referem à problemática da seca, no século XVII. A de 1607, por estar ligada aos acontecimentos de tentativa de ocupação da Capitania por Pero Coelho, mereceu maiores observações. O certo é que as secas e suas conseqüências só entraram no relato histórico da região depois que se efetuou a penetração dos colonos nas terras de criar. Hoje, já são bem significativos os trabalhos publicados sobre o assunto, por historiadores e técnicos em áreas diversas, fazendo-se assim dispensáveis maiores comentários nossos. Assinalamos, apenas, as incidências das estiagens ocorridas durante o século XVIII, para melhor orientação dos fatos a serem analisados.

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, apoiado em outros autores, embora de forma arbitrária, classifica as secas que assolaram o Ceará, naquele período, em: **seca intensa, grande seca e seca parcial**, atendendo à seguinte ordem:

1710-1711 — seca intensa

1721 — seca intensa

1723-1727 — grande seca

1736-1737 — seca parcial

1744-1746 — seca parcial

1772 — seca parcial

1776 — seca parcial

1777-1778 — grande seca

1784 — seca parcial

1790-1793 — grande seca⁸

Já as inundações ocorridas no Nordeste foram menos frequentes, nem por isso menos prejudiciais, sendo que as de

⁸ Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, *O Ceará no começo do século XX* (Fortaleza. Tip. Lithographia a Vapor, 1909), p. 282-283.

maior repercussão aconteceram em 1732, 1741, 1743, 1782, 1788, 1789.

As secas e as inundações, de triste registro na historiografia cearense, continuam a desorganizar a economia do Nordeste seco, provocando a miséria do homem do sertão, exposto à dependência dos bons e maus tempos; isto porque, apesar dos planos e projetos idealizados pelos poderes públicos brasileiros, em função de uma política de racionalização para os problemas do Nordeste, as crises com que hoje se defrontam os habitantes desta região pouco se diferenciam daquelas sofridas no século XVIII, período que serve à nossa pesquisa.

No "coração do sertão", isto é, nas áreas mais secas, a vegetação atinge o seu máximo de agressividade; a vasta porção do território, recebe uma cobertura vegetal dominado pela caatinga — árvores de pequeno porte, arbustos e cactos, representados pela **jurema preta** (*Mimosa nigra* Hub), **sabiá** (*Mimosa caesalpiniaefolia* Benth), **catingueira** (*Caesalpinia Giadneriana* Benth), **marmeleiro** (*Croton hemiargyreus* Muell. Arg.), **jucá** (*Caesalpinia ferrea* Mart.), **xique-xique** (*Pilocereus Gounellei* Weber), **mandaracu** (*Cereus Jamacaru* P. DC.), **cardeiro** (*Cereus catingicola* Guerke); ou ainda árvores de maior porte, como a **aroeira** (*Schinus aroeira* Vell), o **juazeiro** (*Zizyphus Joazeiro* Mart.)¹⁰ e tantas outras perfeitamente adaptadas ao solo e ao clima. Cipós florísticos que perdem a folhagem no período seco e se adaptam à hostilidade do ambiente, protegendo-se com o desenvolvimento lenhoso de seus tecidos, onde são acumuladas quantidades de reservas nutrientes, reverdecidas logo ao cair das primeiras chuvas, ou então conservando-se sempre verdes, nunca se despidendo de toda sua folhagem, mesmo nas mais rigorosas secas.

Quem observa o sertão no período invernososo, não terá nenhuma dúvida em ratificar a opinião de Pompeu Sobrinho de "que não é possível imaginar outra região mais rica de

⁹ Ibid, p. 289.

¹⁰ A classificação florística obedece a orientação de Renato Braga, *Plantas do Nordeste Especialmente do Ceará* (Fortaleza: Imp. Oficial, 1953).

estas variedades, dando a origem ao gado, do que vem sendo feita uma longa, e de plantas silvestres nativas com tipo *erectus*, dando ao leite e carne as mesmas qualidades...¹¹ Isto porque nas terras das matas existem plantas forrageiras, mas se destacam as melhores. Das terras silvestres destacam-se a *batata* (*Ipomoea batatas* Linn), tão procurada pelo gado, existindo que são muito nas terras secas e extremamente boas são encontradas espécies botânicas variadas, tais como a *cardão* (*Cereus setigera* Guérin) e outros cactáceos, e *mangueiras*.

Os terrenos de melhor qualidade, como por exemplo as capangas, são próprios ao desenvolvimento de uma variedade de grandes leguminosas e outras plantas que formam a multiplicidade de ervas forrageiras.

As gramíneas merecem, porém, destaque entre as melhores, classificando-se como primárias: o *capim mimoso* (*Anthephora hermaphrodita* Kunze), o *capim panasco* (*Aristida adscendens* Linn), e outras variedades de forragens de bom teor alimentar, comprovado em estudos procedidos, segundo Pompeu Sobrinho e Rensia Braga, no Museu Nacional do Rio de Janeiro e no Instituto Agrícola de Campinas, com resultados que comprovam a excelência das forragens nativas do Ceará.¹²

O regime pluviométrico e a pouca inclinação do solo não permitem no Ceará a formação de lagos e de grandes lagoas, nem tampouco de fontes perenes de maior significação; resultando, assim, o regime de vazão intermitente dos rios, cessando de entrar logo ao término da estação chuvosa, secando completamente nas estagões mais prolongadas. Características especiais dos cursos d'água da região quente e seca.

Os rios do Ceará são agrupados em três vertentes: Sudeste, Norte e Oeste. Destas, a mais importante é a vertente Sudeste, com uma extensão de 92.792 quilômetros e

que "se enquadra entre o Cordão Central de serranias arcaicas, a serra do Araripe e Fajã. Está a vertente sudeste, incluindo a maior parte do território do Estado, tendo como base principal do rio Jaguaribe (a maior e mais importante), incluindo como afluentes os rios Pirajá, Choró, Pacoti, Malcozinhado e do Ceará.

O rio Jaguaribe, com o curso total de 810 quilômetros, nasce nas "serras de Joazeiro e de São Joaquim, do Cordão Central, e, confluindo, formam-se o Carrapateira, o Trici e o Fajã. Depois do encontro dessas três correntes é que toma o nome de Jaguaribe e desliza para o oceano, vencida a inflexão no ponto em que recebe o afluente Salgado, em linha aparentemente reta. A sua foz é abaixo cerca de 15 quilômetros da cidade de Aracati."¹³

O Jaguaribe recebe muitos afluentes, dos quais os mais destacados são: à margem esquerda — o *Palhano* (120 quilômetros), o *Banabulú - Quixeramobim* (o primeiro com 280 quilômetros e o segundo com 297 quilômetros), que constitui o seu maior sistema fluvial, o *Riacho do Sangue* (120 quilômetros), o *Manuel Lopes*, o *Faet*, o *Truçu* (80 quilômetros), e pela direita — o *Figueiredo* (110 quilômetros), o *Salgado - Rio dos Porcos* (o primeiro com 162 quilômetros e o segundo, o *Quimani dos antigos*, com 140 quilômetros), o *Carlús* (135 quilômetros), o *Bastião*, o *Conselção* (130 quilômetros), o *Jucá*, o *Pulú*, estes dois últimos drenando as águas do chamado sertão ou planalto dos Inhamuns.

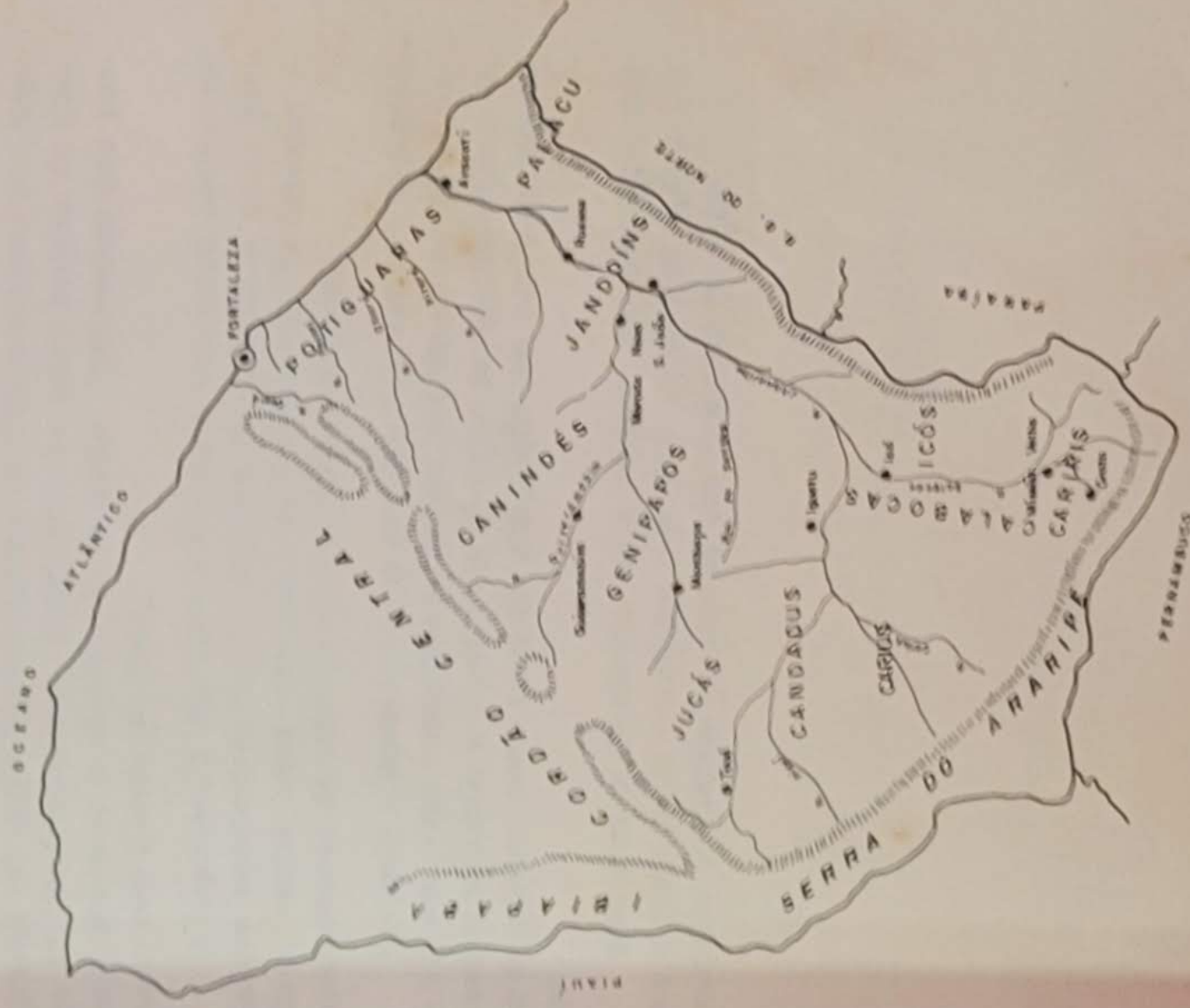
Enquanto que o sistema Salgado - Rio dos Porcos, banha o vale do Cariri (Cariris Novos), encrustado ao contido na moldura da serra do Araripe, o Banabulú - Quixeramobim rasga e umedece os sertões de Mombaça e Boa Viagem.) :

A **Vertente Norte**, compreendendo uma superfície de 38.970 quilômetros quadrados, ocupa toda zona norte do território, fazendo-se representar pela bacia do Acaraú, a segunda em

11 Thomas Pompeu Sobrinho, "Pesquisa no Ceará", in *Album de Fortaleza* (Fortaleza: Tip. A. G. Mendes, 1931), s.p.

12 Ibid.

13 Raimundo Girão, "A marcha do Povoamento, in *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe. Aspectos Sócio-Culturais* (Recife: Oficina Mousinho Artelatos de Papel Limitada, 1967), p. 15-52.



WILLYS R. SMITH, SUICIDE

Distribuição das indústrias no eixo do desenvolvimento

Source: *Survey of the U.S. Economy*, 1997.

(Elastic Stress on Bone Surface - Calculated as $\sigma_{\text{surface}} = \sigma_{\text{int}} \cdot \frac{D}{2}$)

importância, tendo como afluentes mais significativos os rios **Curu, Mundaú, Acaratimirim, Aracatiaçu, Coreaú, ou Camocim** (antigamente Rio da Cruz) e o **Timônia**.

A **Vertente Oeste**, a partir da Serra da Ibiapaba ou Serra Grande, tem como representante o rio Poti, que drena uma área de 12.330 quilômetros. Estendendo-se pelos sertões de Cratêus, atravessa o planalto da Ibiapaba, continuando seu percurso pelo Estado do Piauí.

A importância das bacias fluviais e dos vales úmidos foi sempre significativa na colonização da Capitania, encontrando-se, nestas áreas, respostas às informações fantasiosas e contraditórias de esterilidade das terras cearenses.

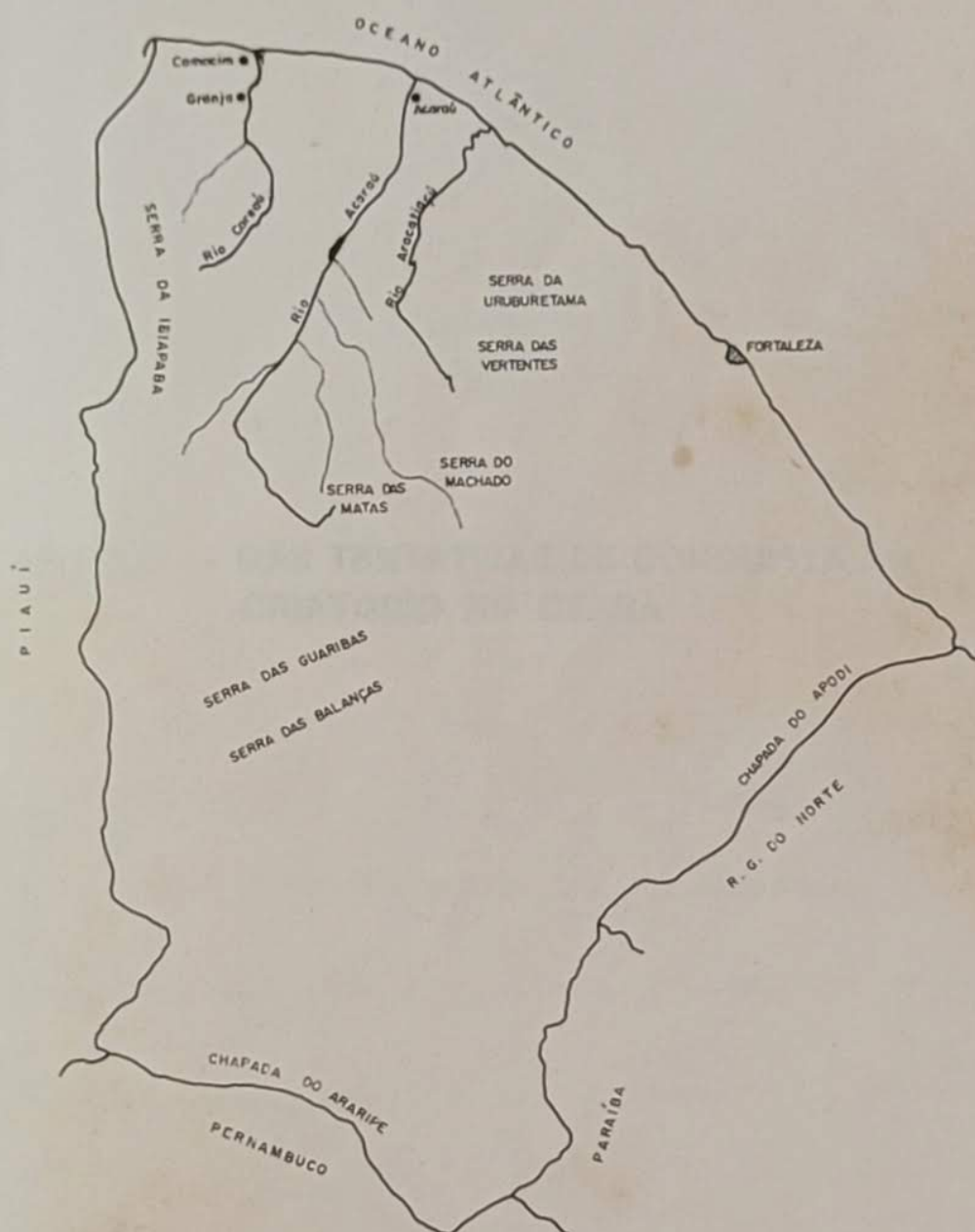
Cortando o litoral seco, os grandes rios, como o Jaguaribe e o Acaraú, com nascentes no sertão, tiveram suas regiões povoadas, passando a constituir o corredor de ligação entre o interior e o mar, como pode ser observado nos capítulos seguintes.

Sem sombra de dúvida, foi à margem dos principais rios que a colonização encontrou o incentivo principal para o povoamento da Capitania, através das fazendas de gado.

Os rios foram os caminhos da colonização do interior, pois o ligam com o mar.

Jaguaribe
Acaraú
Poti

MAPA 2



VERTENTE NORTE

FONTE : Pe. João Mendes Lima
 (Sobral na história do Ceará e a personalidade do Pe. Ibiapina - 1976 pg.9)

2º CAPÍTULO — DAS TENTATIVAS DE CONQUISTA AO
CRIATÓRIO NO CEARÁ

A tentativa de achar algo interessante no Ceará. Conta a lenda como se criou a invasão holandesa.

A lenda do ardisimo de Aguiar.
As facilidades e dificuldades em criar
gado no Nordeste.

O interesse do europeu pelas terras do Nordeste brasileiro encontra-se expresso na documentação da primeira década do século XVI.

As terras litorâneas de Pernambuco e Bahia aparecem como opção econômica da Colônia de início com a exploração do pau-brasil, depois para o cultivo da cana-de-açúcar.

Os esforços empregados na estabilidade da Capitania de Pernambuco e a implantação de uma atividade agrícola canavieira, se fazem presentes na correspondência de Duarte Coelho a El Rei.¹

Em **Diálogo das Grandezas do Brasil**, escrito em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão destaca o prestígio econômico-social de que gozavam, àquela época, os proprietários de terras e senhores de engenho, quando opina sobre as **condições de gente** da Capitania.

"... A quinta condição é daqueles que tratam da lavoura, e estes tais se dividem ainda em duas espécies: a uma, dos que são mais ricos, têm engenhos, com títulos de senhores deles, nome que lhes concede sua Majestade em suas cartas e provisões, e os demais têm partidos de canas; a outra, cujas forças não abrangem a tanto, se ocupam em lavrar mantimentos e legumes".²

O cultivo da cana e o fabrico do açúcar nas regiões quentes e úmidas do Brasil tropical se apresentavam, na quarta

1 José Antônio Gonsalves de Mello, Cleonir Xavier de Albuquerque, **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei** (Recife: Imprensa Universitária, 1967).

2 Ambrósio Fernandes Brandão, **Diálogos das Grandezas do Brasil** segundo o apógrafo de Leinden, aumentada por José Antônio Gonsalves de Mello (2a. edição; Recife: Imprensa Universitária, 1966), p. XLII.

década do século XVI, como meio imediato de valorização da Colônia, não só para Portugal, como também para outros povos que viam, na exploração daquela região, melhoria de seus cabedais econômicos.

Não seria sem razão que Jan Andries Moerbeek, expondo os motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais devia lutar pela posse das "terras do Brasil", propunha:

"A Companhia [...] não pode projetar coisa melhor e mais necessária do que tirar do Rei da Espanha a terra do Brasil [...] contudo há dois lugares mais importantes [...] Bahia e Pernambuco [...]. A nação portuguesa fixou-se em umas quatrocentas milhas à beira da costa marítima [...] de modo que ali se pode chegar com um exército e explorá-la, plantando cana, produzindo açúcar, tabaco e gengibre [...] vendendo [...] aos negociantes de Portugal, ou então mandando para cá."³

Justificando ainda que "tudo isso junto importa em cerca de setenta e sete toneladas de ouro, que a Companhia das Índias Ocidentais poderá tirar anualmente destas terras..."⁴

Nas diretrizes impostas pela política européia, para a exploração de suas colônias americanas, as mesmas eram vistas pelas Metrópoles como fontes de riqueza mineral ou agrícola, especializada em produto raro no mercado externo consumidor. O Brasil, colônia de Portugal, não foi exceção.

Como não foram encontrados metais preciosos nos primeiros séculos, a alternativa recai sobre a exploração agrícola que caracterizou o Brasil colonial, a economia primária exportadora com tendência monocultora, apoiada no trabalho escravo.

³ Jan Andries Moerbeek, "Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais devem tentar tirar do Rei da Espanha a terra do Brasil e isto quanto antes", *Brasil Açucareiro*, Vol. 19, número 3 (março 1942), p. 44-48.
⁴ Ibid, p. 50.

A tentativa de exploração extrativa, como o pau-brasil, apesar de intensa, não possibilitou a criação de estabelecimentos fixos, de vez que seus exploradores mudavam constantemente de área. Indiretamente, tal exploração deu origem a alguns estabelecimentos coloniais, a começar pelos fortins.

As terras do Siará Grande não provocaram interesse, nem mesmo ao invasor. Os homens brancos encontrados entre os nativos, pelos primeiros exploradores, aqui chegaram como piratas aventureiros, sem nenhuma iniciativa colonizadora.

Ao contrário do que ocorreu em Pernambuco, o donatário da Capitania do Ceará, Antônio Cardoso de Barros, não chegou sequer a tomar posse de sua doação, somente vindo ao Brasil como Provedor da Fazenda, no Governo de Tomé de Sousa, em 1549.⁵

Não há dúvida de que fatores de ordem político-econômica vêm se juntar aos obstáculos citados na historiografia tradicional, como causadores do atraso da colonização desta donatária, onde aparece a aridez do clima, a agressividade do nativo e as correntes aéreas e marítimas da costa nordestina, dificultando a navegação na maior parte do ano, resultando de tudo isso que somente depois de cem anos do descobrimento cabralino haja começado a penetração do Ceará.

A negligência do regime das Capitanias no Norte, facilitou a instalação de outros povos na região. Mesmo em território cearense, flamengos, ingleses e franceses aportaram, transacionando com os índios (através de troca ou escambo), utensílios europeus (machados, foices, tesouras, panos, quinquilharias, etc.) por produtos da terra.

Nenhum documento é mais claro neste sentido, que a *Relação do Ceará*, escrita por Soares Moreno, em 1618.

"... alli nos três annos que digo, aportarão muitos Piratas que com aquelles Índios commerceavão e carregavão muitos navios de algodões e pimenta

⁵ Barão de Studart, *Geografia do Ceará* (Fortaleza: Editora Minerva, 1924), p. 7.

malagueta, muitos bichos [...] e muito pao a quem os índios chamão Uburaquatiara que é o melhor que até agora se há descuberto em todo o Brazil..."⁶

Muitos desses piratas de que nos fala Moreno trocaram a civilização européia pelo ambiente primitivo da Colônia, quando habilmente souberam aproveitar a confiança conquistada dos nativos, dela tirando proveito em seus interesses.

De tais invasões, a francesa, ao norte do Brasil, com a fundação da França Equinocial, tornou-se a preocupação primeira dos representantes governamentais da Metrópole. Expulsar os franceses do Maranhão exigia medidas enérgicas e imediatas. E, assim sendo, as terras do Ceará, apesar de consideradas sem proveito algum, seriam importantes; isto porque, em razão de sua posição geográfica, o Ceará representava ponto de defesa, escala e suprimento para as forças em demanda a serviço da conquista, merecendo de Soares Moreno, esta recomendação:

"A sua Magd. lhe convem ter aquella Colonia bem negoçada que os Piratas se não apoderem della que como fica a barlavento do Maranhão [...], se deve de sustentar aquillo para estalagem dos que forem e vierem do Maranhão e Pará para Pernambuco que hindo destroçados do caminho alli refazem assim de mantimentos como de índios para os acompanhar tambem servira para os nossos Navios para que lhe for necessário..."⁷

A primeira tentativa de conquista foi efetuada em 1603, pela bandeira dirigida por Pero Coelho de Sousa que, com patente de Capitão-mor, tinha objetivo de explorar o rio Jaguaribe, além de impedir o comércio que aqui faziam os traficantes estrangeiros, e ainda descobrir minas e oferecer "pazes em nome de Sua Majestade, a todo o gentio..."⁸; estava clara no Regimento expedido pelo Governador Geral, Diogo Botelho

6 ———, *Documentos para a História do Brasil e Especialmente a do Ceará* (Fortaleza. Tip. Studart, 1904), V. 1, p. 134.

7 Ibid., p. 138.

8 Ibid., V. 4, p. 5.

e que devia servir de normas a expedição de Pero Coelho, a existência de objetivos políticos, econômicos e religiosos.

Para a empreitada, foram requisitados, além de outros soldados, Martim Soares Moreno, "Pedro Congatan, língua, e mais outro língua francês chamado Tuim-Mirim, e com duzentos índios frecheiros de quem eram principais Mandiopuba, Bata-tam, Caragatim, Tabajaras e Garaguinguira, Potiguar".⁹

Depois de repetidas lutas com os índios, em relação aos quais é acusado de escravização e maltratos, construiu, Pero Coelho, às margens do rio Ceará, a povoação que denominou de Nova Lisboa. De importância relativa, não produziu, no entanto, os resultados esperados. Acossado pelo silvícola inimigo e pela trágica seca de 1605-1607, Pero Coelho foi obrigado a retirar-se, primeiro para o Jaguaribe, seguindo depois ao Rio Grande, a fim de não ver morrer de fome outros membros da família e seus companheiros de infortúnio. Frustrava-se, assim, a primeira empresa colonizadora no Ceará.

Nova tentativa veio em 1607, com os missionários da Companhia de Jesus, cujo trabalho tinha fins catequéticos. Os resultados foram ínfimos, comparados à tragédia sofrida pelo Padre Francisco Pinto, morto pelos índios Tocarijus e à fuga dramática de seu companheiro, Padre Luís Figueira.

As opiniões são unânimes, entre historiadores, de que a posse do território do Siará Grande se deve a Martim Soares Moreno que, como já foi salientado, aí esteve com a comitiva de Pero Coelho, quando fez amizade com algumas nações indígenas, segundo sua própria narração:

"Sendo de pouco idade passei ao Brasil por soldado, em companhia do governador D^o. Botelho logo que cheguei a Pernambuco fui com o Capitão-mór Pero Coelho de Souza a descobrir a conquistar a Província de Jaguaribe e Siará e Mel Redondo, servindo de Soldado, onde tivemos muita guerra com aquelles índios que erão infinitos, tinham muitos fran-

9 Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (6a. edição; São Paulo, Editora Melhoramento, 1975), p. 282.

cezes em sua companhia [...] Neste discurso de tempo aprendi muita parte da língua daquelles Índios e travei com elles particular amizade particularmente com o principal dalli chamado Jacauna ..."¹⁰

O retorno de Soares Moreno ao Ceará se deu em fins de 1611. Com a boa acolhida e a cooperação dos Índios amigos, constrói um pequeno forte no mesmo local em que Pero Coelho levantara o seu, que denominou de São Sebastião.

Apesar do esforço e interesse dispensado ao Ceará, a ponto de, em luta com os fiibusteiros que infestavam a costa, degolar mais de duzentos franceses e flamengos¹¹, Moreno permanece por pouco tempo ali, uma vez que é chamado a combater os franceses no Maranhão, só voltando ao Ceará em 1621. Desta vez, com o título de Capitão-mór, quatrocentos cruzados anuais de ordenado e a posse de duas léguas de terra das doze que havia solicitado ao Rei.

Soares Moreno chega ao Forte em 23 de setembro, achando

"a terra falta de mantimentos [...] Também [...] tudo desacomodado de recolhimento de forte porque não há mais que uma estacada de varas que estão cahindo com umas cabanas de palha, sem donde podesse recolher uma pequena de pólvora..."¹²

Em vão os esforços empregados e os pedidos de ajuda feitos à Metrópole e a seus representantes na Colônia, em repetidas cartas, quando, energicamente, Moreno expõe o perigo de perda da povoação, observado, por exemplo, na correspondência de 17 de outubro de 1628, em que pede a El Rei providência contra a negligência dos Governadores do Brasil para com o persídio do Ceará, dizendo:

"Os Governadores dos Estados do Brasil não somente não querem dar cumprimento as Provizões Reaes

10 Barão de Studart. Documento, V. 1, p. 133-134.

11 Ibid, p. 135

12 Ibid, p. 293

mandando a gente e soldados de que V. Magd. manda prover este Prezido, mas ainda negão os pagamentos aos poucos, com que com tantos trabalhos sustento esta Capitania há tantos annos, quatro há que nos falhão os pagamentos, com que os Pobres andão todos despidos e doentes e tão desesperados que cada hora receio um motim..."¹³

Com o descaso da Metrópole e a retirada de Soares Moreno, em 1631, para combater os holandeses em Pernambuco, concretiza-se a ruína do forte e seu abandono, antes mesmo da invasão holandesa, em 1637.

A falta de empenho do Governo português pelo povoamento do Ceará é justificável, se levada em conta a conjuntura político-econômica da época. Isso porque, embora se encontrasse, na Capitania, madeira da melhor qualidade, como o pau-violeta (*Dalbergia cearensis* Ducke), e outras espécies empregadas na marcenaria, não se produzia, aí, o pau-brasil, o produto nobre da primeira investida comercial na Colônia. Também foram reconhecidas como exageradas as afirmativas de Moreno, de que "as canas de assucar se dão espantosamente"¹⁴, nos locais explorados por ele; servindo então de justificativa a restrição para duas léguas, seu pedido de sesmaria, alegando Alexandre de Moura em sua informação: "estive na terra e sei que não é toda fértil nem boa para canas de assucar..."¹⁵ Além do mais os tão propalados comentários de que "a terra promete ter muito metal..."¹⁶ não se tornaram realidade.

Não eram outras as intenções do Major George Gartsman e do Capitão Hendrick Huss, quando desembarcam na Capitania do Ceará, em companhia de Índios amigos e 126 soldados, atacando o forte de S. Sebastião, que passa a ser comandado por representante holandês. Este, no empenho de obter lucros

13 Ibid, V. 2, p. 221-222.

14 Ibid, V. 1, p. 296.

15 Ibid, p. 267.

16 Ibid, p. 297.

para a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, andou em muitas atividades, para descobrir salinas, âmbar e explorar o pau-violeta, nas costas cearenses. Para isso, contavam com a adesão dos índios, agora em maior rivalidade com os portugueses.

A amizade entre índios e invasores não perdurou por muito tempo, uma vez que o comportamento batávico não diferiu do comportamento daqueles anteriores dirigentes.

As divergências entre os aborígenes e holandeses chega ao auge em 1644, quando, de surpresa, os índios, insatisfeitos, tomam a fortificação e trucidam os seus ocupantes.

Com o extermínio da povoação da Barra do Ceará, encerrava-se o ciclo histórico de que nos fala Raimundo Girão, citando Câmara Cascudo:

"O fortim de Pero Coelho de Sousa em 1603, a aldeia de S. Lourenço do Padre Luis Figueira em 1608, o forte de S. Sebastião de Martin Soares Moreno em 1621, encerram o ciclo histórico em 1644. Topográfica e especificamente distintos da fundação de Matias Beck na duma Marajaitiba, com o Schoonenborch em 1649. Entre os dois núcleos não existe a continuidade funcional indispensável a uma unidade histórica".¹⁷

A análise é feita tendo em vista que, cinco anos depois, é ainda o holandês quem desembarca em território cearense, agora, não mais no rio Ceará, mas na baía do Mucuripe, numa esquadra chefiada por Matias Beck, com gente e aparelhagem técnica indispensável à exploração de minas de prata, noticiada pelos índios locais.

Depois de constantes e inúteis buscas das tão apregoadas riquezas minerais, em 1654, com a expulsão definitiva do holandês do Brasil, deixa Matias Beck o Ceará para, ao redor do seu Schoonenborch, ser restabelecida a colonização portuguesa,

¹⁷ Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará* (3a. edição; Fortaleza: Imp. Universitária, 1971), p. 58.

desta vez, sob a orientação governamental do Capitão-mór Alvaro de Azevedo Barreto; não, sem antes, enfrentar o desassossego dos índios em rebeldia constante.

Mesmo depois de efetivado o domínio luso, continuou o Ceará seu acanhado desenvolvimento em volta do pequeno forte que recebeu reparos e a denominação de Nossa Senhora da Assunção, embora ainda sem nenhuma mudança estrutural na sua economia.

O retardamento do progresso da Capitania não se deveu apenas à incapacidade administrativa dos capitães-mores, às desavenças entre as autoridades e à pobreza financeira das câmaras e dos cofres reais. Deveu-se, muito mais, às condições de ordem geral a que estava sujeito Pernambuco, a Capitania de quem dependeu política e economicamente, de 1656 a 1799. O pequeno número de povoadores presos ao litoral não se animava a investir contra o sertão dominado pelo silvícola agressivo e indomável, sempre pronto a repelir o invasor à flexa e tacape, em defesa de sua gleba; a bicharada hostil e a ecologia desconhecida aterrorizavam o "homem branco", prendendo-o cada vez mais à orla marítima.

A colonização só assume aspecto novo depois de acontecimentos de ordem mais ampla a que foi exposta a Metrópole.

A instabilidade política por que passou Portugal, em razão dos prejuízos advindos da política asiática e sua dependência ao Governo Espanhol, depois da invasão do exército de Felipe II, acentuou-se ainda mais com a emigração portuguesa para as colônias americanas e, de modo especial, para as capitânias representativas do Nordeste — Pernambuco e Bahia. A população, ocupando a estreita faixa litorânea, não tinha espaço suficiente para receber convenientemente o emigrante, uma vez que as melhores terras encontravam-se ocupadas por grupos privilegiados com engenhos ou plantios de cana.

Outros fatores regionais afetavam também a estrutura política e econômica da Colônia, depois da retirada holandesa, em 1654. Surgiram outros centros de produção de açúcar, mais competitivos, o que fez declinar o preço do produto, e a dimi-

nuição da exportação do açúcar mesmo sem levar em conta o declínio da lavoura, que a historiografia tradicional aponta como causa a retirada dos plantadores de cana para as minas descobertas.

Apesar da crise, a região açucareira não perde sua grandeza, mas quebra naturalmente o exclusivismo primitivo.

"Surge nova força — a civilização do sertão da terra — partilhando a liderança da vida econômica e social do Nordeste, cuja evolução a partir daí se processará em torno de duas realidades que se completam: o canavial e o pastoreio, litoral e interior, senhor de engenho e vaqueiro, casas-grandes e currais".¹⁸

Com o pastoreio dá-se a quebra do exclusivismo econômico do açúcar e se efetiva a exploração do interior e o desenvolvimento das chamadas Capitânicas do Norte.

A cana, apesar de sua dependência ao criatório, para seu meio de transporte e como força de tração para os trapiches e, ainda, principalmente, como fornecedor de alimento e couro a confecção artesanal ao mercado consumidor — os engenhos; expulsava o boi para o interior, em razão da necessidade, cada vez maior, de terra litorânea para seu plantio e produção do açúcar exigida pelo mercantilismo europeu.

Assim sendo, os tão propalados obstáculos climáticos e a agressividade das nações indígenas, ali existentes, são vencidos pelo incentivo de capturar o negro foragido, escravizar o índio e adquirir novas terras para criar gado, estimulando a penetração do sertão e o devassamento daquelas Capitânicas.

O que foi iniciado logo após a retirada flamenga, quando "abrem-se quase simultaneamente dois ciclos de povoamento, caracterizados ambos pela penetração intensa dos sertões."¹⁹

¹⁸ Costa Porto, *O Pastoreio na Formação do Nordeste* (Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1959), p. 22.

¹⁹ Thomaz Pompeu Sobrinho, "Povoamento do Nordeste Brasileiro". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 51, (janeiro/dezembro 1937), p. 125.

Desata-se, assim, o ciclo do pastoreio, que teve a principal fonte de alargamento do trecho que vai do médio São Francisco à bacia do Parnaíba, nos limites do Piauí com o Maranhão e, recuando para o oeste, alcança o Tocantins, atingindo a região dos Pastos Bons, no Maranhão. Acompanhando os vales fluviais, baianos e pernambucanos, com a colaboração eficiente do bandeirismo paulista, viriam formar as já tão comentadas correntes exploratórias, definidas por Capistrano de Abreu como corrente do **sertão de dentro**, dominada pelos baianos e a do **sertão de fora**, de que foram prioritários os pernambucanos.²⁰ Correntes estas que Pompeu Sobrinho identifica como do quinto e sexto ciclos de povoamento do Nordeste, pelos exploradores "brancos"²¹.

Assinalando a junção destas correntes, em função do povoamento cearense, Caio Prado opina:

"No Ceará confluem os dois movimentos: o da Bahia, que de retorno do Piauí se desvia para leste, atravessa o cordão de serras que separa esta capitania da do Ceará (serras de Ibiapaba, Grande) e se estabelece na região limítrofe, bacia do alto Poti, onde hoje está Crateús e que por isso pertenceu de início ao Piauí..."²²

Enquanto Raimundo Girão completa:

"deram-se as mãos aí esses baianos-piauienses e os baianos-pernambucanos-cearenses que, de um lado galgavam as nascentes do Jaguaribe, no sul, e, do outro, subiam as do Acaraú, ao norte."²³

O gado adaptado ao novo **habitat** — a caatinga — extensa área disponível, pouco propícia à indústria agrícola, oferecia exce-

²⁰ João Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial* (6a. edição; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976), p. 129.

²¹ Thomaz Pompeu Sobrinho, op. cit., p. 125.

²² Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo* (15a. edição; São Paulo: Editora Brasiliense, 1977), p. 63.

²³ Raimundo Girão, "Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 62 (janeiro/dezembro 1940), p. 20.

De onde veio o gado?
7 currais
lentes condições para desenvolver a nova atividade, que consistia, apenas, no aumento dos rebanhos e na aquisição de mão-de-obra. Com pequeno capital, podia ser efetuada a compra de algumas "reses", exíguo equipamento e um reduzido número de escravos; permitindo ainda que "aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado."²⁴

O rebanho criado solto facilitou a adaptação do Índio que, por submissão ou aniquilamento moral, foi pouco a pouco integrado no trabalho pastoril.

Outro fator que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento do criatório foi sua capacidade de locomoção: "Os gados [...] não necessitam de quem os carregue, eles são sós os que sentem nas longas marchas todo o peso de seu corpo, e apenas se faz necessário que haja quem os encaminhe"²⁵, assim foi fácil o seu transporte.

Os próprios fatores contrários — as secas e os Índios rebeldes — não puderam impedir o desenvolvimento da pecuária, apesar dos métodos rudimentares de sua implantação. Os currais²⁶ localizados às margens dos rios e adjacências, facilitavam a aquisição de água corrente ou de poços (cacimbas), garantindo os períodos de estiagem. A abundância e variedade de pastagens forrageiras produzidas nos períodos chuvosos, nas imensas áreas inexploradas, assim como a salinidade do solo, garantiram a subsistência de um rebanho relativamente numeroso; composto, em sua maioria, de uma raça bovina re-

24 Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (15a. edição; São Paulo: Editora Nacional, 1977), p. 59.

25 João Capistrano de Abreu, *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (4a. edição; Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975), p. 137.

26 *Currais*: eram chamadas as fazendas de gado que até 1691, "segundo o holandês Elias Herckman não passavam de simples cercas em lugares desertos com o fim de prender momentaneamente os gados". Antônio Bezerra, *Algumas Origens do Ceará* (Fortaleza. Editora Minerva, 1918), p. 51.

sistente, adaptada, através de mutações sucessivas, às condições ambientais da região.

Adquirindo sesmaria por doação ou compra, os **homens de posse**, residindo "nas cidades litorâneas onde eram igualmente plantadores de cana-de-açúcar"²⁷, ocupavam as suas terras, tornando-se senhores de extensas áreas, onde viriam formar os latifúndios, ainda hoje tão comuns no Nordeste; ou então, com terrenos de dimensões menores, multiplicavam as suas posses em locais diversos da Capitania.

É bem verdade que muitos deles nem sequer chegaram a tomar posse de suas terras, confiando a tarefa a elementos experimentados à aspereza do meio físico e à hostilidade do silvícola — os vaqueiros ou prepostos — que, **pari passu** ao boi, se afastaram da faixa costeira, embrenhando-se pela vasta zona do sertão adentro. Nesta caminhada, o criatório se expandiu, os caminhos se alongaram e o sertão "bruto" foi devassado.

A criação de gado, principalmente do gado vacum, já era conhecida na Capitania do Siará Grande, antes mesmo do povoamento interiorano. Martim Soares Moreno, em 1621, dava conta a El Rei que "umas vacas que trouxe se dão naturalmente cavalgadura e gados miúdos²⁸ pela mesma maneira."²⁹

Dezesseis anos depois, o Tenente Hendrick Van Har em carta endereçada ao Conselho da Companhia das Índias Ocidentais, no Recife, comunicava: "quanto ao gado que aqui existe, fiz o possível para reunir 221 cabeças, mas Gastsman mandou matar algumas e os Índios mataram outras [...] atualmente há 250 cabeças, contando as reses e as crias."³⁰

27 Henry Koster, *Viagem ao Nordeste do Brasil* (2a. edição; Recife: CEPE, 1978), p. 163.

28 *Gados miúdos*, eram chamados os "animais de pequeno porte, porco, cabra, carneiro, etc." Enciclopédia Brasileira Mérito. São Paulo, Ed. Mérito S. A., 1959, V. 9, p. 470.

29 Barão de Studart, *Documento*, V. 1, p. 296.

30 José Hygino, "Gedion Moris de Jorge", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 10, número 1 (janeiro-março 1896), p. 80.

É aceitável que o gado encontrado pelos flamengos, no Ceará, fosse proveniente daquele trazido por Moreno. O que não procede, porém, é que o referido gado, sofrendo o abate dos "brancos" e a caçada indígena, a quem ficou entregue a Capitania por muito tempo, tenha proliferado o suficiente para povoar o interior do Ceará.

A ocupação pecuária do sertão cearense se deu, não há dúvida, com o gado trazido das Capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, por colonizadores que, requerendo as primeiras sesmarias interioranas, vieram ocupar, de início, o vale do Jaguaribe.

Não é outra a opinião de Antônio Bezerra que, depois de minuciosa análise documental, publica:

"de 1680 a 1690 pouco se conhece do povoamento do interior do Ceará; sabe-se, entretanto, pela data de Teodósio de Gracismán, segundo donatário da sesmaria de Jaguaribe, e senhor do Aracati, anteriormente Arraial, por compra, em 1701, aos herdeiros do primeiro donatário Capitão-mor Manuel de Abreu Soares, que alcançou aquele comissário geral, em 24 de outubro de 1707, nas ilhargas do dito rio para a parte do sul, começando das testadas de Matias Cardoso, no riacho Quixeré, que ele estava desde o ano de 1683 povoando a Ribeira do Jaguaribe, sendo o primeiro descobridor e povoador da dita Ribeira."³¹

Sem sombra de dúvida, os rios Jaguaribe e Acaraú foram os dois primeiros pontos essenciais da colonização; e, ao mesmo tempo, serviram de estradas onde se desenvolveu a marcha de ocupação da Capitania; e depois escoadouro das manadas de corte para os mercados consumidores.

Os currais de gado às margens dos dois rios sucederam-se a tal ponto, que autoriza Antônio Bezerra

"dizer sem medo de errar que pelo fim do ano de 1707, o rio Jaguaribe, até as nascentes, estava co-

³¹ Antônio Bezerra, op. cit., p. 62.

nhecido e mais ou menos povoado com alguns sítios ou fazendas, que ocupavam grandes extensões de terreno, não se dando o mesmo com o rio Salgado que dispunha ainda de intervalos desaproveitados e sem donatários."³²

Em 1708 possuía a ribeira do Jaguaribe número de currais suficiente para que fosse exigido dos sesmeiros uma contribuição à construção da igreja, da hoje cidade de Russas. O fato pode ser comprovado pela carta de 15 de julho de 1709, dirigida ao Desembargador Cristóvão Soares Reimão, àquela época ali se encontrando em demarcação das terras jaguaribanas:

"O Capitão do Ceará [...] me deu conta [...] como na Ribeira do Jaguaribe, lançaste uma **finta**³³ sem ordem minha nem convocar os moradores dellas, finto 200 currais em 2 bois cada um e a terra de cada curral destes em dez tostões para fazer a igreja da ribeira."³⁴

O desdobramento das fazendas por compra ou aquisição de novas sesmarias, e, conseqüentemente, o aumento do rebanho, a partir da primeira década do século XVIII, deveu-se ao apoio oficial dado aos colonos, no combate aos donos naturais da terra; fornecendo armas para sua defesa pessoal, assim como organizando expedições contra os silvícolas. Combatendo agressivamente os índios, os donos de currais e seus parceiros os empurravam, à força da arma de fogo, mais para o interior, quando não os escravizavam ou eliminavam.

A rebeldia dos nativos que não pretendiam perder as terras, nem se deixar escravizar, formando alianças entre várias tribos, viria criar as confederações indígenas, utilizadas como pretexto pelos dirigentes superiores e colonos para lhes mover guerra "justa", com direito a reduzir os vencidos ao cativeiro.

³² Ibid, p. 108.

³³ Finta — Tributo extraordinário cobrado, no período colonial, em favor das obras pias correspondente ao valor de um por cento dos rendimentos de cada "proprietário" de fazenda de gado.

³⁴ Antônio Bezerra, op. cit., p. 252-253.

MAPA 3

OCUPAÇÃO DO INTERIOR DO NORDESTE
PECUÁRIA



FORTE: Manoel Correia de Andrade

(O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste, 1975 - pg.23)

A ordem régia datada de 20 de abril de 1708, documenta bem a "caçada" impiedosa, autorizada de Lisboa ao Governador do Brasil, Luis César Menezes:

"... Fui servido resolver se faça guerra geral a todas as nações de índios de corpo entrando-se por todas as partes, assim pelo sertão dessa capitania como pela de Pernambuco, Ceará e Rio Grande, para que não possam escapar uns sem cahirem nas mãos dos outros [...] incorporando-se umas às outras, farão mais formidável o nosso poder e mais seguro o estrago desses contrários e para que se aniquilem os que forem a esta empreza hei por bem declarar que não só não de matar a todos os que lhe resistirem, mas que não de ser captivos os que se lhe renderem, os quais se venderão em praça pública..."³⁵

A hostilidade tapuia durante o povoamento do Jaguaribe mereceu de pronto outro documento régio, desta vez dirigido ao Governador de Pernambuco, que, entre outras ressaltas, ordenava:

"... se extinguam estes bárbaros ou se afluem de nós tanto que nos fique livre o uso da terra ou se faça nelle tal estrago que se inutilidem em forma que a mais se não atrevam, e fiquem meus vassallos."³⁶

Segundo Perdigão de Oliveira, a quarta expedição com o pretexto, agora, de catequisar os índios, foi chefiada pelo Coronel João de Barros Braga, em 1727, que, subindo a ribeira do Jaguaribe, chegou aos limites do Piauí, "afluemando os gentios e desassombrando os moradores da dita ribeira."³⁷

Pedro Thibierge analisa o fato dizendo que "hoje nesta guerra impia episódios horríveis, [...] episódios que põe em dúvida quais foram mais bárbe-

35 Ibid., p. 206.

36 Ibid., p. 207.

37 João Perdigão de Oliveira, "Um Capitão de História do Ceará", *Revista Instituto do Ceará*, Vol. 4, número 2 (setembro, 1930), p. 20.

ros, se os Europeus civilizados que vinham roubar os bens e as vidas dos gentios selvagens [...], se estes mesmos filhos das florestas que se defendiam contra semelhantes atentados."³⁸

Com as providências tomadas em oposição à indiada, aumentou o interesse pelas terras do sertão, ainda não conhecido, incrementando-se, assim, a investida exploratória em outras vertentes cearenses, ocasião em que gente de Domingo Jorge Velho, seguindo a direção oeste, vai localizar-se às margens do rio Poti e suas adjacências, desbravando o extremo da Capitanía — os sertões de Crateús.³⁹

A colonização da região sul foi efetuada por baianos, seguidos por sergipanos, que ali "chegaram cobrindo o rasto dos ploneiros e se estabeleceram no Vale do Cariri e na zona cearense de influência do riacho dos Porcos, aqui lado a lado com os pernambucanos".⁴⁰ Todavia, o pastoreio não se desenvolveu naquele vale com a mesma força de exclusividade do restante do território cearense; aí, prevalece a agricultura, baseada no cultivo da cana-de-açúcar. O solo e as condições climáticas não foram os únicos fatores explicativos à anomalia. A causa determinante da exceção caririense é outra. Seus principais povoadores buscavam jazida de metais preciosos. Falhando, pois, o sonho das jazidas auríferas, os colonizadores procuraram desenvolver suas atividades no trabalho que lhes parece mais compensador e mais rápido. Além do mais, podia ser utilizada naquela cultura a mão-de-obra negra, adquirida para exploração das minas.

Não há dúvida de que foi durante o curto espaço de tempo de funcionamento da Companhia do Ouro das Minas de S. José

38 Pedro Théberge, *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará* (2a. edição; Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973), p. 129.

39 Sesmaria datada de 3 de janeiro de 1705, em doação feita pelo Governador de Pernambuco à viúva de Domingos Jorge Velho e seus oficiais subalternos. Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará* (Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947), p. 86.

40 Antônio Gomes de Araújo, *Povoamento do Cariri* (Fortaleza: Imp. Universitária, 1973), p. 19.

Quanto do negro no Ceará.
dos Cariris, que se deu a entrada organizada de escravos negros no Ceará. Segundo informa o Barão de Studart, em 1756 foram adquiridos, pelos sócios da Companhia, sessenta e nove escravos africanos, a preços que variavam de 80\$000 a 120\$000.⁴¹

Com a extinção da dita Companhia em 1758, desenvolve-se o plantio da cana e o comércio com Pernambuco, o que veio contribuir para a introdução de outros escravos negros na Capitanía.

Entretanto, no mundo pastoril, o negro aparece em quantidade reduzida, na maioria das vezes utilizado para o trabalho doméstico; assim, registrado por Pompeu Sobrinho:

"O afluxo de negros para o sertão foi sempre diminuto, porque a indústria pastoril rudimentar não exigia muita gente e para o labor dos campos de pastoreio tornara-se melhor o índio livre (ou os seus valentes descendentes). Por outra parte, a mortalidade maior do que a de qualquer outro elemento, e as secas calamitosas abriam claros sensíveis nos escravos. A seca também concorreu para avultar a venda de cativos negros para fora da região e, deste modo, duplamente influía na rarefação do sangue africano."⁴²

As primeiras sesmarias caririenses, na opinião do Padre Antônio Gomes, datam de 1703, apesar de já preexistirem "colonos fixados ao solo aqui e ali, e entre eles muitos de origem baiana",⁴³ dando origem às vilas de Crato e Jardim, que logo, se destacaram no cenário colonial.

Como pode ser observado, aos poucos cobria-se o sertão de núcleos de povoamento em todas as direções, a ponto de

41 Guilherme Studart, *Notas para a História do Ceará* (Lisboa: Tip. Recreio, 1892), p. 69-72.

42 Thomaz Pompeu Sobrinho, op. cit., p. 135-136.

43 Antônio Gomes de Araújo, op. cit., p. 20.

Angelo Faria
ser suspensão, por ordem régia de 1753, a concessão de novas datas.⁴⁴

A infiltração dos rebanhos, rios acima, intensifica-se, substituindo os currais pela fixação das fazendas de criar, o que mereceu acertadamente de Câmara Cascudo a afirmação: "O Gado foi o fixador e também [...] um alargador das áreas geográficas, [...] caçando pontos para as invernadas, os vaqueiros surpreendiam paisagens novas [...] que parecia pedir morada e alpendre de casa grande fazendeira".⁴⁵

As casas-grandes fazendeiras, de que nos fala Cascudo, não foram muito frequentes no sertão do Ceará. Na zona de criação, tais estabelecimentos nunca tiveram o alto valor que adquiriram os engenhos, as fazendas e sítios de cana. Todavia, aqui e ali, perdidas na imensidão das caatingas, encontravam-se casas enormes, baixas, de paredes grossíssimas e madeira pesada — verdadeiras casas-fortes para atender às exigências de estabilidade e da segurança dos antigos donos de engenhos que situavam fazendas de criar nos sertões, com a finalidade de satisfazer os seus interesses comerciais na zona açucareira.

Ao lado daquelas fazendas, além do curral para o amanho do gado, construía-se a casa de farinha, para beneficiar a mandioca e fabricar a farinha, produto este que, ao lado da carne, representava a base alimentar da população rural; a engenhoca (se o terreno se prestava ao cultivo da cana) para produção do mel e da rapadura; teares, onde se confeccionavam redes de dormir e tecidos grosseiros de algodão. O resto o gado produzia.

Essas fazendas representavam aquelas da fase dos fazendeiros absentistas do regime pastoril, afirmado por Capistrano.⁴⁶ Os grandes proprietários "entregavam os currais à admi-

44 Tristão de Alencar Araripe, *História da Província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850* (2a. edição; Fortaleza: Tip. Minerva, 1958), p. 25.

45 Luís de Câmara Cascudo, *História do Rio Grande do Norte* (Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1955), p. 52.

46 Capistrano de Abreu, *Caminhos Antigos*, p. 137.

nistração dos vaqueiros e aforavam boa parte dos seus latifúndios"⁴⁷. Merecendo de Spix Martins, em visita à Bahia, a seguinte observação:

"Os proprietários dessas grandes fazendas raramente moram no sertão. Gastão as rendas em distritos mais populosos, muitas vezes com luxo incrível, deixando a fiscalização a um mulato."⁴⁸

O tipo de construção mais comum na área rural da Capitania do Ceará era, naturalmente, aquele tipo representativo da segunda fase: dos fazendeiros que foram se estabelecer em suas terras.⁴⁹ Apesar da grande dimensão, eram casas sóbrias, com cobertura de telha em duas águas, vastos alpendres e paredes também grossas, levantadas com madeira, pedra e tijolo da própria fazenda.

As instalações modestas dessas fazendas e a indumentária simplíssima de seus moradores não apresentavam nenhum conforto e requinte; o que, na opinião de Manuel Correia de Andrade, "contrastava com a fidalguia ostentada pelas casas-grandes da região açucareira".⁵⁰

Ao longo dos latifúndios, a distâncias irregulares, ficavam os casebres dos outros habitantes. Cabanas de taipa, de chão batido, com cobertas quase sempre de palha, tetos baixos e pouca inclinação, portas e janelas insuficientes para entrada de luz e ventilação.

Ao redor das choupanas, se cultivavam os pequenos roçados para atender ao consumo imediato. Agricultura de emergência, trabalho para mulheres e crianças, porque os homens estavam ocupados nas labutas pastoris. A própria lavoura da sede da fazenda não tinha importância comercial. Produzia o milho, o feijão, um pouco do algodão para a fiação doméstica.

47 Jacob Gorender, *Escravidão Colonial* (2a. edição; São Paulo. Editora Ática, 1978), p. 413.

48 *Ibid.*

49 Capistrano de Abreu, *Caminhos Antigos*, p. 137.

50 Manuel Correia de Andrade, *A pecuária no Agreste Pernambucano* (Recife: s.e., 1961), p. 57.

e outras culturas de ciclo produtivo curto, complementar ao regime alimentar, fornecido pelo gado, que consistia no leite, queijo, manteiga e carne. Raramente eram feitas aquisições de outros produtos fora da fazenda, tais como tecidos mais finos e instrumentos de trabalho.

O couro representava a matéria-prima por excelência, na confecção artesanal dos utensílios empregados naqueles re-dutos — tanto no campo, como na lida doméstica.

O produto entrou de tal modo na vida sertaneja, a ponto de Capistrano denominar uma civilização do couro. Civilização esta exaltada até mesmo em versos, como no caso do poeta Francisco Carvalho, tomando como tema texto do citado historiador:

"De couro a porta da casa
de couro o cheiro dos quartos
de couro a cama maciça
para o mistério dos partos
de couro a reputação
dos nossos antepassados.
.....
De couro a sela enfeitada
para a ilustre montaria
De couro o ranger do vento
nos goncos da sesmaria.
A mala de guardar roupa
por espaço duradouro
o gibão de entrar no mato
atrás do brilho dos touros
e os banguês para o curtume
tudo, meu caro, é de couro."⁵¹

Os homens do sertão desenvolviam, assim, uma economia amonetária, utilizando ao máximo os produtos de que dispunham, procurando, então, conservar seus domínios rurais auto-suficientes.

51 Francisco Carvalho, *As Verdes Léguas* (Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1979), p. 62-63.

A unidade econômica da fazenda resultava da sua unidade social. Cada fazenda representava uma família, caracterizada pelo extremo patriarcalismo peculiar às coletividades pastoris. Laços de parentesco unem todos ao Senhor. Havia os parentes sangüíneos (legítimos e ilegítimos) e o restante, em número maior, por parentescos canônicos ou convencionais. Nestes últimos, encontravam-se os moradores e agregados. São as relações do regime do compadrio, dos domínios rurais.

O fazendeiro quando residia na fazenda dirigia os trabalhos, cercado dos parentes citados, acrescidos pelos "índios mansos que, constituindo depois sua prole, ali ficavam como pessoas de casa, podendo ainda se "encostar" forasteiros, no mais das vezes, fugitivos da justiça ou da ação vingativa de parentes de suas vítimas".⁵²

Não havia pagamento de salário e sim, troca de serviço. O fazendeiro sustentava seus agregados de comida, casa e roupa, em troca de seu trabalho.

Toda família permanecia sob o teto paterno e sob o pátrio poder mesmo depois da maioridade, até que seus novos membros contráissem casamento e formassem um outro lar.

Os filhos homens, auxiliados por outros elementos da fazenda, cuidavam do gado. Vestindo roupa de couro e montados em cavalos escolhidos, "campeavam" o gado — eram vaqueiros — a mais legítima configuração do sertanejo. Os vaqueiros iam-se transformando em donos de fazendas, por herança, ou por vaqueir'ce, destas fazendas que lhes foram entregues para cuidar, transformando-se depois em seus próprios senhores. O vaqueiro foi sempre um indivíduo merecedor de respeito, em razão da superioridade que lhe conferia o conhecimento da terra, do gado, dos métodos de criação e a responsabilidade direta das cousas da fazenda. A própria estrutura econômica não permitia a remuneração em dinheiro aos vaqueiros. O pagamento de seu trabalho era feito a longo prazo, através da quarteação da produção dos animais criados, na fazenda, na proporção de quatro por um; isto é, de quatro ani-

52 Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará*, p. 58.

mais nascidos anualmente, um pertencia ao vaqueiro. Esse tipo de pagamento por quarteação em uso até o início da primeira metade do século XX era feito, geralmente, no fim de cada "inverno" quando recolhiam os gados aos currais, para a ferra e outras providências.

Com a melhoria do rebanho principalmente nas criações não extensivas onde foram introduzidas raças bovinas importadas, os fazendeiros passaram a indenizar seus vaqueiros mensalmente, sistema este, aliás, muito recente.

Toda a vida fazendeira, da Colônia e de grande parte do Império, desenvolveu-se em torno do **gado**.

Em contrapartida, a empolgação da gente fazendeira pelo rebanho contribuiu, consideravelmente, para o pouco empenho pela exploração agrícola da região sertaneja onde, até mesmo a mandioca, não era cultivada o suficiente para atender às necessidades do consumo. Prova disso encontra-se na documentação do século XVIII. Em carta de 10 de abril de 1788, o Governador de Pernambuco fazia ao Capitão-mor Governador do Ceará a seguinte reclamação:

"Consta-me a incrível negligência e inércia em que vivem estes Povos pelo q' respeito a Agricultura principalmente das mandiocas que he o primeiro alimento, do q' tem resultado a extrema penúria esta experimentando do dito genero..."⁵³

O pouco interesse pela atividade agrícola, na opinião de Djacir Menezes, advém de que

"como o Colono não possuía o senhorio da terra, não se enraizava ao solo, verificando-se [...] mobilidade da população desapegada aos interesses agrícolas, os melhores fixadores do grupo humano".⁵⁴

53 Carta do Governador D. Thomaz José de Melo ao Ouvidor Geral e Corregedor da Câmara do Sinará Grande. **Ofício do Governo**. Livro 3, 1787-1789, APEP.

54 Djacir Menezes, **O Outro Nordeste. Formação Social do Nordeste** (Rio de Janeiro: Editora J. Olímpio, 1937), p. 67-68.

justificativa para o não agrícola

O descaso do sertanejo pela agricultura deveu-se também, à incerteza do clima, a inexistência de implementos agrícolas, não só para devastação da caatinga, como para o trato do solo: à falta de comunicação e transporte, assim como de um mercado consumidor mais competitivo, e capital disponível.

A agricultura na região e os elementos envolvidos naquele trabalho sempre estiveram à margem das atividades consideradas maiores do sistema, ou seja da cultura de exportação. Mesmo aqueles que chegavam a produzir algo neste sentido, o faziam de forma bastante diferente: sem escravos e na grande maioria das vezes sem a posse legal da terra, que trabalhavam com as suas próprias mãos e com precários instrumentos de trabalho.⁵⁵

Não há dúvida de que a mobilidade espacial permitida pelo pastoreio facilitou a adaptação, não só do indígena, nos primeiros tempos da colonização, como também influenciou esse interesse em seus descendentes, na fase desenvolvimentista das fazendas; a ponto de merecer do desconhecido autor de **Roteiro do Maranhão a Goyas pela capitania do Piauy**:

"Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará [...] principalmente pelas vizinhanças do rio S. Francisco abundam mulatos, mestiços e pretos [...]. Esta gente [...] pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nelle ocupado constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro".⁵⁶

55 J. F. Graziano da Silva (coordenador), **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira** (São Paulo: HUCITEC, 1978), p. 20.

56 Capistrano de Abreu, **Caminhos Antigos**, p. 136-137.

3º CAPÍTULO — URBANIZAÇÃO E ECONOMIA DA CAPITANIA
DO SIARÁ GRANDE NO PERÍODO COLONIAL

A Capitania do Ceará, ao modo de suas congêneres, era prejudicada nas atividades comerciais pelo caráter auto-suficiente das fazendas, onde a produção para o próprio consumo atendia às necessidades imediatas de seus habitantes, isolados "pela escassez dos meios de transporte, pela baixa urbanização, pela falta de moeda e pelo próprio nível de renda da comunidade"¹.

O tipo de povoamento, tendo como base a pecuária extensiva, provocou a dispersão daquelas fazendas e o isolamento de seus habitantes.

Apesar das condições econômicas da Capitania não favorecerem lucros compensadores ao Erário Real, a ação colonizadora se intensificava, através do rebanho, proporcionando, assim, o seu desenvolvimento comercial e urbano.

As fazendas aumentavam e a produção bovina tomava vulto. Documentação da primeira metade do século XVIII comprova esses fatos. Em testamento assinado em setembro de 1723, o Coronel Félix da Cunha Linhares, declarava possuir nas terras da ribeira do Acaraú e Aracatimirim e Pacujá "oito mil cabeças de gado vacum, pouco mais ou menos."² João Brígido, em Povoamento do Ceará, assinala que nas proximidades do Icó, em 1719, havia indivíduos que possuíam "mais de quatro mil reses".³ Produção bem considerável, para uma população rarefeita.

O escassez de habitantes da Capitania é semelhante, talvez, à raridade de dados estatísticos da população, na primeira metade do século XVIII.

¹ Mircea Bulescu, *Evolução Econômica do Brasil* (3a. edição; Rio de Janeiro. APEC, 1977), p. 102.

² Testamento do Cel. Félix da Cunha Linhares. Livro XI. Coleção Studart. IC..

³ João Brígido, "Povoamento do Ceará", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 14, número 3-4 (julho-setembro 1900), p. 243.

O primeiro recenseamento conhecido pela historiografia cearense, é o citado por Varnhagen, dando ao Ceará, 34.000 almas⁴ no ano de 1775. João Ribeiro Júnior, em trabalho mais recente sobre a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, examinando documentos extraídos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dá a Capitania do Ceará, no ano de 1762-63, 17.010 habitantes.⁵ Enquanto que Irineo Jofily, em **Notas Sobre a Paraíba**, apresenta um mapa das capitanias dependentes de Pernambuco, extraído das "relações dos párocos no ano de 1782, dá ao Ceará 61.408 habitantes".⁶

Em razão desta escassa população de baixo poder aquisitivo, a produção de carne excedia às necessidades do mercado local. Assim sendo, não era justificável, para a acanhada economia do Ceará, que centenas de reses fossem mortas, apenas para aproveitamento do couro, produto de destaque na exportação da Colônia, além de uso artesanal larguíssimo, como já foi observado em capítulo anterior. Além do mais, havia necessidade de carne, tanto nos engenhos da zona da mata, como nas minas e nas demais concentrações populacionais.

O problema, de início, foi solucionado com a comercialização do gado em outros mercados consumidores, principalmente na área açucareira, da qual Pernambuco se encontrava em primeiro plano.

O gado, "mercadoria de condições excepcionais: ela, mesma era o valor, ela mesma se transportava a si, ela mesma era o frete, para transformar-se em objetos, instrumentos, panos e escravos, trazidos daquelas praças consumidoras"⁷, permitiu sua comercialização em pé, nas feiras pernambucanas, de início

4 Francisco Adolfo Varnhagen, **História Geral do Brasil** (8a. edição; São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975), V. 5, p. 71.

5 João Ribeiro Júnior, **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1750-1780)** (São Paulo: HUCITEC, 1976), p. 72.

6 Irineo Jofily, **Notas sobre a Paraíba** (Brasília: Tesouro Editora, 1977), p. 257.

7 Raimundo Girão, **Pequena História do Ceará** (3a. edição; Fortaleza: Imp. Universitária, 1977), p. 107.

Olinda, depois Igaraçu e Golana⁸, assim como, na região do Recôncavo Baiano, onde Capuame apareceu como primeiro núcleo explorador deste comércio, na Bahia, depois Nazaré, Conceição de Feira e Feira de Santana⁹.

Operavam-se, pois, embora muito lentamente, as primeiras mudanças na economia de subsistência da Capitania do Ceará, uma vez que o seu produto básico — o gado —, além de satisfazer às necessidades diretas de sua população, tinha seu excedente comercializado noutros mercados da Colônia, possibilitando a aquisição de produtos importados do exterior, ou mesmo produzido no mercado interno¹⁰.

A documentação pesquisada não nos oferece subsídios para determinar o envio das primeiras boiadas àquelas feiras. Sabe-se, todavia, que apesar das distâncias e das dificuldades enfrentadas nas jornadas, elas se sucederam em número de cem a duzentas cabeças, caminhando de quatro a seis léguas diárias, conforme as pastagens e as aguadas. Nos locais onde faltava a água, chegavam a percorrer "caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragens onde possam parar".¹¹ As Capitanias de Pernambuco e a Bahia, além de comercializarem em suas feiras o gado oriundo das próprias Capitanias, recebiam os rebanhos das Capitanias vizinhas. Daí a dificuldade de se estabelecer a contribuição das boiadas de outras áreas naqueles centros consumidores. Sabe-se, todavia, que o consumo dos dois principais centros do Nordeste era intenso. Rollie Poppine, citando Thales de Azevedo, informa que "no fim do século XVIII, só na Cidade do Salvador consumia-se uma média de mais de vinte

8 Manuel Correia de Andrade, **A Terra e o Homem no Nordeste** (3a. edição; São Paulo: Brasiliense, 1973), p. 101.

9 Rollie E. Poppino, **Feira de Santana** (Salvador: Editora Itapoã, 1968), p. 55.

10 Paul Singer, **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico** (2a. edição; São Paulo: HUCITEC, 1976), p. 24-25.

11 André João Antonil, **Cultura e Opulência do Brasil** (2a. edição; São Paulo: Editora Melhoramento, 1976), p. 202.

mil cabeças de gado anualmente"¹², dizendo ainda que "é provável que por esse tempo se vendia cada ano na feira, cinco mil cabeças de gado."¹³

Os documentos analisados nos autoriza dizer que o consumo de carne, no Recife, não era inferior ao de Salvador, nem menor a comercialização do gado nas feiras semanais. Fato que pode ser comprovado pela carta dirigida ao Juiz Ordinário da Vila de Goiana pelo Governador de Pernambuco Thomaz José de Melo, em 14 de julho de 1788:

"Recebi as Relações dos gados q' entrarão nesta Feira nos dias 21, 22 e 23 do corrente somando o total de 1489; como porém pela Relação inclusa q' dessa vila se medirigis consta q' nos dias 20 e 22 sem incluir o de 23 do dº mez entrarão na dª Feira 1664 cabeças: ordeno a VM. q' da minha parte faça aviso ao Escrivão da Camara dessa Vila q' seja mais exacto nas Relações q' me enviar, as quais devem ser formadas apuresa e verdade com q' se deve falar na minha presença..."¹⁴

É fora de dúvida que, em razão da proximidade e dependência da Capitania do Ceará em relação a Pernambuco, as transações entre as duas Capitânicas foram bem maiores, principalmente na comercialização do gado.

Deve ser salientado que, mesmo para Pernambuco, o negócio não era compensador, uma vez que o gado emagrecia, a ponto de não ter condição física para o abate. Nestes casos, diante de tantos dias de longas caminhadas, debilitando-se, as vendas eram feitas a fazendeiros locais ou a pessoas dedicadas a reengordas dos rebanhos. Tais transações eram efetuadas abaixo do valor do animal, isso porque, diante da pers-

12 Rollie E. Poppino, *op. cit.*, p. 55.

13 *Ibid.*

14 Carta do Governador de Pernambuco ao Juiz Ordinário da Vila de Goiana, "Relação dos gados q. entrão na Feira dad.ª Vila...". *Ofício do Governo*. Livro 3. 1787-1789. APEP.

pectiva de volta daquelas reses para a fazenda de origem, os proprietários geralmente as vendiam por qualquer preço.

Os prejuízos se faziam mais comuns com os rebanhos das áreas próximas ao litoral, por possuírem cascos mais finos e menos resistentes às grandes travessias em terrenos pedregosos, faltando, a essas reses, condições de competir no mercado com os gados das Capitânicas mais próximas das feiras, e de melhor estrutura física. Além do mais, as despesas de viagem e o "ônus decorrente do subsídio do sangue"¹⁵ pago ao sair do Ceará, e os outros tributos obrigatórios com as Câmaras das vilas onde eram realizadas as ditas feiras, minoravam cada vez mais os lucros das boiadas. Daí, a diminuição dos envios das manadas litorâneas, passando os fazendeiros desta área, já a partir da primeira metade do século XVIII, a exportar seu gado abatido, transformado em carne seca, salgada, e em couro.¹⁶

Infelizmente, a escassez de documentos prejudica, mais uma vez, a indicação da época exata em que se dá o decréscimo do gado cearense naquelas feiras, assim como a contribuição, em números estatísticos, deste gado aos mercados consumidores.)

Há, no entanto, um número suficiente de dados demonstrativos de que, no ano de 1788, se observa um maior controle e vigilância do Governo de Pernambuco, com as suas capitânicas subalternas, sobre o comércio do gado; naturalmente, em razão da fase áurea da pecuária possibilitar uma arrecadação compensadora à máquina administrativa daquela Capitania. Isso está muito claro na iniciativa tomada pelo Governador D. Thomaz José de Melo, com a expedição da carta circular de 18 de

15 O subsídio militar, "ordinariamente conhecido por subsídio de sangue, ... estabelecido desde 1654, pela carta régia de 15 de maio incidia no gado vacum, quatrocentos reis por boi e trezentos e vinte reis por vaca, que se transportassem para fora da Capitania, ou que nela se consumissem, fosse nos açougues particulares, fosse na sustentação dos lavradores e criadores". Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará* (Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947), p. 95.

16 Ver capítulo seguinte.

fevereiro de 1788, às Câmaras das Capitanias de sua jurisdição, quando ordenava aos Ouvidores Gerais das mesmas e a todos os seus sucessores

"... q' estabelecção hum livro, em q' lancem [...] o nome de cada Proprietário de terra ou Rendeiro q' houver no seu Termo declarando as suas possibilidades; o número dos seus Escravos, as terras q' possuem ou cultivão e, a qualidade da Lavoura q' fazem; isso com toda a clareza, miudeza e exatidão q' for possível em hum anno [...] Este livro será feito pelo modelo q' remeto incluso o qual será registrado com esta no Livro competente e do registo me remetão certidão..."¹⁷

No Ceará as ordens foram observadas à risca, recebendo em julho de 1788, o Ouvidor Avelar de Barbedo, de seu superior, a seguinte carta resposta:

"Pelas suas três Cartas de 30, 31 de maio e 1º de junho fico siente da pronta execução q' VMcê deo as minhas Ordens, a respeito, da Relação dos Offos dessa Comarca q' lhe ordenei me enviasse: dos Edictaes, q' lhe mandei fixar para ficarem entendidos no verdadeiro espirito das minhas Ordenz sobre as Compras, e vendas dos mesmos gados, da exacta vigilância q' VMcês devia ter a respeito das Camaras observarem minha Ordem q' lhes mando formular hum Mappa de Agriculturas e criação dessa Capitania..."¹⁸

Na zona norte da Capitania, na Vila de Sobral, o cumprimento da ordem encontra-se documentado no Livro de Registro da Câmara, onde se lê no termo de abertura, em 20 de novembro de 1786: "Este livro tem de servir para a Relação das Plantações e Criações de gado destes termos [...] na conformidade

17 Carta circular do Governador de Pernambuco aos Officiais das Camaras etc. 1788. *Offício do Governo*, Livro 3. 1787-1789. APEP.

18 Ibid.

da Ordem do Ilmo Snr. Governador General das três Capitanias..."¹⁹

A determinação feita pelo representante máximo daquelas Capitanias foi ratificada pelo Edital da Câmara da mesma Vila, dando o prazo de dois meses para ser cumprido por quem de direito. "Os refratários seriam punidos como rebeldes, devendo pagar seis mil réis de multa ou cumprir trinta dias de cadeia."²⁰

Não obstante o desconhecimento dos livros de registro das Câmaras de outras Vilas cearenses, não há dúvida, porém, de que eles existiram, uma vez que se tratava de ordens superiores de caráter geral.

Apesar da vigilância e controle do poder central, as Vilas do período colonial, e depois cidades locadouras de feiras de gado, nos diversos períodos de nossa administração política foram beneficiadas com o comércio de gado em suas feiras, não só pela cobrança das taxas tributárias exigidas pelas câmaras nas transações comerciais do produto bovino, mas também como pólo de desenvolvimento econômico e social. As feiras de gado, na opinião de Roberto Simonsen, "exerceram uma função inconfundível na formação da nossa infraestrutura econômica unitária antes da Independência"²¹. Além do mais, possibilitaram a aproximação e o conhecimento do sertanejo perdido entre as distâncias, ilhado pela precariedade dos meios de transportes.

Não podemos deixar de fazer referência ao responsável pela tarefa de levar os rebanhos àquelas feiras — o tangerino

19 Termo de abertura dos livros das "Relações e Criações de Gados desta termo, que na conformidade da Ordem do Ilmo. Exmo. Snr. Governador Capitão General das três Capitanias deve fazer a Camara desta vila e remeter por cópia authentica ao dito Snr. do que diz este termo. Sobral em 20 de novembro de 1788. Ouv. Manoel Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo.

20 Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC). *Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará*. Fortaleza: Departamento de Recursos Sócio-econômicos 1974, V. 1, p. XIV.

— o perito destemido homem comum, que não vestia roupa de couro, e algumas vezes, nem mesmo era bom cavaleiro, mas que competia em importância com o vaqueiro, na lida pastoril. Enfrentando os maus caminhos, as feras, os assaltos e o sol causticante do sertão semi-árido, os tangerinos levavam para feiras distantes as boladas. No valém, das feiras às fazendas, em busca de novas manadas, percorria a pé centenas de léguas, numa faina para ele tão simples e comum, mas que encerrava um mundo de sacrifícios. Apesar de depender de sua atenção e cuidado o sucesso da empreitada, evitando que alguma rês se tresmalhasse, se cansasse em demasia, ou mesmo morresse em viagem, o tangerino não participava dos lucros obtidos na transação comercial do gado, recebendo apenas pagamento por serviço prestado.

Infelizmente não foram encontrados documentos informativos do valor pago aos tangedores das boladas da Capitania do Ceará, aos centros comerciais. Antonil, porém, tratando da Bahia, informa que para

"jornadas de quinze ou dezessete até dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado por cada cabeça de dita bolada [...] Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as reses que faltam."²²

Acrescentando ainda que "do rio São Francisco acima, vinda para Capoeira, alguns dos que tomam à sua conta trazer boladas alheias querem seis ou sete tostões por cabeça e mais, se for maior a distância."²³

A frente das boladas, ou acompanhando os tangedores do rebanho, seguíam pessoas montadas em animais, conduzindo cargas pesadas, provisões para atender às necessidades da viagem, assim como transportando ainda a mercadoria transacionada nos outros mercados. A eles não devemos apenas a

21 Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)* (São Paulo: Nacional, 1977), p. 186.

22 André João Antonil, op. cit., p. 202.

23 Ibid.

participação do desenvolvimento da pecuária e o abastecimento de carne verde à população carente do produto. É indiscutível que foram os tangerinos, no período Colonial do Brasil, no chamado "século do couro", os desbravadores dos nossos sertões, antes do progresso da agricultura, do comércio e da indústria.

Foi, na verdade, pelos roteiros das boladas que se abriram novas perspectivas para a verdadeira colonização da Capitania do Ceará, colonização esta que se efetuou sempre ao passo lento das inanadas de gado e do chiado do carro-de-bois. São as estradas das ribeiras, desenvolvidas ao longo dos cursos d'água, por onde o rebanho acrescido permitiu a multiplicação de transações comerciais, transformando o produto quase exclusivo do Ceará noutras utilidades, de que a Capitania necessitava.

A mais importante destas vias de comunicação foi a Estrada Geral do Jaguaribe que "partindo da região do Aracati, rio acima transpunha o Jaguaribe [...] atravessa os lugares onde presentemente estão as cidades de Russas e do Icó, subindo depois o Salgado até quase suas nascentes",²⁴ subindo para o Cariri, ultrapassa a chapada do Araripe, alcançando o médio São Francisco. Foi a via de comunicação por onde entraram os gêneros de primeira necessidade de que se abasteceu o interior da Capitania, durante os primeiros períodos administrativos.

Pelo porto da vila de Santa Cruz do Aracati era transportada a "produção da imensa bacia do Jaguaribe, que consistia quase unicamente em couro salgado e espichados e algumas peixes das que trabalhavam em todo o sertão cearense".²⁵ Com a criação das Charqueadas naquela vila litorânea, intensificam-se cada vez mais o tráfico das boladas vindas de diversas áreas ribeirinhas do Jaguaribe.

24 Carlos Studart Filho, *Página de História e Pré-História* (Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1960), p. 147.

25 Ibid., p. 148.

A Estrada das boladas ou dos Inhamuns e a Estrada nova das boladas, merecem destaque, por servirem de comunicação entre Pernambuco e o Ceará, via Paraíba-Rio Grande do Norte. Cortando a estrada geral do Jaguaribe, iam ambas desenvolver-se em direção do Piauí, com variantes para Sobral e outras localidades da Ibiapaba.

Na opinião de Studart, essas duas vias de comunicação exclusivamente interiores,

"encurtando distâncias e desviando [...] o trânsito do litoral para o sertão, [...] concorreram para o isolamento [...] da sede administrativa da Capitania, isolamento mercê do qual ela vegetaria insignificante e mesquinha, enquanto outras vilas cearenses [...] progrediram."²⁶

Na região Norte a única via de comunicação foi a Estrada da Caiçara, pondo em contato direto com o litoral — núcleo central administrativo — os pontos povoados da ribeira do Acaraú, de que a vila de Sobral tirou vantagem de sua posição geográfica, ligando-se por essa via as áreas férteis dos Inhamuns, donde se ramifica para a bacia do Banabulú, e terras piauienses. Enquanto que o sul da Capitania era servido pelas Estradas Crato-Piancó e Crato-Oeiras, ligando diretamente a região à Paraíba e ao Piauí, evitando assim o enorme rodado pela Estrada das boladas²⁷. O tráfico do rebanho piauiense em busca de caminhos mais curtos para feiras pernambucanas foi intenso.

Com o objetivo de atender às necessidades do rebanho e as suas próprias, além do auxílio mútuo na defesa pessoal, os tangedores dos gados convencionavam encontros em lugares determinados, de preferência nas passagens dos rios e nos cruzamentos das estradas, onde se tornavam mais difíceis as jornadas.

Aos poucos, os pechos dos tangerinos transformam-se em ranchos, onde

²⁶ Ibid, p. 149.

²⁷ Ibid, p. 155-156.

"elementos que gravitavam nas proximidades, renegados, ladrões de gado, índios mansos foragidos deixavam-se atrair, sedentarizando-se, e uma vida social rudimentar aí se iniciava. Afinidades psicológicas e morais aglutinavam aí seres humanos de todas as procedências. É o trecho estradeiro, onde os tangedores de gado recobram alento para nova caminhada, e as vendas que lhe refazem as parcas provisões de víveres, transmudam-se a pouco e pouco em lugarejos que ainda hoje guardam fundos traços de sua remota origem."²⁸

Na verdade, várias cidades cearenses surgiram desses ranchos estradeiros, de que nos fala Studart. A cidade do Icó é uma delas, podendo-se observar que, apesar de não ser porto exportador, nem tampouco ali se chegar a explorar charque, seu desenvolvimento foi intenso na época colonial. Isso porque se situava no cruzamento das duas maiores vias da Capitania, a estrada geral do Jaguaribe e a estrada das boladas. Caminhos subsidiários divergem e convergem para aquelas duas artérias máximas: a estrada da Caiçara, que por Santa Quitéria e Quixeramobim se entronca na estrada das boladas, surgindo aí esta vila.

As vilas principais que se iniciavam gravitavam as outras menores, delas dependentes pelas estradas ou pela comunidade da "aristocracia" territorial.

É no lusco-fusco do século XVII que o comando militar do Forte de Nossa Senhora d'Assunção cede o passo ao Governo civil com a criação da primeira Vila, em 13 de fevereiro de 1699, a qual, conforme o modelo político colonial, ficaria subordinada à Capitania de Pernambuco e, conseqüentemente, na dependência de sua política administrativa.

Com o objetivo de "se atalharem partes das insolências, q' costumam commeter os capitães mores, e se administrar

²⁸ Ibid, p. 153-154.

melhor a justiça"²⁹, passa a ser dirigida a recém-criada vila, pela trilogia: Câmara, Capitães-mores e Ouvidores, Representação que, segundo Raimundo Girão, "deviam reciprocamente completar-se e harmonizar-se, porém nunca o fizeram, antes viveram em continuados atritos e intrigas, mais prisioneiros dos caprichos e interesses pessoais que zelosos das suas funções."³⁰

A desorganização e instabilidade político-administrativa surgem logo na criação da primeira Vila que, por décadas, andou se mudando de um lugar para outro: de Fortaleza a Aquirás e vice-versa. Numa tentativa de aproximação do centro de gravidade econômica da Colônia é, finalmente, instalada no Aquirás a primeira Vila. Ocasionalmente, estas mudanças, desentendimento entre os habitantes das duas povoações, até que a criação de outra Vila no Forte, vem solucionar o problema.

Assim vamos encontrar no primeiro quartel do século XVIII, Aquirás com a primazia de cabeça de Comarca cedendo a Fortaleza o privilégio de residência das autoridades, enquanto Aracati, representava o reduto econômico.

As vilas não corresponderam às finalidades a que foram criadas, mas concorreram para aumentar o zelo pelas coisas da Metrópole; isto porque, dependendo dos senhores da terra, que lhes elegiam os vereadores entre seus parceiros, os componentes das câmaras passavam a participar de suas paixões e lutas.

A parcialidade do primeiro Ouvidor do Ceará³¹ favoreceu o surgimento de uma série de juízes partidários, responsáveis, na maioria das vezes, pela instabilidade geral, não só dos núcleos centrais das vilas, mas também do árido sertão, onde grande parte da população se conservava flutuante nas atividades pastoris, e onde as gentes fazendeiras representavam o princípio e o fim da organização social.

²⁹ Guilherme Studart, *Datas e Fatos para a História do Ceará* (Fortaleza: Editora Studart, 1896), p. 114.

³⁰ Raimundo Girão, *História Econômica*, p. 95.

³¹ *Ibid.*

A precariedade de direitos e liberdade permitidos pelo Estado incita a uma clandestina justiça local, açoitada pela vastidão da terra, o que, acrescido à falta de comunicação entre o litoral e o interior, dificultava os contatos econômicos, sociais políticos e militares com o centro administrativo da Capitania. Isto permitia o desmando e abuso de poder dos potentados encarregados da administração daqueles núcleos populacionais mais distantes. A comprovação desta realidade é muito clara no documento remetido pelo Governador de Pernambuco ao Ouvidor Geral do Ceará, datado de 31 de julho de 1770, para averiguação das queixas feitas pelos moradores da Vila do Icó:

"Os moradores da Ribeira do Rio Salgado termo da V^a do Icó dessa Comarca me fizeram huma representação, na qual sequeixão dos iníquos procedimentos com que se achão vexado pelo Juiz ordinário da d^a vila João Bento, da S^a e Oliveira que também he coronei da Cavalaria daquele Destrito; que assosado cohum clérigo pardo João Als Espinola, que o aconselhasse com Ant^o Reis da S^a Guimaraens e José da S^a de Albuquerque [...] tem posto a todos os dos moradores em consternação tal que alguns tem deixado suas casas efamilia ao desampara por não virem aexperimentar aultima ruina."³²

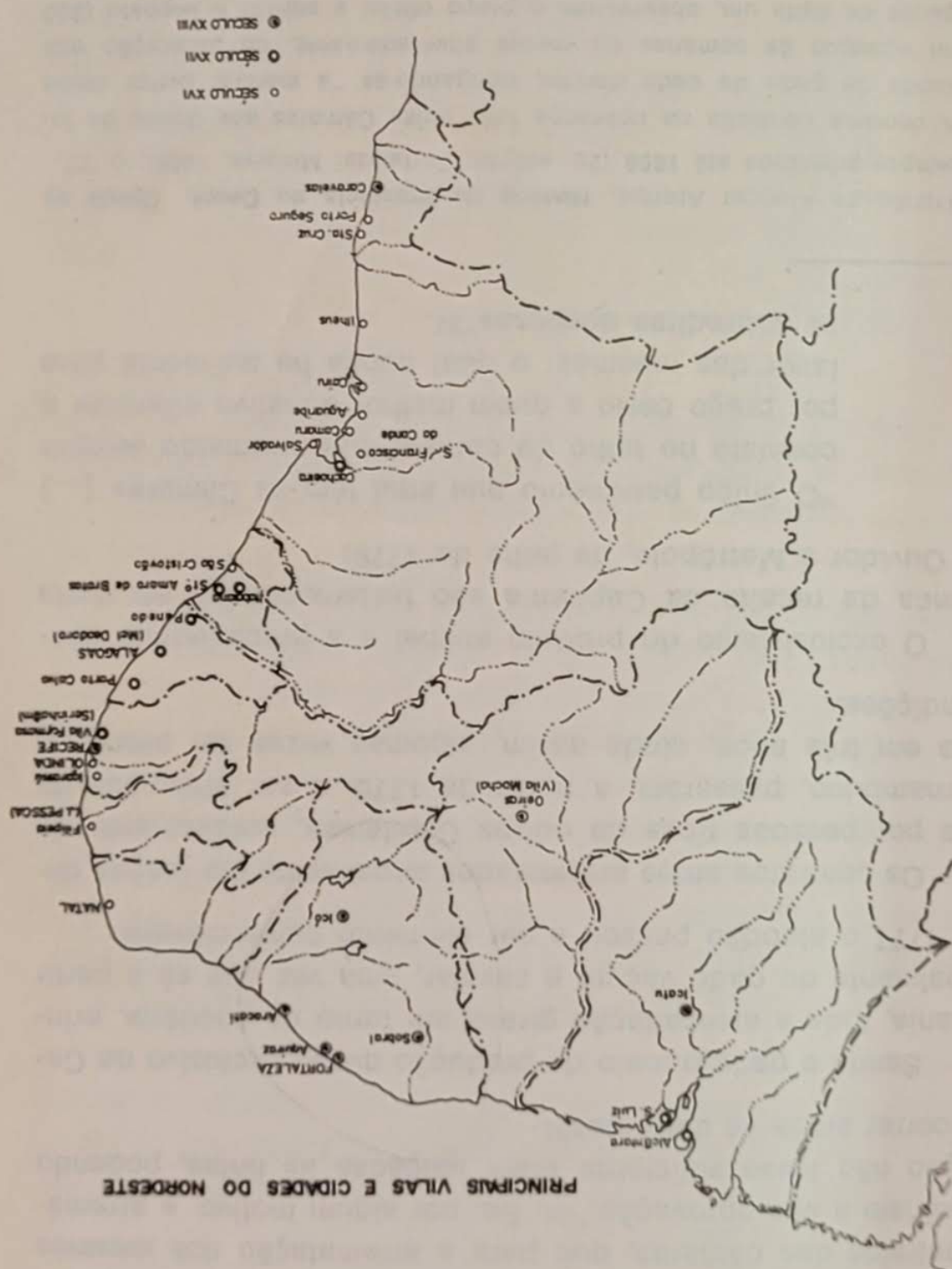
As preocupações da Metrópole eram, de fato, menos significativas com os problemas sociais do que com as acanhadas fianças da Capitania.

A arrecadação dos tributos era feita através da cobrança dos **dízimos reais**, suplementados pelos **subsídios militares e literários**³³, acrescidos a outros, depois de instalada a Junta da Real Fazenda, em substituição à Provedoria.

³² Carta de Manuel da Cunha Menezes ao Ouvidor da Capitania do S^{ar} João da Costa Carneiro — 1770. *Ofício do Governo*. Masso 1 1759-1773, APEP.

³³ O dízimo de início aplicado especialmente às despesas eclesiásticas "e, por fim na ausência de outros meios, a todas as despesas ...; o subsídio militar, destinava-se ao pagamento da tropa e o literário aos professores primários". Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará*, p. 105.

Fonte: Manual Correio de Andrade



No regimento expedido em 1708 pelo Governador de Pernambuco, entre outras normas a serem seguidas pelos dirigentes do Ceará, estava a de "Inspeccionar a arrecadação das rendas reais, evitando a fraude de arrematação dos dízimos, e dos contratos das câmaras, que para a arrematação dos mesmos pediriam a sua aprovação."³⁴ Se, por algum motivo, a arrematação não fosse suficiente eram lançadas as **fintas**, podendo decorrer ainda às **derramas**³⁵.

Sendo o gado o meio de produção quase exclusivo da Capitania, toda a arrecadação girava em torno da pecuária, principalmente do gado vacum e cavalariço, uma vez que só a partir de 1777 o algodão passou a ser elemento comerciável³⁶.

Os contratos antes arrematados anualmente em lances dados por pessoas ricas de outras Capitânias, notadamente de Pernambuco, passaram, a partir de 1775, a ser efetuados de três em três anos, ainda assim, algumas vezes em precárias condições.

O exclusivismo do produto animal e a precariedade econômica da receita da Capitania são testemunhados em carta do Ouvidor à Metrópole, de julho de 1779:

"O único patrimônio que aqui têm as Câmaras [...] consiste no talho de carnes, que arrematam sempre por preço certo a quem melhor donativo oferecer a favor das mesmas; o qual nunca he suficiente para as sobreditas despesas"³⁷.

³⁴ Tristão de Alencar Araripe, *História da Província do Ceará. Desde os tempos primitivos até 1850* (2a. edição; Fortaleza: Minerva, 1958), p. 77.

³⁵ A derrama consistia na cobrança feita pelas Câmaras aos donos de fazenda de gado de cada distrito, obrigando-as "a mandar cortar carne no apouque às semanas ou meses alternadamente, na proporção dos gados de cada um, observando o preço oficial e sujeito a imposto (200 rs. cada res abatida)". Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará*, p. 123.

³⁶ Raimundo Girão, *História Econômica do Ceará*, p. 205.

³⁷ *Ibid.*, p. 96.

O imposto sobre o **talho de carne** consistia na "contribuição de 200 rs por rês abatida, cobrando-se paralelamente o subsídio literário pertencente à Fazenda Real, de 32rs."³⁸

Nem sempre a arrematação destes contratos representava lucros compensadores. Já na segunda metade do século XVIII, devido ao preço das carnes frescas não corresponderem à valorização do boi, em razão do comércio de exportação das carnes secas, rarearam os arrematadores abalando as finanças da Capitania. Isto mereceu do Ouvidor do Ceará, em carta datada de fevereiro de 1787, o seguinte argumento:

"... multiplicadas as fábricas de couros e solas e [...] a exportação das carnes secas para as Capitânicas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e ainda mesmo para fora da Câmara, veio a subir a reputação dos bois a 4\$000 e a 4\$500 [...] resultou que não houve mais quem se atrevesse a lançar os ditos contractos [...] de sorte que neste presente ano (...) não houve em todas as doze Vilas da Comarca contacto que fosse arrematado, ou ao menos que tivesse algum lance".³⁹

Apesar da precariedade econômica da Capitania do Seará Grande, a cobrança dos dízimos, já é assunto para recomendação ao Provedor da Fazenda de Pernambuco, em 1682, de introduzir a cobrança de

"Dízimo das lavouras, pescarias e alguns gados e que nas terras do certão e prayas pertencentes aquella Capitania estavam cituados alguns curraes de gados e outros que de novo se hião pondo..."⁴⁰

No primeiro ano "importava o dízimo vinte mil rs".⁴¹

38 Ibid.

39 Ibid, p. 90-97.

40 Barão de Studart, **Documentos para a História do Brasil e Especialmente a do Ceará** (Fortaleza: Minerva, 1921), V. 4, p. 238.

41 Ibid, p. 236.

Em 1718, a Câmara arrecadou 1:200\$000⁴², enquanto que, em 1730, o Tenente Geral de Pernambuco notificava ao Rei que "a Capitania do Ceará que é sujeita a este Governo [...] arrendou-se o dízimo dela o ano presente [...] em quatro contos oitocentos mil e cem reis..."⁴³

A arrecadação não satisfazia o pagamento da dívida para com a Real Fazenda, que, de 1728 a 1744, somava 60.324\$074, enquanto que os dízimos arrecadados em 1744, foram apenas de 7.712\$000.⁴⁴

As quedas de rendimento, mesmo aquelas em consequência das perturbações climáticas, sofriam a pressão da "máquina" arrecadadora do poder central. O Provedor da Fazenda, no Ceará, justificava em carta, datada de 16 de março de 1746, a dívida da Capitania, argumentando:

"... que conta posso eu dar do muito que achei estarse devendo, quando entrei a servir de Provedor no Seará? Arrecadarão meus Antecessores o que [...] tenho eu feito arrecadar em [...] tres annos [...] sendo estes [...] de tanta miséria tem mettido no almoxarifado treze contos, e tantos mil reis, parece-me tem feito tudo o que lhe era possível, e o que talvez não faria, se com violência entrasse contra os devedores. Bem conheço, que o modo de arrecadar estas dívidas he metter os homens na Cadeia e porlhe os bens na praça; porém entendo [...] que desta sorte hão de ficar todos perdidos e V. Magde nunca ha de ser satisfeito, nem ha de ter mais quem arremate Dízimos nesta Cappitania..."⁴⁵

42 Tristão de Alencar Araripe, op. cit., p. 172.

43 Carta de Duarte Sodré Pereira a El-Rei. Documento para a Questão Grossos. **Revista do Instituto do Ceará**, Vol. 18, (Janeiro-dezembro 1904), p. 77.

44 Certidão da Renda de Dízimos Reais. Livro 3, 1684-1782. Coleção Studart, IC.

45 Ibid.

A instabilidade da economia pastoril e sua dependência ao fenômeno das secas, estão evidentes na documentação em estudo:

"... são as riquezas destes certoens boys e cavalos mas são [...] falíveis pois homens ha que recolhendo hontem da sua vacaria quinhentos e seis centos bezeros, hoje por cauza de tres annos de seca [...] apenas se acham com hua duzia de vacas para semente..."⁴⁶

Dez anos depois (1756) os dízimos arrematados no Icó, Russas, Acaraú e Ceará, não ultrapassavam a 1:567\$000⁴⁷

As medidas adotadas, na administração do Marquês de Pombal, para o Brasil, valorizaram a arrematação dos contratos e, naturalmente, o interesse pelo negócio.

Em 1764, as ribeiras do Ceará, Acaraú, Jaguaribe e Icó renderam 11:219\$000⁴⁸.

A partir de 1770, observa-se maior desenvolvimento da Capitania com a valorização do gado, ampliando-se a produção de carne e aumentando a exportação para os mercados consumidores, principalmente Bahia e Pernambuco.

O bom administrador devia se destacar na cobrança de tributo, para a Junta da Real Fazenda, nem que para isso sacrificasse as finanças da Capitania. José da Costa Dias Barros, Ouvidor Geral da Comarca do Ceará, de 1776 a 1781, destacou-se por suas qualidades arrecadadoras, fazendo jus em 1781 aos elogios que se seguem:

"Fui entregue da Sua Carta de 8 de junho preterito acompanhando a remessa dos 14:155\$732 reis [...] em cuja arrecadação conheço o incansável zelo conq. VM. se destingue no serviço de S. Mag.e pois

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Guilherme Studart, *Datas e Fatos*, V. I, p. 267.

⁴⁸ Raimundo Girão, *História Econômica*, p. 107.

nem o seu antecessor, nem algum dos q. lhe precederam fizeram nunca semelhante remessa..."⁴⁹

Os elogios surtiram os efeitos desejados, uma vez que o Ouvidor prometia, em carta de 11 de fevereiro, que as cobranças da dívida antiga da Fazenda Real, no ano de 1782, deveriam chegar a quantia de 27:446\$340 reis"⁵⁰

Na última década do século, antes mesmo da destruidora seca de 1791-1793, apesar do aumento considerável da criação e da valorização do gado, em razão do intenso comércio da carne seca e exploração do algodão continuava a Capitania com os mínguos recursos dos contratos de carne, com que contavam as Câmaras, para fazer frente às necessidades urbanas das vilas. Fortaleza, por exemplo, já em 1785, não possuía uma cadeia pública e pedia licença à Metrópole para instituir

"uma leve imposição sobre o couro salgado e metade da sola que exportasse o termo ou districto da Vila, a imitação do que se pratica [...] nas de Sobral e Granja [...] visto que a única fonte de renda que tinha era a arrematação do contrato das carnes, arrematação que rendia anualmente cinquenta mil reis."⁵¹

Em outras vilas tentaram-se meios diversos para melhoria de suas finanças.

Na vila de Aracati, as sumacas carregadas naquele porto pagavam

⁴⁹ Carta do Governador de Pernambuco ao Ouvidor Geral da Comarca do Iará, 1781. *Ofício do Governo*. Livro 2, 1781-1783, APEP.

⁵⁰ Carta de José César de Meneses ao Ouvidor do Ceará. "Balanço q' remeteo..." 1781. *Ofício do Governo*. Livro 2, 1780-1783, APEP.

⁵¹ Eduardo M. Peixoto (apontamentos), "A Camara da Villa de N. S. d'Assunção do Ceará Grande, o seu edificio. Lucta com os Governadores da Capitania 1725-1816. O Pelourinho da Villa em 1817. A Villa em 1820", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 20, número 12 (Janeiro-março 1906), p. 3-36.

"10\$000 a benefício do Conselho; na da Granja, para o mesmo fim, impuseram a módica taxa de um vintem em cada boi que extraíssem para as sumacas, que naquele porto iam fazer carga de carnes secas; e, na de Sobral, com a mesma aplicação ordenaram que das terras desertas e incultas da Beruoca passassem os novos cultivadores uma moderada e proporcional quantia em razão do foro, e do senso para a dita Câmara."⁵²

Apesar das dificuldades sofridas pelas Vilas, em razão dos seus minguados recursos, nas correições realizadas pelos sertões eram levados para os cofres da Provedoria os "avultadíssimos" dinheiros pertencentes à Fazenda Real.

A correição de 1787, rendeu "perto de 10 mil cruzados em prata..."⁵³

Pernambuco reconhecia o Ceará como

"huma Capitania [...] importante [...] pois os Dízimos dela se arematarão ultimamente pela soma de 75.317\$000..."⁵⁴

Importante como fonte arrecadadora, uma vez que em 1791, não possuía

"nenhum só médico de profissão, nem [...] cirurgia experimentado, e, por conseguinte, nenhum Boticário com drogas necessárias",⁵⁵

para minorar o sofrimento da população das Vilas de Sobral, Acaraú, Camocim e Granja, acometida de mal epidêmico, que matou dois mil habitantes daquela região.⁵⁶

⁵² Raimundo Girão, *História Econômica*, p. 101.

⁵³ Guilherme Studart, *Notas para a História do Ceará* (segunda metade do século XVIII) (Lisboa: Recreio, 1892), p. 388.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Carta do Governador de Pernambuco ao Ilmo. Exmo. Snr. Martinho de Melo e Castro, dando "parte da epidemia q'grassa na Capitania do Ceará e das providências..." 1781. *Correspondência da Corte*. Livro 4, 1791-1793, APEP.

⁵⁶ Ibid.

A subordinação aos interesses do Recife prejudicava o desenvolvimento da Capitania, que em 1786, através do Ouvidor Avelar de Barbedo, já reivindicava um comércio direto com Lisboa, alegando a "mútua utilidade que deve resultar ao Reino, e a esta Capitania [...] o Comércio dela directo [...] para Portugal, e não intermediariamente por Pernambuco, o que fás perder aos generos hua terceira parte do seu vallor que podia redundar em benefício do Reino e não de hua outra Collonia."⁵⁷

A separação no entanto só se efetuaría em 1799.

⁵⁷ Raimundo Girão, *História Econômica*, p. 125.

4º CAPÍTULO — AS OFICINAS OU CHARQUEADAS NO CEARÁ

A impossibilidade de concorrer comercialmente com os rebanhos oriundos dos sertões da Capitania e de suas vizinhas fizeram com que os fazendeiros da área litorânea, já a partir da primeira metade do século XVIII, passassem a exportar seu gado abatido, transformado em carne seca-salgada e em couro.

Surgiam, assim, no Ceará, as fábricas de beneficiar carne, as chamadas Oficinas, Charqueadas ou Feitorias; instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú; estendendo-se depois ao Parnaíba, no Piauí, e ao Assu e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

As condições geofísicas do litoral pastoril do Ceará favoreceram o surgimento daquela indústria,

“que além de matéria-prima abundante, possuía outros factores locais asseguradores do êxito: ventos constantes e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época”.¹

As povoações de Aracati, Granja, Camocim e Acaraú, possuíam essas condições exigidas. Ali, em toscas oficinas², passou a ser fabricado um tipo de carne seca, não prensada, mo-

1 Renato Braga, “Um capítulo esquecido da economia pastoril no Nordeste”, *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 61 (janeiro/dezembro 1947), p. 150.

2 O texto do Auto da segunda audiência geral requerida pela Câmara da Vila de Aracati, datada de 2 de março de 1781, comprova a rusticidade das Oficinas. “herão huas cazas, ou edificios insignificantes em forma de telheiros formados de paus e telha vãa que em pouco tempo se podem mudar e construir de novo com os mesmos paus e telhas no lugar que está destinado...” Livro de Autos de Provimento das Audiências Gerais na Vila de Aracati, 1758. Geraldo da Silva Nobre, *As Oficinas de Carnes do Ceará* (Fortaleza: Graf. Editorial Cearense Ltda., 1977), p. 84.

deradamente salgada e desidratada ao sol e ao vento, por tempo necessário à sua conservação. Isso com o aperfeiçoamento da técnica empregada pelo índio, transferida ao vaqueiro, no preparo da carne-seca, ainda hoje comum nas regiões sertanejas nordestinas — a chamada **carne-de-sol**.

As reses transformadas em dois tipos de carne — **postas e tassalho**³, chegavam aos mercados consumidores (não mais com seus próprios pés) por via marítima, levadas em sumacas⁴; embarcações estas com capacidade de carregamento, "aproximadamente a produção de duas mil reses, ou seja, no mínimo 80.000 quilos de carne seca, imputado a cada uma o peso médio de 200 quilos..."⁵ As instalações das Oficinas nas embocaduras dos rios, permitindo um embarque direto do produto das fábricas aos mercados, favoreceu o desenvolvimento das **feitorias** e o progresso da Capitania.

Os documentos analisados não indicam o nome do idealizador da técnica. Renato Braga diz apenas que "um anônimo teve a idéia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros".⁶ Também não é conhecido o ano de instalação das primeiras salgadeiras na Capitania do Siará Grande.

Testemunhos escritos, referentes à construção da igreja matriz de Aracati, revelam que

"no ano de 1714, devastadas as carnaubeiras e marizeiros, construíram os charqueadores, vindos de Pernambuco e da Bahia, uma capela de taipa com

3 Renato Braga, op. cit., p. 150.

4 Sumaca "(Do holandês schamake). Antigo navio a vela usado na Costa do Brasil, semelhante ao patacho, porém menor, de mastreação constituída de garupés e de dois mastros inteiriços: o de vante, que cruza duas vergas, e o de ré, que enverga vela latina..." Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** (São Paulo: Nova Fronteira, 1977).

5 Raimundo Girão, **História Econômica do Ceará** (Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947), p. 149.

6 Renato Braga, op. cit., pág. 150.

frente de tijolo e coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário".⁷

Os documentos são claros, quanto ao fabrico do charque no Aracati. Já na segunda década do século XVIII, Sebastião da Rocha Pita em sua **História da América Portuguesa**, ao tratar da criação da Ouvidoria do Ceará, em 1723, afirma:

"vinte léguas para o Rio Grande, tem pelo sertão uma formosa povoação com o nome do rio Jaguaribe, que por ela passa, o qual seis léguas para o mar faz uma barra suficiente a embarcações pequenas, que vão carregar carnes de que abunda com excesso aquele país."⁸

Confirma-se, assim, a comercialização da carne seca da região jaguaribana para ostros centros. Tem razão Raimundo Girão ao afirmar que o funcionamento das Oficinas ou Charqueadas do Ceará,

"datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevada à categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade do Aracati"⁹

As boiadas que antes se deslocavam para as feiras pernambucanas e baianas começavam a rumar em direção à foz de suas próprias ribeiras. Este movimento revolucionou a feição econômica, social e política da Capitania. O litoral e o sertão interpenetravam-se comercialmente e os laços administrativos entre as duas zonas tornaram-se mais significativas. Os mais longínquos núcleos sertanejos nutriam-se com as utilidades de outros centros, remetendo em troca os produtos da terra. Com as charqueadas ganhava a Capitania subalterna de Pernambuco maior importância no contexto regional, enqua-

7 Documento sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Matriz de Aracati, AIMA.

8 Sebastião da Rocha Pita, **História da América Portuguesa** (2a. edição; Bahia, Imp. Econômica, 1878), p. 65-66.

9 Raimundo Girão, op. cit., p. 149-150.

drando-se no sentido da economia colonialista da época, isto é, não com a carne, mas com o couro destinado à exportação.

O desenvolvimento da chamada carne-de-Ceará possibilitou, ainda, o surgimento de núcleos urbanos e, com eles, o início de um mercado interno, praticamente inexistente até então.

A comercialização da carne e do couro tomou tamanha dimensão, a ponto de ser proposta ao Governador Luís Diogo, por comerciantes pernambucanos, em 1757, a criação de uma **Companhia de Carne Seca e Couros do Sertão**, quando se pretendia incrementar a produção dos dois produtos e distribuí-los em Pernambuco, Bahia e R'io de Janeiro, justificando, aqueles homens de negócio que dos portos do sertão podiam ser comercializados 'vinte e oito e trinta mil cabeças que huns annos por outros se transportarão para o porto deste Recife.'¹⁰

O não atendimento àqueles negociantes, entre eles o Tenente Coronel José Vaz Salgado, próspero charqueador em Aracati, não alterou o interesse do comércio dos produtos pastoris para os principais portos da Colônia, chegando a ser calculada em 1744, a renda anual de "carne e courame de dezoyto the vinte mil boys..."¹¹ trazendo em retorno artigos importados. Iniciava-se assim, um processo de circulação de bens que tinham como assentamento as povoações de Araci, Acaraú, Granja, Sobral, transformadas, depois, em vilas progressistas.

Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo do Recife e de Salvador, tornou-se, mesmo antes de ser elevada a vila, o pulmão da economia colonial da Capitania, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transitada.

Atraído pelo seu desenvolvimento, logo convergiu para o Aracati um número considerável de forasteiros; população esta oriunda não só da própria Capitania, como também das Capitânicas vizinhas, entre eles colonos portugueses e de outras na-

10 José Ribeiro Júnior, **Colonização e monopólio do Nordeste brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Parnaíba, 1759-1780** (São Paulo: HUCITEC, 1976), p. 80.

11 Barão de Studart, "Ouvidoria e Ouvidores do Ceará", **Revista do Instituto do Ceará**, Vol. 36 (janeiro-dezembro 1922), p. 66.

cionalidades, que ali passaram a desenvolver as suas atividades;

"dando lugar a que o commercio, não só de xarque, como de couro salgado de boi, vaqueta, couros de cabras e pellicas brancas, se desenvolvesse de modo assombroso, transformando em pouco tempo a face do humilde arraial que tornou um dos mais procurados e populosos daquellas eras da então capitania."¹²

O progresso comercial e populacional do Aracati provocou, como era natural, agitações e insegurança a seus habitantes, a ponto de se fazer necessária a estada de um juiz ordinário e um tabelião, no povoado, nos períodos de maior afluência dos barcos "que todos os annos vão ahy fazer carnes"¹³ a fim de serem evitadas desordens.

Nada melhor a confirmar o que foi dito, que a representação feita pelo Ouvidor Geral Manuel José de Farias, datada de 24 de julho de 1744:

"Deu conta a V. Mag^{de} o Capptam Mor [...] D. Francisco Ximenes de Aragão sobre o quanto era conveniente assestice hu dos Juizes ordinário [...] Tabela no Lugar do Aracaty ao menos o tempo que o dito Lugar vem quantidade de Embarçoens fazer Carnes [...] Hé sem dúvida ser conveniente haver justiça naquele Lugar por quanto além de haver nelle muitos moradores, quando hé no tempo dar carnes [...] se faz muito populoso pelas concurrencia de muitas sumacas e gentes que dessem destes certos com inumeros gados a fazerem suas negociaçoens donde nascem haverem muitas contendias [...] e algumas mortes."¹⁴

12 Eusébio de Sousa, **Álbum do Jaguaribe** (Belém: Gráfica Amazônia, 1922), p. 12.

13 Barão de Studart, op. cit., p. 66.

14 Representação do Ouvidor Geral do Ceará, "sobre a conveniência por se trazer um juiz ordinário e um tabelião" para o Aracati, 1744. Livro III, 1684-1762, Coleção Studart, IC.

Ao sugerir a criação da Vila, afirmava:

"acho que será acertado haver aly hua Vila, que virá a ser a corte deste Siará em breves annos por ficar nas margens do Rio Jaguaribe navegável as mesmas somacas [...] de facto ao seu porto todos os annos vinte e cinco e mais, que a troco de fazendas que trazem levam a carne e a courame dezoyto the vinte mil boys..."¹⁵

Não são outras as informações co'hidas na ata da reunião de 8 de março de 1746, ao tratar da criação da dita vila, por ser

"conveniente ao sucego dos vaçallos de S. Magde se Erigirce hua Vila no Lugar do Aracaty e porto de Barcos [...] em rezão de ser um citio aquelle de mayor negocios destes certoyns por conta das carnes e couramas que todos os annos vem ahy fazer Barcos dos Portos principais de todo o Brasil, correndo para este effeito gados não só de toda a Capitania mas também muytos de fora della que vendem a dinheiro e troção a fazenda, negocio este que sete, e oyto mezes no anno faz o dito Lugar parreser hua Prassa populosa..."¹⁶

A instalação da Vila, em 10 de fevereiro de 1748, acarretou, a princípio, um decréscimo no seu desenvolvimento comercial, isto porque os armadores, não querendo se submeter às posturas criadas pelas autoridades constituídas da Vila, procuraram outras Oficinas para seus negócios.

Essa verdade é expressa pelo Provedor Geral do Ceará Alexandre de Proença Lemos, já em fevereiro de 1751:

"se diminuiu muito o concurso dos barcos porque vendo-se os negociantes vexados das posturas daquella Camara, e sem a franqueza, que gosaram an-

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ata da reunião da Câmara de Aracati, 1746. Livro III, 1684-1762, Coleção Studart, IC.

tes de ali haver a V^a, começaram a fazer viagens, a Parnaíba e ribeira do Acaracu."¹⁷

Os tributos colocados, em 1741, pela câmara de Aquirás, aos proprietários e mestres de barcos que entrassem no porto do Aracati, censurado no ano seguinte a ponto de ser devolvido¹⁸; tornaram-se depois obrigatórios pela própria "edilidade", provocando a diminuição da frequência dos barcos, que passaram de 25 para 6 ou 7 em 1751.¹⁹

Aracati, que antes da edificação da Vila, fabricava anualmente charque de "vinte a vinte e cinco mil bois"²⁰, logo recuperou o seu papel de entreposto comercial de Pernambuco com a bacia jaguaribana e outras regiões da Capitania; no que muito bem expressa o depoimento do Vereador Esteves d'Almeida:

"além deste ramo de comércio da fábrica das carnes, haviam outros muitos com que se fazia grandioso negócio [...] cujos generos orçavam em cada anno de 25 a 30.000 couros salgados, 50 a 60.000 meios de soia e vaquetas, 30 a 35.000 couros de cabra, 2 a 3.000 pelicas [...] Abatendo todos os annos para cima de cincoenta mil rezes..."²¹

O comércio da carne e do couro, atraindo para ali os abastados senhores de locais diversos, fez crescer a especulação daquele ramo de negócio, aumentando dia a dia as transações com as demais praças do País; passando Aracati a

¹⁷ Guilherme Studart, *Notas para a História do Ceará (segunda metade do século XVIII)* (Lisboa. Recreio, 1892), p. 158.

¹⁸ ———, *Datas e Fatos para a História do Ceará* (Fortaleza: Studart, 1896), p. 205.

¹⁹ Renato Braga, op. cit., p. 153.

²⁰ Manoel Esteves de Almeida, "Registro de Memória dos principaes estabelecimentos. Factos, e casos raros acontecidos nesta Villa da Santa Cruz do Aracati, feita segundo a ordem de S.M., de 27 de julho de 1782 pelo vereador Manoel Esteves d'Almeida desde a fundação da dita Villa, até o anno presente de 1795", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. I (janeiro-dezembro 1887), p. 83.

²¹ Ibid, p. 85.

prover de fazenda e objetos de luxo o resto da Capitania; chegando a importar "mais de seiscentos mil cruzados e as exportações caminhavam perto do dobro"²².

Dentre elas pode-se destacar o já citado José Vaz Salgado, elemento representativo em Pernambuco, a ponto de assinar as propostas datadas de maio de 1757, quando os comerciantes daquela Capitania pediam a criação de Companhias exploradoras de comércio não só de **carnes secas e couros** do sertão, como também da **Companhia da Costa da África**, para comércio de escravo.²³

José Vaz Salgado figurava entre aqueles charqueadores mencionados por Antônio Bezerra, como donos de oficinas nos portos dos barcos ao ser erigida a Vila. Cita "João de Abreu Cardoso, José Rodrigues Pinto, Luís Pereira Viana [...] O capitão José Pimenta de Aguiar e outros cearenses mantinham também o mesmo comércio".²⁴

As charqueadas representavam um papel preponderante no desenvolvimento da vila e os seus donos, em atividade por volta de 1750, eram realmente pessoas de destaque na esfera econômica, política e social da Colônia.

Tudo nos leva a acreditar que não fosse elevado o número de fábricas de beneficiamento de carne no Aracati. No Auto da Audiência Geral de 12 de fevereiro de 1781, são mencionadas apenas cinco oficinas em funcionamento, pertencentes ao Capitão José Ribeiro Freire, Capitão João Coelho Bastos, Tomé de Melo Cabral, Manuel Francisco da Cunha e a do Tenente-Coronel Manuel Rodrigues da Silva.²⁵

Nos Livros de Registro de Escritura de Foros, pertencentes ao Senado da Vila de Aracati — Anos de 1756-1779 e 1775-1812, não só deixam de figurar alguns dos nomes citados no

²² Renato Braga, op. cit., p. 153.

²³ José Ribeiro Júnior, op. cit., p. 78-80.

²⁴ Antônio Bezerra, "A cidade do Aracati", *Almanaque Administrativo Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, para o ano de 1902, confeccionado por João Câmara, Vol. 8, 1901, p. 102.

²⁵ Geraldo da Silva Nobre, op. cit., 81-82.

trabalho de Antônio Bezerra, como aparecem ali outros proprietários de Oficinas, no caso o Capitão-mór João Pinto Martins e seu irmão o sargento-mor Bernardo Pinto Martins, o primeiro, "comerciante desta Villa [...] tanto com fazenda como com o fabrico de carnes seccas",²⁶ situando-se sua "oficina, currais e Estaleiros [...] ao pé da Rua de Santo Antonio axamos ocupar quarenta braças em quadra..."²⁷

Apesar da facilidade de dedução de que os proprietários das ditas oficinas representavam a elite econômica e política da Colônia, nem por isso podemos garantir que elementos mais modestos também não tenham charqueado os seus gados; mesmo no anonimato, o que é o mais provável, uma vez que até 1757 não eram pagos foros²⁸ à Câmara. Daí não haver documentos que comprovem quem eram aqueles **outros**, citados por Antônio Bezerra.

Tudo girava, portanto, em função daquelas **Fábricas** e da comercialização dos seus produtos. A própria estrutura urbana da Vila obedeceu ao interesse comercial das carnes-secas. O traçado das ruas tinha como finalidade, "comunicação do Porto dos Barcos e tráfico das Oficinas".²⁹ Já na delimitação da Vila, ordenava o Ouvidor Manuel José de Farias que

"por falta de agulha de marear [...] se aguardasse a chegada dos primeiros barcos de Pernambuco para então se proceder a demarcação, que havia sido feita estimativamente, devendo ficar o logradouro, próximo ao rio..."³⁰

Com as charqueadas, as rendas cresceriam e mais ainda, a Vila. Aracati exteriorizava sua opulência na arquitetura e no

²⁶ Manoel Esteves de Almeida, op. cit., p. 84.

²⁷ Termo nº 172 do Livro de Aforamento de Terra da Vila de Aracati, 1775-1782, APEC.

²⁸ "Prestação que o **enfiteuta** paga anualmente ao senhorio direto de um imóvel aforado". *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*, Rio, Block, V. III, p. 763-764.

²⁹ Antônio Bezerra, op. cit., p. 143.

³⁰ *Ibid.*

trato social, merecendo do Governador Azevedo Montaury, em 1787, a opinião de que

"das villas todas da Capitania só esta do Aracaty merece o nome, e até os mesmos habitantes della, ou porque sejam a maior parte delles forasteiros, que vem de outras partes fazerem o seu negocio, ou porque a Providência assim o permite, são os mais quietos e pacíficos d'esta Capitania".³¹

A riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da Capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural do Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação. Fato demonstrativo das condições sociais da Vila é o Regimento dos Alfaiates, aprovado pela Câmara, em sessão de 25 de março de 1754,

"onde se vê que as senhoras abastadas pagavam de feitiço de um vestido liso com capa 6\$400, uma saia de veludo 2\$000 e de qualquer lã 4\$000, vestido e capa; os homens por uma vestia e calção de seda cinco patacas, um manto 960 rs., um capote de pano forrado dois cruzados, e os menos abastados usavam os mesmos trajes de camelão, baêta, sarafina e olanda. Os abastados usavam mais as empoadas perucas e sapatinhos com meia de seda".³²

Aracati merecia a classificação de mais progressista vida de Capitania; mesmo não se tornando realidade a profecia do Ouvidor José de Farias, de que "veria a ser a corte deste Siará", pois oficialmente não chegou a ser o centro administrativo da Capitania, mas em 1787 era "digna de ser a Capital". A transcrição da exposição feita naquele ano, pelos vereadores da Câmara local, quando reivindicavam mais território ao seu termo, ainda reduzido a meia légua quadrada; muito bem do-

31 Guilherme Studart, "Azevedo de Montaury e seu Governo no Ceará", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 5, número 1 (Janeiro-março 1891), p. 23.

32 Antônio Bezerra, op. cit., p. 145.

cumenta a situação privilegiada da Vila, no último quartel do século XVIII. Vejamos:

"Todos sabem que o Aracati he hum porto mercantil de consideração, que o seu comercio tem promovido, e promove cada d'a a povoação de tal sorte que hoje se contam na villa e seus suburbios pertos de quinhentos fogos, duas mil pessoas de communhão; sinco ruas publicas; trezentas cazas, que a ornão, e fazem hum aspecto publico, por serem as mais delas de sobrado; e mais de setenta lojas de mercadores, mais a ocorrência da gente maritima e de todos os sertões desta Capitania a ella vem, por ser sitoada na ribeira mais fertil e mais comerciada nesta Capitania a fazem muito populosa e consequentemente mais e mais necessitada de providência, para o seu bom regimen, socego publico, e segurança dos cabedais, que nela se maneão. De bem evidente que o comércio desta vila sobe todos os annos a soma de hum milham, porque o Mestre de Campo de Auxiliar Pedro da Costa Barros recolhe todos os annos na sua loja para o comercio mercantil em dinheiro e fazenda cem mil cruzados. o Capitão-mór João Pinto Martins o mesmo e o Capitão João Coelho Bastos outro tanto de outras lojas dos mercadores de fundo, e comerciaros avulços que recolhem a trinta, vinte, quinze, doze, dez, oito, sinco, quatro e trez mil cruzados, sendo certo que não há nenhuma só loja ou venda das mais diminutas que todos os annos recolha menos de hum conto de reis, regulando-se entre todas a entrada de quinhentos mil cruzados; e a sahiada que pellos trez asima nomeados, e pellos mais mercadores, e comerciantes he a entrada deste porto de trinta sumacas carregadas de carne e effeitos da terra, que a esta villa ocorrem de todos os sertões desta Capitania, e de fora della tão bem he regulada, em outra tanto soma, sendo igualmente certo que o fundo das lojas esta-veis não hão de descer muito de duzentos mil cru-

zados, sendo estas razões, que tem constituído a esta villa a mais populosa, e a de melhor civilidade assim no asilo público, como no culto Divino, de tal sorte que pella sua opulência, formosura, e boa civilidade se faz digna de ser a capital".³³

No médio e baixo Acaraú as feitorias desenvolveram-se logo depois daquelas do Jaguaribe, situando-se nos locais de embarque do antigo povoado da Barra do Acaraú, núcleo inicial da cidade do mesmo nome, conhecido inicialmente por Oficina, em consequência do serviço de cabotagem naquela barra, estendendo-se às povoações de Granja, Camocim e Sobral.

São também desconhecidos os documentos originais, indicadores do início das charqueadas naquela região. Renato Braga ao tratar da igreja de Almofala, localidade situada à margem esquerda do rio Aracatimirim, comenta que, no município do Acaraú, segundo a tradição, a

"capela [...] de taipa e coberta de palha [...] foi pouco depois substituída por uma igreja de alvenaria, pequena e elegante, certamente o mais belo templo do Ceará, do 18 século. Grande parte dos materiais destinados à sua construção vieram da Bahia, lastreando as embarcações que vinham carregar carne-seca no porto de Oficina no Acaraú. Daí seguiam em carros-de-bois para o local da obra".³⁴

Nicodemos Araújo é mais decisivo ao opinar que a igreja "deve ter sido levantada na segunda metade do século XVIII, porque a indústria das charqueadas, no Acaraú, teve início em 1745".³⁵

33 Guilherme Studart, "Azevedo de Moutaury e seu Governo no Ceará (parte documental)", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 6, número 2-3 (abril-setembro 1892), p. 164.

34 Renato Braga, *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará* (Fortaleza: Imp. Universitária, 1964), p. 80.

35 Nicodemos Araújo, *Almofala e os Tremembés* (Fortaleza: Imp. Oficial, 1981), p. 56.

Os donos das oficinas à margem do Acaraú, ribeira rica de gado, abundância de sal e navegação fácil, logo adotaram o processo rudimentar das feitorias do Jaguaribe, multiplicando suas fábricas, base do povoamento e progresso econômico da região norte da Capitania, de que Sobral, logo toma a liderança.

A importância da Ribeira do Acaraú e a liderança da Vila de Sobral, estão bem documentadas na *Idéia da População da Capitania de Pernambuco, e das suas Annexas, extensão de suas Costas, Rios e Povoações Notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos e Rendimentos Reaes*, aumento que estes tem tido &a &a desde o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitán General Jozé Cezar de Menezes, transcrito em parte, pelo historiador Geraldo da Silva Nobre onde se lê:

'Esta grande Ribeira (que toda he da distinta Real Villa de Sobral, excepto a serra de Tabainha, ou da Ibiapaba [...] tem setenta e cinco legoas de Costa principiando da parte do Norte dos Matoens da Paranaíba [...] e mais de sessenta do Certão, até confinar com a Serra de Quixeramobim que pertence à Ribeira de Jaguaribe, ficando-lhe a hum lado a da Tabainha, e a dos Casos que fazem extremas com a Capitania do Piauí. Nesta Ribeira há tres portos a que costumão vir hum por outros vinte Barcos a carregar de carnes secas, couros e Paú Violetes, e fazem florente o seu Commercio, e também da Capitania do Piauí, da qual se vem vender aqui muitos gados...' ³⁶

Para o Porto do Acaraú, vindo de Sobral, durante a safra, rumavam as boiadas, os carros de bois cheios de carnes, de couro e sola; dali transportados em sumacas, para os principais portos da Colônia, principalmente Pernambuco.

Os barcos que levavam os produtos pastoris voltavam trazendo as grandes novidades em pratarias, porcelanas, cristais,

36 Geraldo da Silva Nobre, op. cit., p. 136.

móveis de jagarandá e outros objetos raros, entre eles materiais de construção; o que muito contribuiu para o formoseamento da Vila de Sobral e sua classificação, como "a segunda em grandeza"³⁷ feita por Manuel Bernardes de Vasconcelos.

O requinte da Vila e de seus habitantes se fez notar por Antônio Bezerra, em viagem de estudo, já na segunda metade do século XIX, quando escreve:

"A maior parte das casas e sobrados são vistosos e elegantes, sendo sua construção admiravelmente sólida."³⁸

Comparando entre outras cidades e vilas, justifica.

"Os sons do piano por toda parte, o rumor e atividade nos estabelecimentos comerciais, certa correção nos trajes, um pouco mais que asseio no arranjo interno das habitações, agitação, vozeria [...] tudo anuncia que se chega a uma terra laboriosa e civilizada."³⁹

O crescimento da pecuária, aformoseando a vila, viria fundamentar o título que tem hoje Sobral de Princesa da Região Norte.

As informações colhidas sobre Granja e Camocim, outras povoações indicadas como produtoras do charque, são muito restritas e controvertidas. Na exposição do Governador Vasconcelos, já citada, encontra-se o informe de que 'a vila da Granja, que domina a foz do rio Camossi, tem em si hum grande comércio de carne, e de algodão, que atrai pelo seu comodo muitas embarcações, e traficantes das Capitanias vizinhas'.⁴⁰

As declarações feitas, em 1788, pelos proprietários e administradores de fazendas ou sítios, atendendo às exigências de autoridades coloniais, contidas nos Livros de Registros das

37 Guilherme Studart, *Notas para a História do Ceará*, p. 499.

38 Antônio Bezerra, *Notas de Viagem* (Fortaleza: Imp. Universitária, 1965), p. 306.

39 Ibid.

40 Guilherme Studart, *Notas para a História do Ceará*, p. 499.

Plantações e Criação de Gados da Camara da Vila Distinta e Real de Sobral, reproduzidas em trabalho patrocinado pela Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará,⁴¹ examinadas por nós nos originais, oferecem dados importantíssimos sobre o comércio do gado na região norte da Capitania do Siará Grande, para Pernambuco e Bahia, inclusive pelos portos de Camocim e Itapajé. Tais declarações dão como conduzidos ao porto de Camocim, (que aparece na maioria das vezes como estuário do rio Coreaú, passando a aldeia, depois povoado), 605 reses, enquanto que, pelo porto de Itapajé transitaram um pouco mais, 761 cabeças, ao todo 1.366 bovinos; o que é muito pouco, para a época.

Mesmo que os números declarados estejam abaixo da realidade, o que seria possível por ser uma maneira dos proprietários de oficinas e barcos fugirem do tributo cobrado pela "máquina administrativa" da Colônia, não é difícil concluir-se a modesta importância econômica da Vila de Granja. Basta para tanto se examinar os ofícios dirigidos às autoridades competentes, pelo Governador de Pernambuco Thomaz José de Melo, informando o surto epidêmico que grassava a região, principalmente aquele datado de 25 de maio de 1782, quando justifica as providências tomadas, expondo a situação financeira daquela Vila, em comparação à Sobral, dizendo "q' onumero dos mortos na "Frequesia do Sobral tinha sido de 473, e o da Vila da Granja de 250 [...]".⁴² Informa o Capitão-mor Governador na sua Carta "... que as Sobras da Vila da Granja, não passam de 19\$390 reis a maes, e as da Vila do Sobral ochegão a 218\$290: sob o q' ordenará a Sua Mage o q' for servido."⁴³

Os Registros das Plantações e Criação de Gado, permitem calcular o envio, pelos fazendeiros da ribeira do Acaraú, à barra desse rio, em 1788, do total de 3.740 cabeças de gado de

41 Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), *Estado do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará* (Fortaleza: Departamento de Recursos sócio-econômicos, 1974), p. 1.

42 Ofício do Governador Thomaz José de Melo sobre o surto epidêmico, 1792. *Ofício do Governo*. Livro 4, 1791-1793, APEP.

43 Ibid.

corte, o que é uma quantidade diminuta, em comparação com as 50.000 reses abatidas no Aracati.⁴⁴

A Capitania do Rio Grande do Norte, o principal fornecedor de bois de corte e de trabalho, à população e aos engenhos da Paraíba e Pernambuco, durante todo período colonial, dispendo, como o Ceará, de condições favoráveis a exploração da carne-seca, logo aderiram ao "ciclo das charqueadas"; localizando suas oficinas à margem esquerda do Açu e na foz do Mossoró, atraindo, para aquelas ribeiras, as boiadas sertanejas, a serem transformadas em carne e couro.

As oficinas do Açu e Mossoró, apesar de menores, provocaram séria crise no abastecimento da carne verde às populações do Recife e da faixa canavieira, suprida pelos gados dos sertões norte-rio-grandenses, já sem a produção do Ceará.

Como era de se prever, resoluções são postas em prática, impedindo a exportação de carne nos portos do Açu e Mossoró sem, contudo, estender-se a proibição ao porto do Aracati.

A primeira resolução do Governador de Pernambuco neste sentido, seguiram-se outras, cada vez mais controladoras, o que muito bem documentam o que disse Renato Braga

"o estômago de Pernambuco sacrificou as Oficinas do Assu e Mossoró."⁴⁵

Vejamos as informações contidas no ofício de 11 de maio de 1789:

"Na expedição de 23 de maio de 1788 [...] já tive a honra de Representar a V. Ex^a q' em razão de ocorrerem mais prontamente às grandes faltas de Carne fresca q' havia muitos annos se experimentavão nesta Praça, Eu tinha tomado a resolução de prohibir amatança dos gados nos Portos do Assu, e Mossoró pelos motivos q. a isso memoverão, [...] deixando livres para semelhantes tráfico as Oficinas q. vão da

44 Guilherme Studart, *Notas para a História do Ceará*, p. 499.

45 Renato Braga, "Um capítulo esquecido da economia pastoril no Nordeste", op. cit., p. 156.

Villa do Aracati para o Norte [...] não duvido que alguns donos das Fazendas situadas nos sertões vizinhos daquelas Oficinas, pretendão com suas queixas dar vulto aos prejuízos q. figurão receber os creadores como já afizerão em outro tempo..."⁴⁶

Está fora de suspeita que a resolução tomada pelo Governador de Pernambuco trouxe prejuízos à economia rio-grandense e as reclamações podem ser comprovadas pela carta-resposta aos oficiais da Câmara da cidade de Natal, de 11 de junho de 1788.

"Recebi a Carta de VM^{ces} de 31 do próximo passado em q' metornam a Representar a necessidade de Carne q. ahi sepadece, e me pedem providências. A que Eu deixe de mandar fechar os Portos do Assu, e Mossoró, aos Barcos q' ali hiao fazer Carnes secas, comprehende também o Povo da jurisdição dessa Comarca mas agora ampliando ainda mais aquela providência [...] Com esta intelligência, devem VM^{ces} executar arisca a minha Ordem de 15 do mez passado, aqual fico certo haverem recebido, registado, e passado dela o avizo Competente ao Juiz do Assu, e tambem VM^{ces} odevem ficar de q. Eu passe a mesma ordem as Camaras de Porto Alegre e Estremos..."⁴⁷

A Capitania do Ceará foi favorecida com o fechamento das Oficinas rio-grandenses e a liberação do tráfico daquelas situadas "da Villa do Aracati para o Norte"; mas em contrapartida, passou a receber maior fiscalização e controle de seus negócios, agora mais intensos, uma vez que praticamente sozinha ia suprir o mercado pernambucano.

46 Carta do Governador D. Thomaz José de Melo ao Sr. Martinho de Melo e Castro, "sobre repetir a carta q. se havia dado a Respeito da Resolução q. se tomou de se prohibir a matança dos gados nos Portos do Assu e Mossoró e mostrar o consumo q. tiverão as carnes secas vindas do Ceará", 1788. *Correspondência da Corte*. Masso 55. 1789-1791, APEP.

47 Carta de D. Thomaz José de Melo, aos oficiais da Camara da Cidade do Natal, 1788. *Offícios do Governo*. Livro 3. 1787-1789, APEP.

Já na portaria de 11 de maio de 1788 se proibia a exportação direta ou indireta de carne seca aos portos do Rio de Janeiro e Bahia, sem passar pelo porto do Recife a fim de saber se havia ou não falta do produto:

“Ordeno que daqui em diante em todos os anos das oficinas que estão sitas no Aracaty, Camocy e Aconacu 12 barcos de carne seca ou salgada que se dá o nome de carne do Ceará e nos diferentes meses... e Enquanto eu não mandar o contrário os quais 12 barcos de carne são para se venderem nesta praça e uns pelos outros farão boa a venda de 5.000 arrobas de carne que vem a ser o total de 60.000 arrobas e todas as mais arrobas que carreguem nos sobreditos portos com destino de vender para fora das capitâneas do meu governo o não poderão fazer sem beneplicito meu sendo sempre obrigados a vir tomar fala nesta barra a fim de saber se está a terra com falta ou abundância daquele gênero...”⁴⁸

Em maio de 1789, D. Thomaz José de Melo retificava as resoluções tomadas anteriormente, reclamando que o carregamento de três ou quatro barcos era insuficiente para abastecer Recife de carnes salgadas, e tomava as providências cabíveis:

“... ordenai q' todos (barcos) miviessem dar entrada p^a q., segundo opediase anecessidade, hiria demorando aqueles q. fossem precisos para a sustentação do Povo da Praça, Fábrica dos Engenhos, emoradores do mato, q. de ordinário não uzão de outras Carnes, persuadindo-me a boa razão, q. não devia deixar a fome em caza, atroco de ir fazer abundancia dos defora...”⁴⁹

Quería com isso o Governador negar a liberação do tráfico das carnes para Bahia, solicitada pelo seu colega, dirigente daquela Capitania, quando justificava:

⁴⁸ SUDIC, V. I, p. XXVIII-XXX.

⁴⁹ Carta do Governador Thomaz José de Melo ao Sr. Martinho de Melo. Correspondência da Corte. Livro 5, 1788-1790, APEP.

“... um Barco que tornava daquella Cidade, ainda com alguma Carne q. lá não podera vender, ao l^{he} não chegarem ao preço de 1200 r.^o por arroba em ocasião q. neste Rec^e não tínhamos um único arratel, o q. mostra bem, q. era maior q. asua anossa necessidade [...] e calculando q. bastarião até 10 Barcos para ofornecimento de Pernambuco, eq. pudessem passar os mais para aBahia, ou para onde lhes parecesse; mostrou a experiência q. toda aCarne de 14 Barcos segastou até o meado de Março sem ficar nem huma arroba não falando em restos, e pequenas porções importadas em os Barcos q. seocupavão de outra Carga. Ja no principio do Cor^e mez entrou hum destes com perto de setecentas arrobas, efoi tanto oPovo a ella q. [...] si mefiz preciso meter-lhes abordo soldados [...] para acautelar alguma perturbação e fazer q. a Carne [...] se repartisse proporcionadamente de modo q. chegasse a todos. Veio depois outro Barco com mayor quantidade de arrobas e se continua acender com a mesma azafamo...”⁵⁰

Observa-se que o mercado baiano, apesar de incentivado pela não cobrança de subsídio, ao contrário do estabelecido em Pernambuco, não era muito competitivo, a ponto dos comerciantes, de volta, entrarem com o excedente, no porto do Recife.

A fiscalização passou a ser cada vez mais intensa e severa, evitando-se assim o contrabando dos produtos pastoris. Aracati, que além de maior produtor de carne, ficava próximo às Oficinas proibidas, recebia, como era natural, maior controle. O ofício do Governo, de 22 de setembro de 1788, orientava aos representantes da Câmara daquela Vila, sobre a maneira como devia ser praticada a fiscalização dos Barcos em demanda na cidade do Recife:

“Aqui tem entrado dois Barcos vindos desse Porto com carne, trasendo asua guia competente; porém

⁵⁰ Ibid.

havendo alguma desconfiança de terem saído mais a navegar para outros Portos; e querendo para o futuro obviar que eles opossam fazer semq. Eu o Saiba, e dar imediatamente as providências necessárias, para serem apresentados e castigados os reos, aonde quer q. aportarem; visto a necessidade q. há aqui daquele indispensável alimento Ordeno [...] q. me remeta logo relação dos Barcos [...] saído proximadamente ajuntando por copia as gulas q. odão a cada uma delas [...] n. ofim de cada mês enviando a dita Relação [...] devendo está certo q. me serão responsáveis por qualquer omissão..."⁵¹

No mesmo officio, recomendava ainda:

"... que as boyadas das Capitania da Par.^a e Rio Grande, não devem passar para essa alim de serem mortas e salgadas por que além de hirem pela grande conveniencia fazer ahi descer os preços das reses [...] as boyadas do Rio Grande e Par.^a são necessarias para prover os Assougues desta Praça e Capitania: pelo q. ordeno a VM^{ces} q. se lhes constar q. ahi chegar algumas boyadas do Referido Rio Grande e Paraíba, devem logo mandar prender o boyadeiro [...] e informe de q. Fazenda he abolada, quem he seu dono e q. cabeças levava; para Eu resolver oq. me parece justo..."⁵²

O domínio fiscal da Capitania de Pernambuco no comércio da carne e do couro de suas subalternas fazia-se sentir também em âmbito local. Na Vila do Aracati, o controle do preço da carne aparece em carta enviada ao Ouvidor e Corregedor do Ceará, em fevereiro de 1789:

"Tive aqui noticia de que na Vila do Aracati pertencente a essa Camara se tem vendido Carne seca pelo exorbitante preço de 1280rs. cousa tão extraordinária prova bem aprepotencia e absoluto procedimento

⁵¹ Carta aos Officiaes da Câmara do Aracati, "o q. se deve praticar com os Barcos de carne etc.". 1788. *Officio do Governo*. Livro 3. 1787-1789, APEP.

⁵² Ibid.

dos pressos das mesmas Carnes das Oficinas e fazendas [...] pelo que: ordeno a VM^e que passe logo as ordens necessárias para que a^a Carne seca se não venda em lugar algum da sua Comarca por mais de mil rs. a arroba..."⁵³

A confirmação de que o fabrico da carne seca e sua comercialização foi negócio lucrativo, está bem evidente na documentação referente ao progresso das vilas charqueadoras, ao **status** social e econômico dos proprietários das feitorias, comerciantes ou mestre de barcos; assim como pelas obrigações tributárias impostas pelas Câmaras locais àqueles indivíduos envolvidos nas transações comerciais.

No Aracati, segundo os registros dos termos de aforamento, era cobrado de início, o foro anual de 320 réis por braça de terras ocupadas pelas Oficinas, compreendendo os estaleiros e currais⁵⁴, acrescido ainda a taxa de dez mil reis por cada barco carregado no porto daquela vila, pelos charqueadores.

Como os documentos consultados não mencionam oficinas com superfície inferior a quarenta braças em quadro, havendo, porém, algumas maiores⁵⁵, o desembolso feito por ano atingia quantia elevada para a época.

Em relação aos portos de Acaraú e Camocim era pago a taxa de um vintém sobre cada boi recebido nos referidos portos; pagamento este feito aos donos das terras, cabendo a Camara de Sobral apenas a quantia de 2\$500 pela participação na cobrança do referido tributo.⁵⁶

⁵³ Carta ao Ouvidor do Ceará, "pr. q. se deve vender a Carne Seca..." *Officio do Governo*. Livro 3, 1787-1789, APEP.

⁵⁴ Termo nº 171 — Aforamento da Oficina do Tenente Coronel José Vaz Salgado, 1775. Livro de Aforamento de Terra da Vila de Aracati — 1775-1812, APEP.

⁵⁵ "Escritura de aforamento Infatuem, que fazem os officiaes da Camara a Thomé de Melo Cabral por seo bastante procurador o sargento-mor José da Costa Lobo Lamego de cincoenta e sete braças de terra para uma oficina", 1781. *Livro de Notas do Aracati*, 1781, CCLA.

⁵⁶ Francisco Sadoe de Araújo, *Cronologia Sobralense*, Vol. II, 1804-180 (Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974), p. 251.

Os documentos originais pesquisados ainda são insu-
ficientes para indicar estatisticamente a receita anual do im-
posto cobrado no porto de Aracati, assim como o valor do con-
trato do vintém dos dois, Barra do Acaraú e porto de Itapajé.
Além do mais, divergem os cálculos feitos pelas autoridades da
época quanto ao número de reses abatidas, transformadas em
carne; o número de barcos trafegados nos portos e seus car-
regamentos, como se pode observar nas citações anteriores.

O conjunto arquitetônico de Aracati e Sobral é também a
amostra de sua importância no período colonial. Entre as obras
de maior destaque, encontram-se as Igrejas, as Casas das Câ-
maras e as residências dos senhores donos de Oficinas e co-
merciantes; exemplo típico dos prédios de dois pavimentos re-
vestidos de azulejos europeus, ou ainda, uma arquitetura pe-
sada, feia aparência, mas realmente segura, pois suas mura-
lhas são levantadas com cerca de dois metros de espessura,
no caso a cadeia de Sobral.

Conjunto arquitetônico este muito inferior, quanto ao pris-
ma plástico, dos prédios coloniais barrocos da área açucareira.

As próprias igrejas do início do século XVIII, principal-
mente as da área pastoril, entre as quais, se encontra a Igreja
Matriz de Nossa Senhora do Rosário do Aracati, apesar de
apresentar influências daquelas de Pernambuco e da Bahia,
de onde muitas vezes provinham os materiais de construção,
mostram aparência singela, quase severa, principalmente nos
interiores. Salientando-se, no entanto, que nesta arquitetura
simples, motivada pela falta da pedra de obra apropriada,
na modesta alvenaria foi executada uma ornamentação própria,
onde os artistas anônimos obtêm com linhas, nas combinações
ingênuas das curvas e ornatos retilíneos, os efeitos decorati-
vos da maior significação. surgindo daí, uma arte sertaneja, ofi-
cialmente desconhecida, que chama a atenção para sua origi-
nalidade tão peculiar que deve ser admirada como testemunho
material da **civilização do sertão**.

Eventual e contraditoriamente administrada, o Ceará com
o pastoreio ocupando a frente da cena crescia economicamente.

Os problemas climáticos, apesar de não muito frequentes
até a primeira metade do século XVIII, existiram e foram supe-
rados.

As secas de 1777-1778, 1790-1793 são apresentadas, no
relato histórico da Capitania, como causa única dos primeiros
impasses desenvolvimentistas do criatório do Ceará, e pela
falência das charqueadas.

A seca dos **três setes**, como se tornou conhecida, é salien-
tada não só como responsável pela redução "a um oitavo o
gado da Capitania e suas vizinhas",⁵⁷ como também da trans-
ferência para o Rio Grande do Sul da fórmula de preparação
da "carne-do-Ceará", emigrada com um de seus especialistas.
Fato aliás tratado com frequência na historiografia gaúcha.
dela participando E. F. de Souza Docca, que inclui o episódio
como "grandes evoluções da economia riograndense [...] a
fundação de charqueadas a partir de 1780, por José Pinto Mar-
tins. Esta indústria generalizou-se, dando valor ao gado e um
grande impulso a nossa economia..."⁵⁸

Não deve ser esquecido, porém, que naquele período o
Ceará não apenas perdeu parte do rebanho e ganhou um com-
petidor no comércio da carne seca; um outro fato foi acrescido
à economia cearense, a partir daí: foi incrementada a cultura
do algodão, herança indígena, jamais desaparecendo do cená-
rio colonial porém relegado a um plano secundário, simples
matéria-prima de rudimentar indústria caseira. Atingia agora a
categoria de utilidade negociável.

A tragicidade da seca de 1790-93 está bem evidenciada
pelo Vereador Esteves Almeida no Registro de Memórias dos
principais Estabelecimentos, texto básico para vários trabalhos
sobre o assunto, e que tem a seguinte narração:

"No anno de 1790 principiou, além de outras mais
moderadas, uma secca tão terrível e rigorosa, que

57 Guilherme Studart, *Datas e Fatos*, p. 344.

58 E. F. de Souza Docca, *História do Rio Grande do Sul* (Rio de Janeiro:
Ed. Organização Simões, 1954), p. 91.

durou o espaço de 4 annos, porém no 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruiu e matou quasi todos os gados dos sertões desta comarca, e por isso veio a perder aquelle ramo de commercio das fabricas de carnes seccas desde o anno de 1793 exclusivo, porque no anno de 1794 já não houve gados que se matar, e pereciam todos, se da Capitania do Piauihy não socorressem aos dos sertões desta comarca com seus gados, cujo domínio se espera ser reparado em razão de já ir de agora havendo gados com que se poderia continuar a referida fabrica das carnes seccas."⁵⁹

As Oficinas do Piauí, que segundo Renato Braga, foram fundadas antes de 1750, de início no lugar também denominado Porto dos Barcos ou Feitoria, transferidas mais tarde para a margem direita do Parnaíba, tendo chegado a seu apogeu poucos anos depois de sua implantação, quando chegou a charquear "mais de 12.000 reses por ano",⁶⁰ não foi capaz porém de soerguer as charqueadas cearenses. Também não resistiu por muito tempo à crise que se abateu sobre as Oficinas.

O fechamento de suas feitorias foi apenas adiado para 1827, quando se extingue o último reduto do charque na região semi-árida do Nordeste.

No Ceará houve algumas tentativas para reativar a indústria da carne seca, porém sem nenhum sucesso.

⁵⁹ Manoel Esteves de Almeida, op. cit., p. 85.

⁶⁰ Renato Braga, Um capítulo esquecido, p. 158.

CONCLUSÃO

Os registros históricos permitem afirmar que o Brasil, como um todo, e o Nordeste em particular, foram fontes de suprimento de matéria-prima para a Europa.

Ao longo do século XVI até os meados do século XVII, o comércio se fez ilegalmente, sob a forma de escambo, entre os nativos da costa, com holandeses, franceses e outros povos.

A ocupação, nesses dois séculos, com o objetivo de manter a posse territorial só começou a expandir-se quando o desenvolvimento da economia açucareira, transbordando seus limites econômicos e físicos, requereu novas atividades de produção para abastecer uma população consumidora que crescia sob o estímulo da monocultura açucareira de exportação.

O povoamento oficial, mais as tentativas de descoberta de reservas de metais e buscas de mão-de-obra indígena, abriram, embora precariamente, os primeiros caminhos para o povoamento do interior, associando-se ainda a exploração econômica via pastoril.

Crescendo junto à agricultura, o gado era produto de subsistência. Na medida em que se expandiu a economia dos centros agrícolas do litoral — Bahia e Pernambuco — e que, em torno dela, se instalou uma considerável população, a pecuária estendeu-se em busca de novas áreas de produção, agora para o mercado interno, dos engenhos e da população urbana.

Homens e gados chegando ao Ceará pelo rio Jaguaribe, subindo ao Acaraú e a outras vertentes, encontraram condições físicas favoráveis ao seu estabelecimento. Com essas condi-

ções, o aproveitamento da região para fins de criação se concretizou no início do século XVIII.¹

A criação de gado, sem exigências assistenciais, resolveu, de maneira providencial, um problema que desafiava a capacidade realizadora do elemento colonizador. Não apenas possibilitando a fixação do elemento adventício no interior, como concorrendo significativamente para a aculturação do silvícola e proporcionando ocupação condizente com sua índole e sistema de vida.

Até aproximadamente o primeiro quartel do século XVIII, o comércio da Capitania do Siará Grande consistia na venda de gado de corte, a atender ao limitado consumo local e ao aproveitamento artesanal do couro.

A tentativa de comercializar o rebanho transportando-o vivo aos mercados distantes não representou negócio lucrativo para os "criadores" cearenses, que se viram forçados a optar pela transformação do gado em carne-seca, nas charqueadas, oficinas ou feitorias.

A instalação das charqueadas propiciou transformações econômicas, sociais e políticas de grande importância para a Capitania. As charqueadas marcaram o encontro do homem do litoral com seu irmão sertanejo; contribuíram "com o primeiro impulso monetário para desenvolver as fazendas de gado com as divisas de sua própria indústria",² possibilitaram o surgimento de núcleos urbanos e o início de um mercado interno, tornaram efetivo um comércio marítimo com os centros consumidores mais desenvolvidos da Colônia, abrindo com eles também as importações; além de tornarem mais afetivos os laços administrativos entre as duas zonas: sertão e litoral.

A produção e comercialização da Carne-do-Ceará, introduziam um elemento novo na organização produtiva da Colô-

1 Antônio Bezerra, *Algumas Origens do Ceará* (Fortaleza: Tip. Minerva, 1918), p. 62.

2 Francisco Alves de Andrade, "Geografia ativa do pastoreio", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 93 (janeiro-dezembro 1974), p. 66.

nia e punham em destaque os núcleos produtores do charque, principalmente as vilas de Aracati e Sobral, a ponto de estas concorrerem com Fortaleza, o centro administrativo da Capitania, desde 1726.

Com o mercado assegurado e ainda sem concorrente, o comércio do Ceará, durante o século XVIII, girou quase exclusivamente em torno das charqueadas e da comercialização da carne-seca; que tem sua extinção definitiva no último decênio do século.

Os dados historiográficos indicam como responsáveis pelo fim da "indústria" do charque as crises climáticas por que passou o Ceará nos anos 1777-1778 e 1790-1793. Na opinião de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, no término das primeiras secas, os prejuízos se avolumaram a ponto de "... fazendeiros [...] que recolham mil bezerros não ficarem com 20 nos anos seguintes."³ Acrescentando, ainda "no anno de 1790 principiou [...] uma secca tão horrível e rigorosa, que durou quatro annos, [...] destruiu e matou quasi todo os gados dos sertões, e por isso veio a desaparecer o commercio das carnes seccas..."⁴

Não é novidade para ninguém que, na região semi-árida do Nordeste, toda a análise dos problemas de ordem econômica, social e administrativa esbarra invariavelmente nos **bons e maus tempos**; isto é, nos anos de "invernos" ou nos de secas.

A verdade é que os efeitos daqueles dois períodos de estiaagem prolongadas foram calamitosos, e os prejuízos incalculáveis para a estrutura econômica da Capitania, com base no produto animal. Mesmo assim, não acreditamos que o fantasma das secas deva ser o responsável único pela extinção completa das Charqueadas no Ceará.

Os registros escritos, referentes ao período após 1777, nos levam a acreditar no possível exagero de cálculos no prejuízo

3 Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, *O Ceará no Começo do Século XX* (Fortaleza: Tip. Lythografica a Vapor, 1909), p. 253.

4 *Ibid.*, p. 255.

do rebanho; "reduzido a menos de um oitavo", uma vez que, já nos anos seguintes as charqueadas retomam o antigo ritmo, mas, nem assim, menos significativo.

A documentação de 1788, principalmente aquela editada para efeitos fiscais, é de importância fundamental para a compreensão do problema. Aquele ano representa o marco daquelas duas épocas de calamidade. Possivelmente por se situar no período considerado de apogeu da economia colonial, foi o ano mais pródigo em documentos, principalmente os referentes à zona-norte da Capitania.

A grande demanda da carne seca, afetando os preços do gado e reduzindo a oferta de carne fresca para os mercados consumidores e, conseqüentemente trazendo contenção econômica à receita da Coroa, não foi ignorado pelas autoridades coloniais.

A pressão da Fazenda de Pernambuco, sob a alegação do insuficiente suprimento da carne fresca nos açougues, se concretiza com o fechamento das oficinas norte-riograndenses do Açu e Mossoró e do fornecimento de gado das fazendas dessa área às charqueadas cearenses. A iniciativa superior beneficiou a Capitania do Ceará, que teve naquele ano (1788) assegurado o consumo por Pernambuco do carregamento de "12 barcos de carne seca ou salgada [...] que vem a ser o total de 60.000 arrobas..."

A capacidade de recuperação do rebanho comprovada pela documentação analisada nos possibilita afirmar que teria sido possível a retomada econômica da Capitania, com as charqueadas, após 1793, se outros fatores não houvessem interferido na estrutura econômica e comercial, não só da capitania do Ceará, mas da Colônia como um todo. Mudanças ocorridas na Europa, especialmente na Inglaterra, a partir da metade do século XVIII, refletiriam no Brasil, estimulando o renascimento da agricultura; agora não somente dirigida à produção do açúcar, como também para a cultura do algodão. O novo produto ganhou a preferência européia, como matéria-prima têxtil, com o advento da Revolução Industrial e outros

eventos políticos internacionais, eliminando do mercado internacional, por período relativamente longo, concorrentes que dispunham de técnica mais aperfeiçoada e de produto de melhor qualidade que o Nordeste brasileiro.

Com o algodão, rompe-se o exclusivismo pastoril no Ceará. A base da economia passa a ser assentada na agricultura, com a pequena disponibilidade de capital atraída para o financiamento da referida lavoura de exportação.

Com o advento da produção algodoeira, aumenta a necessidade de uma comercialização direta com Portugal, intensificando-se as solicitações, neste sentido, pelas autoridades representativas da Capitania à Coroa.

A primeira tentativa de exportação do produto no Ceará deu-se em 1777, e foi através dela que a Capitania entrou claramente na divisão internacional do trabalho, a partir das últimas décadas do século XVIII.

Em razão da demanda assegurada, das possibilidades naturais para a produção e da ausência de outras fontes de riqueza, o cultivo do algodão passa a ser desenvolvido como nova atividade econômica.

A cultura algodoeira objetiva mudanças na própria estrutura política local, sendo o cultivo feito em larga escala, necessitando de escoamento da produção para o litoral, através das estradas que se abrem de Fortaleza para as zonas interioranas. Provoca assim o súbito desenvolvimento dos meios de transporte, assegurando de modo compensador o exercício da atividade agrícola; colocando pela primeira vez a sede administrativa em condições de se impor às demais vilas cearenses, como verdadeiro centro político, econômico e social da Capitania.

Surgem outros polos comerciais em vilas interioranas, como no caso de Icó, núcleo surgido naturalmente com características de polo de comércio de gado, encaminhando boiada às feiras da Bahia e Pernambuco, por vias diversas, realimentando sua importância com o cultivo e comercialização do algo-

dão, passando a representar o polo econômico do sertão central.

Em contra-partida, outros núcleos, que tinham como suporte econômico apenas a produção animal, foram forçados a desenvolver uma economia agro-pastoril.

A desvinculação político-administrativa de Pernambuco, a partir de 1799, pelo menos a nível oficial, possibilitou um comércio direto com a Metrópole, criando um mecanismo "independente" de administração financeira pela instalação da Junta da Fazenda, com as demais regiões econômicas da Colônia. Pôde, então, o Ceará, a partir de 1808, atender à demanda de produtos de outras nações, além de Portugal.

5 Ibid, p. 253.

6 Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará — SUDEC. Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará (Fortaleza: Departamento de Recursos Sócio-econômicos, 1974), V. 1, p. XXIX.

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS

MANUSCRITOS

Carta do Governador D. Thomaz José de Melo ao Ouvidor Geral e Corregedor da Camara do Seará Grande. Sobre a "Agricultura, principalmente a Mandioca". 1788. Livro 3. **Ofício do Governo**. 1787-1789. APEP.

Carta de Manuel da Cunha Menezes ao Ouvidor Geral da Capitania do Seará João da Costa Carneiro. 1770. **Ofício do Governo**. Masso 1. 1769-1773. APEP.

Carta circular do "Governador de Pernambuco D. Thomaz José de Melo aos oficiais das Camaras da Cidade de Natal, Camara da vila do Crato... Sobral, Camara da Granja... da Vila da Fortaleza... Icó... Aquirás... Aracati etc." 1788. Livro 3. 1787-1789. APEP.

Carta do Governador de Pernambuco ao Ilmo. Exmo. Snr. Ministro Martinho de Melo e Castro, dando "parte da epidemia... na Capitania do Seará e das providências". 1791. **Correspondência da Corte**. Livro 4. 1791-1793. APEP.

Carta de José César de Menezes ao Ouvidor do Seará, "Balanço q. remeteo..." 1781. **Ofício do Governo**. Livro 2. 1780-1782. APEP.

Certidão da Renda de Dízimos Reais. Livro 3, 1684-1762. Coleção Studart, IC.

Carta do Governador de Pernambuco ao Ouvidor Geral da Comarca do Seará, 1781. **Ofício do Governo**. Livro 2, 1781-1783, APEP.

Carta de D. Thomaz José de Melo ao Ouvidor do Seará Manoel Magalhães Pinto e Avelar, "os preços pr.q. se deve vender a Carne Seca..." 1789. **Ofício do Governo**. Livro 3. 1787-1789. APEP.

Termo nº 171 — Aforamento da oficina do Tenente Coronel José Vaz Salgado, 1775. Livro de Aforamento de Terra da Vila de Aracati, 1775-1812. APEC.

"Escritura de aforamento infatuem que fazem os officiaes da Camara a Thomé de Melo Cabral por seo bastante procurador o sargento mor José da Costa Lobo Lamego de cincoenta e sete braças de terra para uma officina", 1781, CCLA.

Documento sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário — Matriz de Aracati. Arquivo da Paróquia de Aracati.

Representação do Ouvidor Geral do Ceará "sobre a conveniência por se trazer um Juiz Ordinário e um Tabelião para o Aracati". 1744. Livro 3. 1684-1762. Coleção Studart, IC.

Ata da reunião da Câmara de Aracati, 1746. Livro 3. 1684-1762. Coleção Studart, IC.

Termo nº 172 do Livro de Aforamento de Terra da Vila de Aracati — 1775-1782, APEC.

Ofício do Governador Thomaz José de Melo ao Sr. Martinho de Melo e Castro dando "parte da epidemia q' grassa na Capitania do Seará..." 1792. **Ofício do Governo**. Livro 4. 1791-1793. APEP.

Carta do Governador D. Thomaz de Melo ao Sr. Martinho de Melo e Castro, "sobre repetir a carta q' se havia dado a Respeito da Resolução q' se tomou de se prohibir a matança dos gados nos Portos do Assu e Mossoró e mostrar o consumo q. tiverão as carnes secas vindas do Certão". 1788. **Correspondência da Corte**. Masso 55, 1789-1791. APEP.

Carta de D. Thomaz José de Melo, aos officiaes da Câmara da Cidade do Natal. 1788. **Ofício do Governo**. Livro 3, 1787-1789. APEP.

Carta do Governador Thomaz José de Melo, "Repetir a carta..." 1788. **Correspondência da Corte**. Livro 5, 1788-1790. APEP.

Carta aos Officiaes da Câmara do Aracati, "o q. se deve praticar com os Barcos de carne..." 1788. **Ofício do Governo**. Livro 3, 1787-1789. APEP.

Carta ao "Coronel Governador do Seará Se. Remessa do Dinhrº das Sobras da Real Fazenda, e Pressão de Desertores". 1781. Livro 2. **Ofício do Governo**, 1781-1783. APEP.

Carta ao "Ouvidor do Seará Se. entrega de 14:155\$723 rs." 1781. Livro 2. **Ofício do Governo**. 1781-1783. APEP.

Carta a "Teodorico Luis da Costa Se. se lhe dar faculde. para que todos os barcos q. forem buscar carga ava. do Aracaty despachem por ele eque remeta huma relação da carga q. cada hum trouxer pa. este porto do Re. etcª etcª". 1772. **Ofício do Governo**. Livro 1. 1772. 1769-1773. APEP.

Carta do Governo de Pernambuco à Rainha sobre o "Requerimento dos Officiaes da Camara da Vila do Aracati, em que pedem mayor extensão de termo do que tem presentemente". 1793. **Correspondência da Corte**. Livro 59. 1794-1798. APEP.

Carta do "Ouvidor do Seará Se. a mudança do Governo daquela Capital pª avila do Aracati". 1781. **Ofício do Governo**. Livro 2. 1781-1783. APEP.

Carta aos "Officiaes da Camara do Aracati Se. o termo dadª Vila". 1781. **Ofício do Governo**. Livro 2. 1781-1783. APEP.

Carta ao "Capm.Govºr do Seará Sº Se lhe ordenar não cõsinta q. barcos algum carregue nos Pontos daquela Capnia sem que apresente despacho do Govº Geral e a Portra. q. sepassou pª carregar no Acaraú os Barcos Malacabado etc. 1789. **Ofício do Governo**. Livro 3. 1787-1789. APEP.

Carta de João Teive a D. Marcos de Noronha "sobre a conveniência da criação da Villa do Aracati. 1746. **Cópias de documentos p/a História do Ceará**. Livro 3. 1684-1762. Coleção Studart, IC.

Testamento do Coronel Feliz da Cunha Linhares. 1723. Livro XI. Coleção Studart, IC.

Termo de abertura dos tomos 1 e 2 das "... Relações das Plantações e Criações de gados... que na conformidade da Ordem do Ilmo. Exmo. Snr. Governador Capitão General das três Capitais deve fazer a Comarca desta Vila e remeter por copia autentica ao dito Snr. do que diz este termo. Sobral em 20 de novembro de 1788. Ouv. Manoel Magalhães Pinto e Avellar de Barbedo". Registro da Camara de Sobral. Livro 11. 1789. BUVA.

Ata da reunião havida em casa de João Teive a 8 de Março de 1746 a que comparecerão os principais moradores do Aracaty e vizinhança para tratar da criação da vila. **Cópias de documentos para a História do Ceará.** Livro 3. 1684-1762. Coleção Studart, IC.

Termo de "posse e demarcação que sedeu ao Cap. Mor João Pinto Martins e seu Irmão o Sargento Mor Bernardo Pinto Martins dos xãos e terra para fabricarem huma officina de fazer carnes naterra do Patrimônio da Camara desta villa". 1786 **Livro de Aforamento de Terra da Vila do Aracati.** 1775-1812, APEC.

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS

- ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** 4a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- . **Capítulos de História Colonial: 1500-1800.** 6a. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira; 1976.
- ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e seus problemas.** 3a. ed., João Pessoa, A União-Cia, Editora, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A Pecuária no Agreste Pernambucano.** Recife, s. e., 1961.
- . **A Terra e o homem no Nordeste.** 3a. ed. São Paulo. Brasiliense, 1973.
- . **O Processo de ocupação do espaço regional do Nordeste.** Recife. Gráfica Editora, 1975.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. **Época de Portugal Econômico.** Esboço de História. 3a. ed., Ed. Portuguesa, 1973.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil.** 2a. d., São Paulo, Melhoramento, 1976.
- ARARIPE, Tristão de Alencar, **História da Província do Ceará. Desde os tempos primitivos até 1850.** 2a. ed., Fortaleza, Tip. Minerva, 1958.
- ARAÚJO, Antônio Gomes de. **Povoamento do Cariri.** Fortaleza, Imp. Universitária, 1973.
- ARAÚJO, F. Sadoc de (Pe.), **História da Cultura Sobralense.** Sobral, Imp. Universitária, UVA, 1978.
- . **Estudos Ibiapabanos.** Sobral, Imprensa Universitária, UVA, 1979.
- . **Cronologia Sobralense. Volume I, 1604-1800.** Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense Ltda., 1974.
- ARAÚJO, Nicodemos. **Almofala e os Tremembés.** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1981.

- . **Município de Acaraú-Notas para sua História.** Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1972.
- BARROSO, Gustavo. **À Margem da História do Ceará.** Fortaleza, Imp. Universitária do Ceará, 1962.
- BRAGA, Renato. **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará.** Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1964.
- BRAGA, Renato de Almeida. **Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará.** 2a. ed., Fortaleza: Imp. Oficial do Ceará, 1980.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** 2a. ed., Recife, Imprensa Universitária, 1966.
- BASTIDE, Roger. **Brasil, terra de Contrastes.** 8a. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1978.
- BEZERRA, Antônio. **Algumas Origens do Ceará.** Fortaleza, Tip. Minerva, 1918.
- . **Notas de Viagem.** 2a. ed., Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará.** Typ. de B. Mattos, s. e., V. I.
- . **O Ceará no Começo do Século XX.** Fortaleza, Typ. Lithographia a Vapor, 1909.
- . **O Ceará no centenário da Independência do Brasil.** Fortaleza, Tip. Minerva, 1926. V. II.
- . **O Clima e Secas do Ceará.** Rio de Janeiro. Typ. Nacional. 1872.
- . **A cultura do Algodão especialmente no Ceará.** Fortaleza, Tip. Gadelha, 1925.
- BUESCU, Mircea. **Evolução Econômica do Brasil.** 3a. ed., Rio de Janeiro, APEC, 1977.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil.** 2a. ed. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre, Editora Nacional, 1939.
- CARVALHO, Francisco. **As verdes Léguas.** Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1979.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955.
- . **Notas e Documentos para a História do Município de Mossoró.** Natal, Imprensa Oficial, 1955.
- CASTRO, José Liberal. **Pequena Informação à Arquitetura Antiga no Ceará.** Fortaleza, Imprensa Universitária, 1977.
- . **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza.** Imp. Universitária, 1977.

- CATUNDA, J. **Estudos de História do Ceará.** Fortaleza, Tip. do Libertador, 1886.
- COSTA LIMA, Abelardo. **Terra Aracatiense.** 2a. ed., Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.
- CRUZ, Filho. **História do Ceará. Resumo Didático.** São Paulo, Melhoramentos, 1931.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo.** 5a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- DORNAS, Filho. **Aspectos da Economia Colonial.** Rio de Janeiro, Ed. do Exército, 1958.
- DUQUE, José Guimarães. **Solo e Água no Polígono das Secas.** 3a. ed., Fortaleza, Tip. Minerva, 1953.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos.** 4a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- FROTA, José Tupinambá (D.). **História de Sobral.** 2a. ed., Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1974.
- FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. **A Ibiapaba do século XVII e uma análise de suas condições sócio-econômicas atuais.** Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1976.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 15a. edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
- GARDNER, George. **Viagens no Brasil. Principalmente nas Províncias do Norte e nos Distritos do Ouro e do Diamante durante os anos de 1836-1841.** São Paulo, Ed. Nacional, 1942.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará.** 3a. ed., Fortaleza, Imprensa Universitária, 1971.
- . **História Econômica Geral e do Brasil.** Fortaleza, Tip. Minerva, 1964.
- . **História Econômica do Ceará.** Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.
- . **Sesmarias Cearenses. Distribuição Geográfica.** Fortaleza, Imp. Oficial, 1971.
- GOMES, Pimentel. **Corografia Dinâmica do Ceará.** Fortaleza, Imp. Oficial do Ceará, s.d.
- GOENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial.** 2a. ed., São Paulo, Ática, 1973.
- JOFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba.** Brasília, Thesaurus Editora, 1977.
- KOSTER, Henry. **Viagem no Nordeste do Brasil.** 2a. ed., Recife, CEPE, 1972.

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos Costumes do meu Sertão*. Natal, Fundação José Augusto, 1965.

LIRA, Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1921.

LIRA, João Mendes. *Sobral na História do Ceará e a Personalidade do Padre Ibiapina*. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

MARX, Karl. *O Capital* (Crítica da Economia Política), Processo de Produção Capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livro 1, Vol. 2, 1971.

MELLO, José Antônio Gonsalves & AUBUQUERQUE, Cleonir Xavier. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife, Imp. Universitária, 1967.

MELO, Mário Lacerda de. *Regionalismo Agrário do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1978.

MELO, M. Rodrigues. *Várzea do Açú: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açú*. 3a. ed., São Paulo, IBRASA, 1979.

MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*. Formação Social do Nordeste. Rio, José Olympio, 1937.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil — 1812*. Recife, Imprensa Oficial, 1955.

MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 9a. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1977.

NOBRE, Geraldo da Silva. *As Oficinas de Carnes do Ceará: Uma Solução Local para uma Pecuária em Crise*. Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1977.

NUNES, Odilon. *Um desafio da Historiografia do Brasil*. Teresina, Comp. Editora Piauí, 1979.

———. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2a. ed., Rio, Artenova, 1975.

OLIVEIRA, Viana. *Evolução do Povo Brasileiro*. 3a. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1938.

PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Bahia, Imp. Econômica, 1878.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *Protohistória Cearense*. 2a. ed., Fortaleza. Imp. Universitária, 1980.

———. *Esboço Fisiográfico do Ceará*. Fortaleza, Imp. Universitária do Ceará, 1962.

———. *Pré-História Cearense*. Fortaleza. Ed. Instituto do Ceará, 1955.

PRADO Júnior, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 6a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1969.

———. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15a. Ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.

———. *História Econômica do Brasil*. 20a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.

PORTO, Costa. *Estudo sobre o Sistema Sesmarial*. Recife, Imp. Universitária, 1965.

———. *O Pastorelo na Formação do Nordeste*. Rio. Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador, Itapuã, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Camponato Brasileiro*. 2a. ed., Petrópolis, Vozes, 1976.

QUIRINO, Tarcísio do Rego. *Os habitantes do Brasil no fim do século XVI*. Recife, Imprensa Universitária, 1966.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 19a. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, s. d.

RIBEIRO Júnior, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. (1759-1780)*. São Paulo, HUCITEC, 1976.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. 6a. ed., São Paulo, Melhoramentos, 1975.

SILVA, José F. Grazianos da. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 7a. edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1977.

SINGER, Paul. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento. O papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. 2a. ed., São Paulo, HUCITEC, 1976.

SOARES, Renan Monteiro. *Aspectos Sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife, Imprensa Universitária, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 8a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1973.

STEIN, Stanley J. STEIN, Barbara H. *A Herança Colonial da América Latina*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

STUDART, Guilherme (Barão). *Geographia do Ceará*. Fortaleza, Typ. Minerva, 1924.

- _____. Notas para a História do Ceará. Lisboa, Tip. Recreio, 1892.
- _____. Datas e Fatos para a História do Ceará. Fortaleza: Tip. Studart, 1896. Vol. I.
- _____. Datas e Fatos para a História do Ceará. Fortaleza: Tip. Studart, 1896. Vol. II.
- STUDART Filho, Carlos. Páginas de História e Pré-História. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1966.
- _____. História do Ceará Holandês. Fortaleza, Imp. Oficial, 1956.
- _____. Os Aboríginis do Ceará. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1965.
- SOUSA, Eusébio de. Álbum do Jaguaribe. (Comemorativo da passagem do primeiro centenário da Independência do Brasil). Belém, Gráfica Amazônica, 1922.
- SOUSA, Francisco Fausto de. História de Mossoró. João Pessoa, Ed. Universitária, 1979.
- THÉBERGE, Pedro. Esboço Histórico sobre a Província do Ceará. 2a. ed., Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1973.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1975.
- VASCONCELOS Sobrinho, João e outros. As Regiões Naturais do Nordeste: o Meio e a Civilização. Recife, CEPE, 1971.

2. REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES

- ALMEIDA, Manuel Esteves de. "Registro de memória dos principais estabelecimentos. Factos, e casos raros acontecidos nesta Villa da Santa Cruz do Aracaty, feita segundo a ordem de S.M., de 27 de julho de 1782 pelo Vereador Manoel Esteves d'Almeida desde a fundação da dita villa, até o anno presente de 1795". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 1, número 1 (janeiro-março 1887), p. 83-86.
- ANDRADE, Francisco Alves de. "Geografia Ativa do Pastoreio". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 93 (janeiro-dezembro 1974), p. 58-87.
- BRAGA, Renato. "Um capítulo esquecido da economia Pastoril do Nordeste". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 61 (janeiro-dezembro 1947), p. 149-160.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. "População do Ceará". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 3, número 2 (abril-junho 1889), p. 78-104.
- BEZERRA, Antônio. "A Cidade do Aracati". *Almanack Administrativo Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, para o*

ano de 1902, confeccionado por João Câmara, Fortaleza, 8.133-151, 1901.

- BRIGIDO, João. "Povoamento do Ceará". *Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza*, Vol. 14, número 3-4 (julho-dezembro 1900), p. 243.
- Carta de Duarte Sodré Pereira a El-Rei. Documentação para a Questão Grossos, *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 18 (janeiro-dezembro 1904), p. 74-79.
- GIRÃO, Raimundo. "A Marcha do Povoamento", in: *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe. Aspectos Sócio-Culturais*. Recife, Oficinas de Mousinho Artefatos de Papel Limitada, 1967, p. 11-52.
- _____. "Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 62 (janeiro-dezembro 1948) p. 5-20.
- _____. "O Abraão do Jaguaribe". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 91 (janeiro-dezembro, 1972), p. 112-134.
- HIGINO, José. "Gedion Morris de Jorge", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 10, número 1 (janeiro-março 1896), p. 45-95.
- MANUSCRITO (Cópia de cópia existente na Biblioteca do Rio de Janeiro) Oferecido ao Instituto do Ceará pelo Snr. Major João Brígido dos Santos. *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 4, número 3 (julho-setembro 1890), p. 165-187.
- MOERBEECK, Jan Andries. Motivo porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar do Rei da Espanha a terra do Brasil e isso quanto antes. In: *Brasil Açucareiro*, Vol. 19, número 3 (março 1942), p. 43-61.
- PAULA PESSOA, Wicar Parente de. "Algo sobre a História de Sobral". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 95 (janeiro-dezembro 1976), p. 19-28.
- PEIXOTO, Eduardo. "A Câmara da Vila de N. S. d'Assumpção do Ceará Grande, o seu edifício. Lucta com os Governadores da Capitania. 1725-1816. O Pelourinho da Vila em 1817. A Vila em 1820". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 20, número 12 (janeiro-junho 1906), p. 3-36.
- POMPEU SOBRINHO. "Alguns Aspectos da Geografia Humana Cearense". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 54 (janeiro-dezembro 1940), p. 153-192.
- _____. "O Homem do Nordeste". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 57 (janeiro-dezembro 1937), p. 321-388.
- _____. "Povoamento do Nordeste Brasileiro". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 51 (janeiro-dezembro 1937), p. 107-152.
- SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará*. 1979-80. Rio de Janeiro, Barbero, 1980.

STUDART, Guilherme (Barão). "Ouvidoria e Ouvidores do Ceará". *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Vol. 36 (janeiro-dezembro 1922), p. 65-73.

———. "Azevedo de Montauray e seu Governo no Ceará (Parte documental)". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 6, número 2-3 (abril-setembro 1872), p. 141-178.

———. "João Baptista de Azevedo Coutinho de Montauray — e seu Governo no Ceará". *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 5, número 16 (janeiro-março 1891), p. 5-81.

STUDART Filho, Carlos. "Página Inédita da História Colonial", *Revista do Instituto do Ceará*, Vol. 51 (janeiro-dezembro 1937), p. 301-319.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. *Estudo do Remanejamento da Pecuária na Zona Norte do Estado do Ceará*. Fortaleza, Vol. 1, 1786.

NOVO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Ed. Nova Fronteira, 1a. ed., (3a. Impressão), 1977.

DICCIONÁRIO ILUSTRADO DA LINGUA PORTUGUESA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Block, Vol. III, p. 763-764.

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. Ed. Mérito S.A., São Paulo, Vol. 9, 1956, p. 470.

ANEXO I

"Carta a Teodoro Luís da Costa se. se lhe dar faculde, para que todos os barcos q. forem buscar carga av^o do Aracaty despachem por ele eque renda huma relação da carga q. cada hum trazer p. este porto do Re. etc^a etc^a."

"Pelas boas noticias que tenho deque V.M. satisfas asua obrigação nas dependências relativas ao realserviço; medeliberarei aremeter-lhe a portaria inclusa, p^a que nesse porto do Aracati faça despachar por V.M. todos os barcos, sem que embarace este despacho outro qualquer que apresentem dos mais portos dessacapitania, porcada hum dos dos barcos me remeterá huma lista exacta e verdadeira dacarga que ahy receber, declarando nela o nome da embarcação, e, doseudono, e odome; e despachado que seja oprimeiro com aremessa da lista emcarta fixada para mim remetera V.M. segunda via pelo barco que seseguir; e o mesmo executará com os mais até ofim dasafra, em cujo tempo me enviará huma lista geral, com distinção de todas as quemetiver remetido, como também, outra lista separada, por onde conste aquantidade de couros e solas que ficarão nos almazens, que declara ad^a Portaria. E, como estas diligências são muito importante ao serviço de sua S.Mage., espero que V. M. se haja nelas com o selo defiel vasalo do mesmo Sr. doque terá huma particular satisfação."

"Ds. Ge. A Vm. Re. 17 de julho de 1772 "Mel da Cunha Menezes" ao Sr. Capm Teodorico Luiz da Costa".

ANEXO II

"Carta ao Cap^m Mor Gov^{or} do Seará. Se lhe ordenar não consinta q. barco algum carregue nos Portos daquela Capnia sem que apresente despacho do Gov^o. Geral e a Portra. q' se passou p^a carregar no Acaraú os Barcos Malacabado etc.

"Constame q' da Bahia tem sahido alguns Barcos com o Despacho para carregarem, e conduzirem àquele Porto os Efeitos que carregarem nesta Capitania e Suas Subordinadas, edevendo os Mestres deles dar entrada nesta Praça para Eu ficar sciente do seu destino, averiguar que qualidade de carga pretendem comduzir do destrito do meu Governo, ofazem tanto pelo contrário, que para escaparem das averiguaçoens q' lhemandando fazer passam delargo, continuando asuaderrota, como muito lhesperece, seguindo-se deste abrigo não só ficarem frustradas as minhas ordens, mas também huma porta aberta para nestas Capitania se importarem, sexportarem todos, equaes quer contrabandos quesequeirão fazer; epara evitar as perniciosas consequencias q' podem resultar deste irregullar methodo de navegação: Ordeno a VM. q' logo q' receber esta sem demora dequalidade alguma passe as ordens necessárias as Câmaras eComandantes dos distritos dessa Capitania aonda costumão carregar Barcos para que aparecendo neles alguns Barco acarregar de Efeito, que não for despacho por Mim, ainda q' apresente despacho de outro qualquer Governo, ão não deixam carregar, nem sahir sem q' primeiro medem parte do despacho q' traz; porque Gov^{or}. he dado, q' cargo condusio, qual he oq' pretende exportar, epara onde, devendoSe esperar pela minha decisão. Recomendo a VM. muito pronta execução desta ordem; porq'. no Acaracu ou já chegou ou estar achegar o Barco Malacabado vindo da Bahia comsimilhante despacho

e que por este Porto passou delargo Lançando o Mestre emterra, q' fica recolhido na Fortaleza das Sinco Pontas pela ladroeira q' fez ahum Pardo do Acaracu aquem devia por huma obrigação de 1:400\$000 depois de lhe fazer passar recibo nas costa da briga, contando-lhe o dinheiro em sima damesa, rasgou a obrigação eforçosamente extorquiu odo. Pardo o dinheiro que tinha recebido, ejá, embrulhado em um lenço, ... cujo confessou, odo. Mestre na minha presença dando por ... obrigação. Deste cazo q' para Mim foi novo vera VM. aque ponto chegou amaldade do Me. deste Barco, que ojulgo capaz de cometer outros mayores excessos, e por isso toda acautela com ele será precisa. De. Ge. a VM. Re. 30 de Março de 1789" "D. Thomas José de Melo".

P.S. Depois de ter feito esta mandei passar Portaria aodo. Domingos Antunes, no dia 3 de junho, para carregar oBarco de que setrata, e conduzir a Sua Carga para esta Praça por ter assinado primeiro Termo de Assim cumprir dando por fiador no caso q' onão execute oMe. doEstaleiro José da Costa q' por ele seobrigou de baixo das penas que lhe impuz: Nodespacho apareceo o requerimento q' lhe remeto por copia do qual vera VM. porce outro Barco da Bahia ehir carregar ao Acaracu; por isso lhe torno a recomendar abreveida da ordem que acima refero. Sr. João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury Capitão Mor Governador da Capitania do Seará.

ANEXO III

"Carta do Ouvidor do Siará S^a amudança do Governo da-
queila Capital p^a avila do Aracati.

"Não deixa de meparecer acertado oprojeto q' a VM. lem-
bra de se mudar o Governo dessa Capitania para avila do Ara-
cati, atentas as Razoens, q' mepondera; nem acho malfundado
o Requerimento do Senado daCamara dad^a vila para ofim de
selhe assignalar o termo competente. Devo porém diser a VM.
q' como o Ministro q' criou a dita Vila em 1748 poderia ter r^o-
tivos, verdadeiro, ou aparentemente justos para Regular aquele
termo daforma q' o regulou, nada presentemente se deve inovar
Sem q' preceda ordem. A mesma se precisa ainda com mayor
rasão para mudança desse Governo, e daCabeça da Comarca,
visto a diuturna posse emq' se achão as vilas da Fortaleza e
Aquiras, muito probavelme por força de alguma outra ordem
Régia, cujo efeito só pode cessar expedindose posterior q'
oRevogue.

"Peloq' sefas indispensável em hum outro caso requererá
S.Mge. e esperar da mesma Senhora adecisão q' achar mais
conveniente. De. Ge. VM. Re. 31 de março de 1731 "José
Cesar de Meneses" Sr. José da Costa Dias e Barros. Ouvidor
Geral do Siará."

ANEXO IV

"Carta aos Officiaes daCamara do Aracati Se. o termo dad^a
Vila.

"Como ignoro as rasoens q' teve o Ministro encarregado da
creação dessa Vila em virtude da ordem Regia q' VMces apon-
tão, para lhe não assignalar o termo competente, e nesse estado
setem conservado deste o anno de 1748 emq' foi criada; sendo
certo, q' poderia haver motivos verdadeiro ouaparentemente
justos para ele assim opraticar; devem V.Mces dirigir apresença
de SMge. o Requerimento que me fasem a esse Respeito por
ser amesma Senhora que legitimamente lhe podedecidir.

"De. Ge. VMces. Re. 01 de Março de 1781. "José Cesar de
Meneses" Snres. Officiaes da Camara da V^a do Aracati."

ANEXO V

"Carta ao Ouvidor do Seará S^o.

"Pelo Balanço q. VM^o. remeteo a esta Junta da Real Fazenda deq. medá parte na sua carta de 11 do mes passado, reconheço o grande zelo com q. promove as cobranças das dívidas antigas da mesma Real Fazenda devendo-se aele cobrir no anno próximo pretento a Receita dessa Capitania à quantia de 27.446\$340 reis.

"Louvo a Vm. muito a notoria eficacia com q. se aplica atão importante fim, e espero q. da mesma Sorte prosiga até completo embolso das sobreditas dividas; ficando certo deq. na primeira ocasião que se oferecer na presença de S. Mage. quanto VM se faz digno da Sua Real Atensão e he interessante à mesma Senhora q. VM seja conservado no lugar q. ocupa.

"De. Ge. Vm. Re. 3 de Mço de 1781 "José Cesar de Menezes" Sr. Ouvidor José da Costa Dias e Barros Ouvidor Geral da Comarca do Seará."